



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DANIEL DE LIBÓRIO RICARDO

A ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA DÉCADA DE 1980

Londrina
2019

DANIEL DE LIBÓRIO RICARDO

ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA DÉCADA DE 1980

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves Ferraz

Londrina
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Ricardo, Daniel de Libório.

A Aliança Democrática da década de 1980 / Daniel de Libório Ricardo. - Londrina, 2019. 120 f.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz.

Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, 2019.

Inclui bibliografia.

1. Aliança Democrática - Tese. 2. Transição política - Tese. 3. Tancredo Neves - Tese. I. Ferraz, Francisco César Alves. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. . III. Título.

DANIEL DE LIBÓRIO RICARDO

ALIANÇA DEMOCRÁTICA DA DÉCADA DE 1980

Dissertação apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Francisco César Alves
Ferraz
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Sidnei José Munhoz
Universidade Estadual de Maringá - UEM

Prof. Dr. Rivail Carvalho Rolim
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 25 de novembro de 2019

Dedico esta dissertação ao meu pai, Écio Ricardo, por todo sacrifício que fez em prol de mim e de minha irmã. Você é meu exemplo de homem e sem você nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

E chegou a hora de agradecer, nesse momento eu tento me lembrar de todo o percurso que foi realizado. Hoje eu acredito que tudo tem um momento para acontecer, diante de todas incertezas, dúvidas e problemas que tive em minha vida, só tenho que agradecer as pessoas que estiveram comigo nos bons e maus momentos. Desde de que eu terminei a graduação, foram três anos ensaiando o momento de voltar à pesquisa acadêmica, coletando livros e repensando sobre o projeto de pesquisa. Em 2017, o desafio do mestrado foi iniciado quando ingressei na UEL, universidade esta que somente conhecia por nome. Agora, diante da consumação dessa dissertação, faço os devidos agradecimentos.

Agradeço, sobretudo, ao meu pai, sei o quanto sua vida foi complicada quando mais jovem, as privações que sofreu de quando morou no sítio do finado avô Joaquim, as dificuldades de se trabalhar, cursar a faculdade e cuidar de duas crianças chatas nos fins de semana. Hoje eu tenho ciência de que todas suas ações intentaram para que eu e minha irmã não passássemos pelo o que você passou. Obrigado me apoiar em minhas decisões, pelo refino no texto e por me proporcionar o suporte para concluir o mestrado. Tenho certeza de que se eu me tornar um terço do homem que você é, eu serei um grande pai algum dia.

À minha irmã Tássia, pelo companheirismo e assistência que me forneceu. Embora tenhamos discordâncias em determinados assuntos, os anos que ficamos distantes e sem conversar pertencem ao passado. Agradeço por ser minha irmã e por me ajudar com os problemas ocasionados pela “parte” mais insana da nossa família.

Ao meu orientador, professor Dr. Francisco Ferraz, por me aceitar como orientado e por toda ajuda disponibilizada ao longo desses anos. As indicações de leituras e os empréstimos de seus livros pessoais fizeram toda a diferença na pesquisa. Obrigado Chico pela paciência que teve, pelas correções e ideias propostas para melhora do trabalho, guardarei com estima as conversas breves que tivemos após as orientações sobre política e futebol. E ainda, pela compreensão que teve comigo diante do acidente que sofri, o que acabou ocasionando o atraso da pesquisa.

Aos professores doutores, Sidnei Munhoz e Rivail Rolim, por aceitarem compor a banca desse trabalho. Ao professor Sidnei, por seus apontamentos e

correções feitas no projeto. Agradeço ainda, por uma conversa que teve comigo em Maringá após sua aula de Contemporânea II em 2013, diante da minha não classificação do mestrado daquele ano. Foi através dela que percebi que meu projeto não estava tão ruim como eu imaginava. Ao professor Rivail, por sua visão política e da divisão do trabalho. Muito embora eu não tenha tido aula com o senhor na UEM, a oportunidade de cursar a sua disciplina de territórios do político modificou meu conceito de como observar a política em meu trabalho e na minha vida, reitero assim meu agradecimento.

Ao professor Dr. Luiz Miguel, por ter me aceitado como orientado do PIC no último ano da graduação na UEM. Foi através de sua orientação que eu conheci e me aprofundei na Aliança Democrática. Deixo aqui o meu muito obrigado ao senhor.

Aos amigos, agradeço em especial ao Pablo Borboni, é contigo que converso sobre a vida. Desde que nos conhecemos criamos um laço de amizade muito grande. Obrigado por escutar meus desabafos, minhas inquietudes e meus desabafos. Hoje mais do que amigos, somos compadres, somos praticamente irmãos. Agradeço também a sua mãe, Eliane Menegheti, por todo suporte espiritual e atenção que teve comigo. Seus conselhos e lições produziram diferenças significativas em minha vida e para sempre me lembrarei disso.

Ao Edilson Ortega, agradeço pela sua disposição e pelo tempo que disponibilizou para nossas conversas via Skype. Embora tenhamos tido poucas conversas, elas me ajudaram a me conhecer melhor e a programar melhor meu tempo de escrita. E sou grato também, por seu momento de sobriedade durante a viagem de Santo Anastácio para Presidente Venceslau, senão fosse por ti eu poderia nem estar vivo agora.

Ao Maycon Eliezer, por sempre dar uma passada em casa para tomar umas ou ir ao boteco comigo. Pela moradia fornecida quando eu precisei viajar para São Paulo e não tinha lugar para ficar. Mesmo com a distância continuamos mantendo a amizade e eu te agradeço por isso.

À Juliana Fortaleza, o meu profundo agradecimento pelos anos vividos ao seu lado. Você fez parte da minha vida e eu jamais poderia deixar de agradecer você nessa etapa tão importante. Desde as viagens para Londrina, por permanecer comigo na biblioteca enquanto eu estudava para a prova escrita e a oral do processo seletivo que resultou na vaga deste mestrado. Pelo seu esforço em me acompanhar ante a minha cirurgia, pois seu apoio foi importante na minha vida naquele momento.

Infelizmente alguns planos não saem conforme planejados e do nada nossa vida muda drasticamente. Enfim, obrigado por me aturar durante esses anos, eu fui muito feliz contigo e levarei isso para sempre comigo.

Os agradecimentos ficaram maiores do que eu imaginei. Mas agradeço a todos que acreditaram em mim e me ajudaram direta ou indiretamente nessa conquista. Sintam-se abraçados por mim.

“Eu tenho ódio e nojo à ditadura”

*“Vamos tomar essa Bastilha nojenta e repugnante
que é o Colégio Eleitoral, um câncer que está
apodrecendo a política e matando a nação”*

Ulysses Guimarães

Ricardo, Daniel de Libório. **A Aliança Democrática da década de 1980**. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2019.

RESUMO

Este trabalho procurou fazer uma reflexão sobre a importância da Aliança Democrática para o processo de redemocratização do Brasil entre meados de 1984 e o ano de 1985. O estudo também contribui para ampliar o conhecimento sobre o fim do regime militar e o papel que a Aliança Democrática desempenhou para que este resultado fosse alcançado, sob um governo autoritário que buscou controlar de forma gradual a transição para um governo civil, limitando as forças de oposição, caso dos partidos, PMDB, PDT, PTB e PT. Assim, o PMDB acabou se aliando a Frente Liberal, ala dissidente do PDS e formaram a Aliança Democrática em 1984 com o objetivo de eleger um presidente comprometido com o ideal da redemocratização do país. Entretanto, a Aliança não conseguiu implementar uma mudança mais profunda no país, com base no que pretendia segundo o *Compromisso com a nação* (1984), no tocante à economia, à política e à distribuição de renda. A documentação utilizada para desenvolver a pesquisa foi composta pelas revistas *Veja* e *IstoÉ* entre agosto de 1984 a dezembro de 1985 e o documento *Compromisso com a nação*, publicado em agosto de 1984. Além disso, foram empregadas bibliografias acerca do tema para discutir o processo de transição política no país. Logo, o pacto político intitulado Aliança Democrática foi decisivo para obter a vitória no Colégio Eleitoral em 1985. Mas careceu de sustentabilidade após eleito para aprovar as medidas que defendeu.

Palavras-chave: Aliança democrática. Transição política. Tancredo Neves.

RICARDO, Daniel de Libório. **The Democratic Alliance of the 1980s**. 2019. 119 p. Dissertation (Master in Social History) - State University of Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

This study sought to reflect on the importance of the Democratic Alliance for the process of redemocratization in Brazil between mid-1984 and 1985. The study also contributes to broadening knowledge about the end of military rule and the role that the Democratic Alliance played in achieving this outcome under an authoritarian government that sought to gradually control the transition to civilian rule by limiting the forces of opposition, the case of the parties, PMDB, PDT, PTB and PT. Thus, the PMDB eventually teamed up with the Liberal Front, the dissident wing of the PDS, and formed the Democratic Alliance in 1984 to elect a president committed to the ideal of redemocratization in the country. However, the Alliance failed to implement deeper change in the country, based on its intended *commitment to the nation* (1984), with respect to the economy, politics and income distribution. The documentation used to develop the research was composed by *Veja* and *IstoÉ* magazines between August 1984 and December 1985 and the document *Commitment to the nation*, published in August 1984. In addition, bibliographies on the subject were used to discuss the process of political transition in the country. Therefore, the political pact entitled Democratic Alliance was decisive for victory in the Electoral College in 1985. But it lacked sustainability after being elected to approve the measures it defended.

Keywords: Democratic alliance. Political transition. Tancredo Neves.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CIE	Centro de Informações do Exército
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
COPAG	Comissão do Plano de Ação do Governo
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
ESG	Escola Superior de Guerra
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partidos do Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SNI	Serviço Nacional de Informações
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAIS TEÓRICOS - HISTÓRIA POLÍTICA	28
3	REFERENCIAIS TEÓRICOS – CONTEXTO POLÍTICO	31
4	A TRANSIÇÃO E OS MILITARES	44
4.1	O BRASIL E SUA DIFERENCIAÇÃO NO CONE SUL.....	44
4.2	A IDEIA DA TRANSIÇÃO LIMITADA PELOS MILITARES.....	45
5	A ALIANÇA DEMOCRÁTICA – FASE TANCREDO NEVES	53
5.1	A CONVENÇÃO DO PDS DEU ORIGEM A ALIANÇA	53
5.2	A ABRANGENTE ARTICULAÇÃO DE TANCREDO.....	57
5.3	CRIAÇÃO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA E SEU PLANO DE GOVERNO	61
5.4	A CAMPANHA POPULAR E POR VOTOS NO COLÉGIO.....	65
5.5	INCONSONÂNCIA POLÍTICA NO SEIO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA	72
5.6	VITÓRIA DA ALIANÇA E ESCOLHA DO MINISTÉRIO.....	77
6	ALIANÇA DEMOCRÁTICA – FASE JOSÉ SARNEY	85
6.1	TEMOR NA POSSE DE SARNEY E DESESTABILIZAÇÃO NA BASE DE GOVERNO	85
6.2	MORTE DE TANCREDO E GOVERNO SARNEY.....	91
6.3	O RACHA NA ALIANÇA DEMOCRÁTICA COM AS ELEIÇÕES.....	95
6.4	O MINISTÉRIO DE SARNEY E A APROXIMAÇÃO MILITAR NO GOVERNO	102
6.5	AS SOBRAS DA ALIANÇA.....	106
	CONCLUSÃO	108
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
	FONTES	116

1 INTRODUÇÃO

No âmbito geral, este estudo visa ampliar o conhecimento sobre o fim do regime militar no Brasil, em meados da década de 1980. Com esta pesquisa visou abordar a discussão sobre a complexa relação entre as concessões do regime militar e as conquistas dos movimentos sociais e políticos que resultaram no fim da ditadura militar.

Em termos mais específicos, com o objeto pretendo contribuir para o conhecimento acerca da Aliança Democrática, pacto que deu garantia para que os mais divergentes políticos brasileiros se sentissem seguros quanto ao resultado que a abertura política tomaria no decorrer de uma transição acertada e combinada. Entretanto, se a Aliança Democrática possibilitou avanços no campo político, acabou por falhar em promover mudanças econômicas, sociais e culturais mais profundas no Brasil.

Assim, busco demonstrar que o pacto que deu origem à Aliança Democrática contribuiu para efetivar a mudança de governo que viria a proporcionar leis que priorizavam uma liberalização política que o país tanto almejava. Contudo, a construção da democracia foi limitada. Os militares e o setores mais conservadores conseguiram impor limites, sobretudo na vigência da Constituinte em 1987. Fato que resultou na manutenção de características convenientes à classe militar e às elites do país, principalmente aquelas compostas por empresários associados aos grandes grupos econômicos.

No tocante às fontes para a realização da pesquisa foram utilizadas as revistas semanais *Veja*, da Editora Abril, e *IstoÉ*, da editora Três, entre agosto de 1984 a dezembro de 1985. Também foi analisado o *Compromisso Com a Nação*¹, documento firmado pela Aliança Democrática, e que traz em seu conteúdo propostas de medidas de ações sociais, culturais, políticas e econômicas. E, dialogando com essas fontes, um conjunto de obras sobre a história política do Brasil contemporâneo.

Para esse tipo de pesquisa, a definição da metodologia se deu por conta do recorte temporal proposto. Assim, utilizou-se nas análises das fontes jornalísticas, a metodologia de análise de conteúdo, que:

¹ <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198652/000836750.pdf?sequence=1>

Consiste num conjunto de técnicas e instrumentos metodológicos capazes de efetuar a exploração objetiva de dados informacionais ou “discursos”, fazendo aparecer no conteúdo das diversas categorias de documentos escritos – artigos de Imprensa, entrevistas, questionários, documentos históricos, textos literários, etc - alguns elementos particulares que possibilitam a elaboração de um certo tipo de caracterização (ZICMAN, 1985, p. 94).

Por intermédio dessa metodologia se aplicou a denominada Análise Temática. Este método interessa-se pelo significado dos discursos independentemente de sua forma linguística, centrando-se na análise do conteúdo dos discursos (ZICMAN, 1985, p. 95). Ele tem por objetivo a busca do tema pesquisado ou de itens de significação pertencente à discussão central da pesquisa. Assim, se buscou analisar textos, matérias, entrevistas, ensaios, artigos e outros modelos de imprensa que estavam relacionados com o objeto de estudo.

Considerando que existem poucas bibliografias que tratem a fundo o papel da Aliança Democrática, tornou-se importante utilizar as fontes de imprensa para estudar a grade temporal do tema proposto. Muito por conta da complexidade do arcabouço político de um período tão significativo para a democracia. Desse modo, basta lembrar que a Imprensa é rica em dados e elementos e, para alguns períodos, “é a única fonte de reconstituição histórica, permitindo um melhor conhecimento das sociedades ao nível de suas condições de vida, manifestações culturais e políticas, etc” (ZICMAN, 1985, p. 89).

Sobre as fontes, é possível compreender o posicionamento das revistas Veja e IstoÉ a partir de 1983, por conta da proposta de emenda Dante de Oliveira que tinha como objetivo reinstaurar as eleições diretas para presidente. Embora o regime militar ainda vigorasse no país, o movimento de Diretas Já cresceu, muito por conta da mídia. O Grupo Bandeirantes e a Rede Manchete foram as principais emissoras a transmitirem as manifestações do movimento Diretas Já nesse período. Em contrapartida, o Grupo Globo não cobriu com seriedade o movimento. Provavelmente, o caso mais explícito de seu posicionamento pró-governo, seja atestado pela distorção na matéria feita durante o comício realizado em 25 de janeiro de 1984, que reuniu cerca de 300 mil manifestantes pró-diretas na praça da Sé. Na referida matéria, o Jornal Nacional acabou por noticiar o evento como sendo uma comemoração do aniversário de São Paulo, e não como um ato das Diretas Já.

Com exceção do Grupo Globo, a maioria da grande imprensa se engajou em publicar matérias a respeito das Diretas Já, mesmo de forma tímida. As revistas *Veja* e *IstoÉ* publicaram respectivamente, 15 e 12 matérias² a respeito do movimento. Como ressaltou Carolina Matos, “[...] revistas como *Veja* e *Isto É* também endossaram o movimento, como maneira de sinalizar para o público que estavam cortando laços com a ditadura militar” (2008, p. 51). Dessa forma, fica evidente o posicionamento desses veículos jornalísticos em prol do movimento Diretas Já.

A *IstoÉ* chegou a se assemelhar à *Folha* devido à sustentação que deu à campanha a partir de novembro de 1983. A revista publicou o artigo “Todos Pelas Diretas” (30/11/1983), em defesa do movimento, e acompanhado de uma foto da redação que mostrava todos os jornalistas engajados de forma militante na campanha (MATOS, 2008, p. 77).

A revista *Isto É* defendeu o movimento Diretas Já, publicando artigos como o “Todos pelas Diretas” (30/11/1983) e “Diretas não – Governo declara guerra às diretas” (22/02/1984), demonstrando a posição que a revista tomou no final de 1983. A revista promovia o debate para a volta da democracia encabeçando o movimento das Diretas no seu conteúdo. No outro lado, criticava o governo pela não adesão ao projeto de emenda. Embora essas duas edições citadas anteriormente, não estejam presentes no recorte temporal desse estudo, é importante conceituar a posição adotada pela *IstoÉ* durante o movimento Diretas Já que marcou o país.

A respeito da disputa eleitoral indireta para presidente, é possível constatar a preferência da *IstoÉ* pelo candidato Tancredo Neves do PMDB. Percebe-se isso em matérias que elogiavam seu passado de luta política e sua competência administrativa durante o governo de Minas Gerais. Além disso, demonstrava a popularidade de Tancredo através de pesquisas de opinião pública, que foram promovidas por órgãos como IBOPE/ *ISTOÉ*/ *Gazeta Mercantil*/ *Rede Bandeirantes*, apontando que 87,2% dos entrevistados acreditavam na vitória do candidato do PMDB, e 72,3% da população aprovava a escolha de Tancredo como novo presidente (*ISTOÉ*, nº 421, p. 20 a 22, 1985).

Já a revista *Veja* não publicou nada específico sobre o movimento das Diretas, fazendo apenas a cobertura do assunto ao longo dos meses, com um tom mais crítico em relação ao regime militar. Apenas no início de 1984, após o ato da

² Análise feita por Carolina Matos com base no período de novembro de 1983 a abril de 1984, se concentrando na principal fase do Movimento das Diretas-já (MATOS, 2008, p. 52).

Sé, que a revista tomou partido pelas Diretas, lançando na capa “Eu quero votar para presidente” (01/02/1984). O jornalista da *Veja*, Mario Sergio Conti que viria a ser editor chefe da revista, cita que o papel da *Veja* na campanha:

Era importante para a revista [...] ter feito a cobertura porque ela também tinha uma imagem muito próxima ao governo, próxima a ditadura. A maneira como ela cobre, com entusiasmo, com simpatia pela campanha, é uma maneira de dizer que: ora, nós estamos nos descolando, distanciando disso. Acharmos melhor a via democrática que a manutenção da ditadura (MATOS, 2008, p. 79).

Ainda no tocante à revista *Veja*, observa-se que ela manteve uma certa indiferença nas matérias que cobriam as campanhas, que se iniciaram em 1984. Acerca da campanha sucessória a presidente, cabia ao leitor fazer ou não a leitura dos projetos do candidato de sua preferência, estipulando uma comparação com o concorrente ou não. Assim, conforme as pesquisas passaram a indicar que o candidato da Aliança Democrática venceria as eleições de 1985, a *Veja* passou a promover em suas matérias, assuntos e aspectos que enobreciam e apontavam a figura de Tancredo Neves como próximo presidente do Brasil.

A partir disto, podemos constatar que *Veja* manteve seu posicionamento a favor dos candidatos do governo, só mudando a sua posição quando o candidato opositor recebeu apoio dos dissidentes do partido do governo. Isto deu-se, também, por dois outros motivos: a revista já não era mais censurada e o governo Figueiredo atravessava uma das piores crises da economia brasileira. Houve, então, o incentivo de *Veja* às mudanças, desde que feitas por políticos ditos liberais, mas, ao mesmo tempo, conservadores (GAZZOTTI, 1999).

A *Veja* passou a reforçar a imagem de Tancredo Neves, tornava-o o homem ideal para assumir a presidência. Em suas linhas é perceptível o caráter de político experiente e conciliador que o Brasil precisava. Tanto é que a capa da *Veja* publicada em 19 de setembro de 1984, trazia a matéria “Doutor em alianças: Tancredo aperfeiçoou a arte de unir os contrários” (CORRÊA, 1984a).

É bom ter em mente que essas revistas foram um importante meio de transmissão de informações em seu tempo. Os anos de 1983 a 1985, durante o mandato de Figueiredo, foram marcados por não haver mais censura à imprensa como fora em anos anteriores, assim os órgãos de mídia tinham mais liberdade.

Durante as leituras é possível notar que tanto a revista *Veja* quanto a revista *IstoÉ* apoiaram o chamado processo de abertura política. Mas, como ele ainda não

havia ocorrido no país, esses periódicos tiveram que manter um certo equilíbrio ao criticar o regime militar.

Para o estudo deste tipo de fonte, se deve levar em conta que a imprensa se manifesta por meio de dois núcleos: a informação e a opinião. Deste modo, José Marques de Melo evidencia características de manifestação de opinião no jornalismo contemporâneo, que devem ser compreendidas para que se possa analisar cuidadosamente as fontes de imprensa.

Por mais que a instituição jornalística tenha uma orientação definida (posição ideológica ou linha política), em torno da qual pretende que as suas mensagens sejam estruturadas, subsiste sempre uma diferenciação opinativa (no sentido de atribuição de valor aos acontecimentos). As condições de produção do jornalismo atual exigem a participação de equipes numerosas, donde a impossibilidade de controle total do que se vai divulgar (MELO, 1994, p. 92).

Melo visa explicar como funcionam os variados espaços dentro das revistas ou jornais. Caso do editorial, do comentário, artigo, coluna entre outros. Assim, ao se analisar as revistas é preciso se preocupar com outra problemática essencial para a metodologia, caso da análise semântica, que se preocupa com o estudo dos significados através das linguagens informativas dentro da pesquisa histórica

Um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente. Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de ideias (CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 377).

Deve-se ficar atento com o que se apresenta no conteúdo histórico, se é uma simples informação ou uma ideia, sendo importante para a análise considerar o pensamento político, das mentalidades e da cultura dessa determinada época. (CARDOSO, VAINFAS, 1997). Dessa forma, é preciso cuidado para se aventurar no domínio entre história e linguística para não ocasionar o que Cardoso e Vainfas intitulam como *intuicionismo* que expõe o pesquisador a tentações “positivistas” do tipo “deixar que o documento fale por si mesmo” (CARDOSO, VAINFAS, 1997, p. 379).

As fontes jornalísticas representam um conteúdo importante para este tipo de estudo, entretanto, devem ser interpretadas com atenção sobre o fato que foi publicado e a ideologia da editora. Outro aspecto relevante, é compreender que

após a liberalização que ocorreu no país, os veículos de imprensa começaram a ganhar perspectivas mais críticas. No caso, as revistas *Veja* e *Isto É* sofreram ataques de agentes políticos e militares, que as acusaram de deturpações em suas matérias. Como exemplo, o seguinte relato de militares acerca da revista *Veja*:

O general Veneu fala de um “artigo vulgar, debochado” em relação aos militares, publicado na revista *Veja*; da reclamação que em seguida fez ao responsável pela revista em Brasília; e da vingança deste ao publicar uma reportagem sobre o apartamento funcional duplo que o general ocuparia. Em resposta, Veneu fez o *Emfa* cancelar sua assinatura da *Veja*... Para o brigadeiro Sócrates, a imprensa adotou “um processo quase de linchamento” da imagem dos militares. [...] O almirante Mauro César também guarda mágoas de “uma reportagem sem-vergonha da *Veja*, me chamando de moleque etc. Aquilo é ignominioso”. Durante sua gestão à frente do Ministério do Exército, o general Tinoco diz ter ocorrido uma briga constante contra o que ele chama de “hostilidade da imprensa”. Tinoco reclama que a imprensa não publicava o que ele falava, só o que lhes interessava. Conta que, por causa disso, chegou mesmo a descredenciar o repórter da *Veja* no Centro de Comunicação Social do Exército (CASTRO, D'ARAÚJO, 2001, p. 22).

Obviamente os militares nunca foram acostumados a sofrer críticas e a volta para um estado liberal democrático causou a revolta entre a classe, que se sentiu caçada e com o sentimento de revanchismo presente. Mesmo que num primeiro momento, o documento esteja baseado em evidências fortes e profundas, é preciso ser analisado e contextualizado ao seu tempo. Por conta disso, é importante fazer uma análise abrangente que envolvam as fontes jornalísticas, bibliográficas, orais, bem como atenção às reflexões metodológicas apropriadas.

Já o documento intitulado *Compromisso com a Nação* foi assinado pelos quatro fundadores da Aliança Democrática, Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Aureliano Chaves e Marco Maciel, em 7 de agosto de 1984. Este documento contém uma espécie de síntese do programa planejado pelas lideranças da Aliança Democrática e que pretendiam inserir no país durante o Estado Democrático.

Acerca de um contexto histórico, com a instauração no Brasil do Regime militar em 1964, foi instituído o sistema bipartidário em 1965; nesse sistema estavam aptos a funcionar apenas dois partidos: o ARENA que era o partido do governo e a base do Regime Militar, e o outro partido o MDB que se tornará a oposição ao longo dos anos. Embora o período da ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, tenha recebido apoio elitista, caso de grande parte do empresariado, da imprensa, dos proprietários rurais, esta fase também foi marcada por descontentamento social e

generalizadas repressões a cidadãos que lutavam por direitos e garantias perdidas com o advento novo governo. Em função disso, além do MDB, a oposição ao governo militar reuniu estudantes, trabalhadores, movimentos sociais e intelectuais que buscavam o fim do regime autoritário.

Lembre-se que a ideia de promover um processo de abertura política no Brasil não veio apenas com a posse de Geisel em 1974; já por ocasião das sucessões de Castelo Branco, em 1967, e de Médici, entre 1973 e 1974, esboçaram-se propostas de abertura política que foram rapidamente descartadas (SILVA, 2003, p. 256). Em 1974, a escolha para suceder o presidente Emilio Garrastazu Médici foi a do general Ernesto Geisel³, que junto com Golbery do Couto e Silva viriam a tentar realinhar as duas facções dos militares: castelistas e a linha-dura, visando à constitucionalização do regime (SILVA, 2003, p. 261). Naquele período, a crise econômica e política assombravam os governos da ditadura. No plano político aumentavam as lutas pela democracia.

A eleição de Geisel se deu sob a forma de um Colégio Eleitoral vigente no país desde 1969. Nesse cenário de grande censura aos meios de comunicação, o MDB lançou a candidatura de Ulysses Guimarães, o que atestava a oposição do partido frente à continuidade do regime autoritário. A supremacia, todavia, do partido do governo, a ARENA, foi confirmada com a vitória esmagadora de Geisel com 400 votos contra apenas 76 de Ulysses Guimarães (SILVA, 2003).

No período em que Ernesto Geisel presidiu o país, é possível destacar que existiam 3 grupos na área militar. Os tidos como linha-dura que eram os mais extremistas, buscavam a todo custo ditar o controle. Outros que eram os favoráveis à abertura política do país, pois já estavam cansados da prolongação do governo militar. E a grande maioria presente no exército, se baseava entre indivíduos desinteressados pelo o que ocorria na política. Militares que estavam preocupados com suas profissões e seguiam a hierarquia de forma disciplinar (CASTRO, D'ARAÚJO, 1997).

Em 1974, ano da posse de Geisel, a política de extermínio ganhou notoriedade na sociedade. As práticas de torturas, assassinatos e ocultação de cadáveres acabaram repercutindo na imprensa nacional e internacional. Mesmo que

³ Embora o ideal de uma abertura política tenha sido mais respaldado e planejado pelo ex-presidente Geisel, suas convicções durante o mandato não embasavam ideais de democracia. Segundo documentos revelados pela Agência de Inteligência norte-Americana (CIA) em 2018, o ex-presidente Geisel autorizou a execução de opositores do governo em 1974.

o ex-presidente militar tenha ganhado popularidade como sendo um dos precursores da abertura democrática, o general sempre soube, concordou e autorizou as ações repressivas do Estado. A filosofia de comando de Geisel fica perceptível através do seguinte relato do general Newton Cruz: “ao defender a permanência de Miltinho⁴ na chefia do CIE, é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação de política de extermínio” (GASPARI, 2003, p. 388). Como chefe de governo e paralelamente dos militares, Geisel deixou muito claras suas intenções políticas e seu desrespeito aos direitos humanos. Permeou-se uma contradição entre política e ética.

Como bom estrategista, Geisel percebeu que a manutenção dos militares no comando do Brasil, acabaria por desgastar mais ainda a visão que a população tinha das Forças Militares. A partir da base do governo que contou Golbery do Couto e Silva, assessor de confiança do presidente, começou um processo de buscar aliados na sociedade civil. O objetivo era simples, limitar a autonomia de ramos da sociedade civil que eles julgavam perigosa para o governo militar, como os movimentos deflagrados por estudantes, metalúrgicos, trabalhadores rurais, entre outros. Para isso, aliavam suas imagens a de civis que estavam engajados em promover a transição conforme as ordens militares. Iniciou no Brasil uma liberalização controlada (LINZ, STEPAN, 1999). É importante frisar que, o crescimento do MDB nas eleições de 1974 e 1978 e as pressões advindas dos meios sociais, caso dos movimentos grevistas no estado de São Paulo, foram fatores que influenciaram na celeridade dessa liberalização.

Assim, numa perspectiva de abertura política lenta e gradual, o projeto Geisel-Golbery buscou inserir uma transição que objetivasse atingir um Estado de Direito; enquanto isso, viu a oposição comandada pelo MDB conseguir uma grande vitória eleitoral, o que colocou em risco o processo de abertura controlada objetivado pelo governo. Em meados de 1970 cresceu a insatisfação da população com o regime autoritário, começaram a surgir greves e manifestações contra os militares. “Com isso, toda essa ebulição política e social deu substância à crítica oposicionista representada pelo MDB, e contribuiu não só para deslegitimar o governo militar de plantão, mas o próprio regime autoritário” (NASCIMENTO, 2013, p. 58).

⁴ General Milton Tavares de Souza, foi chefe do CIE (Centro de Informação do Exército) e ministro do Exército no governo Geisel. Em 1981, foi acusado de atentados terroristas com a intenção de desestabilizar a abertura política. Foi declarado inocente das acusações.

É inegável que o ciclo militar - que poderia ter terminado em 1967 como queria Castello Branco, e que deveria ter terminado em 1973 como outros (inclusive eu mesmo) propuseram – concluiu-se melancolicamente. O projeto político não foi além da reconstitucionalização votada no Congresso-Constituinte de 1967 e foi logo abortado pelo Ato Institucional nº 5. Não houve renovação de lideranças (CAMPOS, 1985, p. 10).

Com o fortalecimento da oposição através das vitórias obtidas nas urnas o governo se viu obrigado a fazer determinadas concessões aos oposicionistas e a adotar algumas medidas casuísticas. De outro lado, a ala radical dos militares (linha-dura) pressionava o governo para manter o controle do processo de abertura. Desse modo, o governo criaria em 1977, o chamado pacote de abril, com o intento de evitar uma provável derrota nas urnas no ano seguinte, “suspendendo as já previstas eleições diretas de 1978 para os executivos estaduais e para o Senado; criava-se a figura do senador biônico, escolhido pelo partido majoritário nas Assembleias Estaduais” (NASCIMENTO, 2013, p. 60).

Em 1979, o general João Baptista Figueiredo assumiria a Presidência do Brasil, com uma preocupação em retomar o processo político da abertura para a democracia. Uma das questões principais enfrentadas por Figueiredo foi à anistia. Com o decreto da lei da anistia os presos políticos e cidadãos que estavam exilados puderam retornar para o país. Entretanto, a lei também anistiou os militares envolvidos com os atos de repressão que foram praticados em nome do governo ou das Forças Armadas. A anistia garantia que não haveria revanchismos (SILVA, 2003).

No âmbito político, o sistema bipartidário tornou-se um problema para os militares, visto que a oposição representada pelo MDB cresceu eleitoralmente. “As eleições mostravam que o poder central tornara-se prisioneiro do bipartidarismo que ele mesmo criara” (NASCIMENTO, 2013, p. 59). Assim, em 1979, para enfraquecer a oposição que crescia no cenário nacional, o governo decretou a implantação do sistema pluripartidário. Criaram-se seis partidos e sem perceber, o governo acabou por dar o pontapé inicial para a transição política no Brasil. Aumentando a gama das oposições que podiam agora expor suas tendências políticas.

A Arena transformou-se em Partido Democrático Social (PDS) mantendo-se coesa. As oposições fragmentaram-se. O MDB bifurcou-se em duas alas: a liderada por Ulysses Guimarães e Franco Montoro, no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e outra, mais moderada, por

Tancredo Neves, no Partido Popular (PP). Os partidários do trabalhismo também se dividiram entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), liderado por Ivete Vargas e favorável ao diálogo com o governo, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sob a direção de Leonel Brizola. Finalmente, o Partido dos Trabalhadores (PT) reunia lideranças sindicais, militantes católicos e ex-partidários das organizações revolucionárias dos anos 1960 e 1970, pretendendo exprimir os movimentos sociais que irrompiam na sociedade (REIS, 2014, p. 104-105).

Mesmo com a reforma partidária que instaurou o pluripartidarismo, o governo militar viu seu espaço político diminuir. Mas, ainda assim desempenhou um papel importante exercendo certo poder de veto na condução da transição, com base nas posições que continuou a ocupar no aparelho de Estado e na administração pública (A TRANSIÇÃO, 1988, p. 102-103). Em março de 1980, durante a reabertura dos trabalhos legislativos, o cenário era o seguinte em Brasília:

[...] o PDS contava com a maioria absoluta no Congresso. Tinha 36 senadores e 212 deputados federais. O PMDB fez 113 deputados e 20 senadores. E o PP 66 deputados e 10 senadores. Os demais partidos não tinham nenhum senador. Dez deputados filiaram-se ao PDT de Brizola; cinco ao PTB de Ivete Vargas – sobrinha do presidente Getúlio Vargas –, de Janio Quadros e até do lacerdismo; e seis ao PT, de Lula. Havia ainda oito deputados e um senador indecisos, sem partido. (COUTO, 1998, p. 281).

O PMDB acabou por englobar os setores mais conservadores, muito ligados a Tancredo Neves. Reuniu em seu interior, setores do centro e centro-esquerda. “O PMDB continuou, ainda assim, a ser um partido muito heterogêneo, abrigando democratas-cristãos, liberais de várias nuances, social-democratas, entre outros” (SADER, 1990, p. 34).

A ARENA continuou a englobar a direita tradicional sob a sigla do PDS. Já o PTB ligado à origem getulista foi intentado por Leonel Brizola que voltou para o país após a lei de Anistia. Entretanto, o partido foi dado a Ivete Vargas, sobrinha do ex-presidente. Essa ação foi obra de Golbery que enfraqueceu a área trabalhista e aliançou o PTB ao partido de governo. A esquerda se dividiu em dois polos: a Brizola restou criar o PDT sem conseguir aliar o conjunto das forças trabalhistas no seio de seu novo partido. Já as outras lideranças, formaram o PT englobando o sindicalismo de base, metalúrgicos e outros setores de resistência à ditadura.

Em 1982, o país voltaria a eleger seus governantes estaduais pelo voto direto. Com isso, o governo militar perdeu uma parcela da autonomia que exercia. “O governo perdeu a maioria absoluta na Câmara dos Deputados pois o PDS elegeu

235 representantes ao passo que os quatro partidos de oposição (PMDB, PDT, PTB e PT) obtiveram 244 cadeiras. O PMDB elegeu nove governadores e o PDT mais um” (SALLUM JR, 1996, p. 41). A oposição se fortaleceu nos maiores estados, caso de Franco Montoro em São Paulo, de Leonel Brizola no Rio de Janeiro, de Tancredo Neves em Minas Gerais e de José Richa no Paraná. “Em resumo, o avanço democrático ocorreu no interior do sistema autoritário, forçando-o a reformar-se além da política de distensão. Governadores foram eleitos pelo voto direto em 1982, pela primeira após 1965” (OLIVEIRA, 1994, p. 110). A oposição também avançou pelo voto nas eleições municipais em 1982, entre as 100 maiores cidades do país, 83 elegeram candidatos da oposição (SADER, 1990).

Nos anos 1980, ocorre a retomada da participação política no país. O movimento para se efetivar a transição democrática ganha novas massas, sobretudo por conta do chamado “novo sindicalismo” com a criação da CUT em 1983. “Os trabalhadores se confrontam com o regime militar e reconquistam o direito de greve, repudiando a política de arrocho salarial. Os segmentos da classe média se radicalizam, especialmente a intelectualidade e a comunidade acadêmica” (MELO, 1985, p. 269). Naquele contexto os movimentos populares passaram a desempenhar um papel importante no cenário político brasileiro. Depois de reivindicarem a anistia, o movimento social e político chamado de Diretas Já iniciado no final de 1983, mobilizou milhões de cidadãos pelo país. A mobilização contou com “políticos, intelectuais, artistas, centrais sindicais, CEBs, movimentos sociais urbanos, associações de moradores e militantes do movimento estudantil” (NASCIMENTO, 2013, p. 60). A proposta de Diretas Já representava um rompimento radical com a abertura limitada e pactuada que o regime implantava. A luta era por uma eleição presidencial através do voto direto em 1985 (SILVA, 2003, p. 273). Esse desejo da população foi levado para o Congresso Nacional através da proposta de emenda Constitucional, apresentada pelo deputado federal Dante de Oliveira (PMDB).

Encabeçada pelo PMDB, o partido criou uma frente suprapartidária com o PT e o PDT, lançando uma campanha nacional que começou em Goiânia com um pequeno comício. “Pela primeira vez uma espécie de consenso nacional foi conseguido, a favor do direito elementar dos brasileiros de eleger por seu voto universal e direto o presidente da República” (SADER, 1990, p. 39). O ideal da proposta de emenda cairia nas graças do povo, eles queriam escolher um

presidente, mas não podiam. Os principais políticos que aderiram à campanha, foram Lula, Franco Montoro, Tancredo Neves, José Richa, Leonel Brizola, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e Ulysses Guimarães que passou a ser chamado de Senhor Diretas, devido a sua luta pelo projeto. (COUTO, 1998). Porém, mesmo com a mobilização do povo demonstrada nas ruas do país, o governo não cederia essa alteração na Constituição vigente desde 1967. O PDS partido de governo e situação se recusa a discutir a possibilidade de eleições diretas. “No mês de março de 1984, 200 mil pessoas, em passeata no Rio exigem eleições diretas. Figueiredo, pressionado, vai a cadeia de rádio e televisão e reafirma que o próximo pleito será indireto” (DUPAS, 1987, p. 43). Mesmo após a fala do presidente Figueiredo, as manifestações em prol das diretas continuaram crescendo. Em abril, atingiram cerca de um milhão de pessoas no Comício da Candelária no Rio de Janeiro; e em torno de um milhão e meio de pessoas na Praça da Sé em São Paulo. No entanto, a proposta de emenda foi rejeitada pelo Congresso Nacional em 1984 e a eleição do futuro presidente civil seria feita por intermédio de um Colégio Eleitoral⁵.

Em termos mais específicos, a campanha quebrou parte da base parlamentar do regime e restringiu drasticamente as alternativas de vitória do governo no Colégio Eleitoral. É que a derrota da emenda Dante de Oliveira não deixou de revelar a fratura do PDS. Dos 298 votos favoráveis à emenda Dante de Oliveira na Câmara, 54 foram da bancada governista – basicamente do grupo Pró-Diretas, de notórias afinidades com o “presidenciável” Aureliano Chaves, vice-presidente da República (SALLUM JR, 1996, p. 99-100).

Mesmo que o quórum necessário para aprovação da emenda institucional não tenha sido atingido, o movimento pelas Diretas Já contribuiu de maneira significativa para o declínio da ditadura militar no país. Faltaram apenas 22 votos para a emenda ser aprovada, e uma ala grande do partido do governo já demonstrava sua insatisfação com os militares. “Depois de prestar obediência ao regime militar por tanto tempo, o PDS queria experimentar o gosto do poder escolhendo o próximo presidente” (ECHEVERRIA, 2011, p. 275). Evidentemente que muito ainda teria que ser feito para remover todo o chamado entulho autoritário, particularmente se levarmos em conta o caráter moderado do presidente Tancredo Neves, que viria a ser eleito pelo Colégio Eleitoral. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, tido como

⁵Ele era composto pelos senadores “biônicos” impostos pelo Pacote de Abril de 1977, por 479 deputados federais, os senadores, e mais seis deputados estaduais, por Estado, indicados pela bancada majoritária de cada Assembleia Legislativa.” (SADEK, 1990, p. 156-158).

oposição radical pelos militares ao longo do governo, muito provavelmente não seria aceito como candidato à Presidência da República. Segundo o general Carlos Gomes⁶, Ulysses Guimarães era: “[...] completamente diferente do Tancredo. Tinha aquela pose, aquele jeito de ser. Era uma pessoa simpática no trato, mas muito radical em suas posições, ao contrário do Tancredo, que era mais versátil, maleável e inspirava mais confiança (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 119). Por essa razão é que Tancredo Neves, tido como melhor negociador, mais moderado, foi indicado como candidato à Presidência da República. Com essas qualidades ele conseguiu costurar uma ampla aliança que encerraria o ciclo militar da vida republicana brasileira (SILVA, 2003, p. 278). Composta por integrantes do PMDB e do PFL, a Aliança Democrática acabou se tornando a solução para atingir a presidência pelo Colégio Eleitoral.

A resposta das classes dirigentes brasileiras, em seus setores mais lúcidos, foi a Aliança Democrática. Construída pela coalizão PMDB-PFL: o PMDB sob liderança de Tancredo Neves e aprovação de Ulysses Guimarães, este interessado e engajado na campanha por eleições presidenciais Diretas-Já, de grande repercussão popular; aquele, mais realista, ao preferir uma fase de transição através de sucessão presidencial pelo Colégio Eleitoral, na realidade Senado e Câmara federais ampliados. O PFL, inicialmente Frente Liberal, fração do PDS, antiga Arena, partido governista, depois PFL, então sob liderança de Aureliano Chaves (vice-presidente de João Figueiredo) e Marco Maciel, senador com grande capacidade de articulação (CHACON, 2001, p. 212).

O adversário de Tancredo Neves e candidato do governo à Presidência da República pelo PDS, foi o ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, que era ligado ao grupo dos militares linha-dura. Assim, se a vitória deste candidato tivesse se configurado as práticas típicas do auge do autoritarismo poderiam ter frustrado os ideais da liberalização e início ao processo democrático.

A vitória da oposição ao regime militar no mencionado Colégio Eleitoral se deu pela dissidência que ocorreu dentro do PDS, partido que passara a dar sustentação política ao regime militar após a reforma partidária de 1979. Essa dissidência foi ocasionada por dois fatores: Em primeiro lugar pela vitória do deputado federal Paulo Maluf que disputou a convenção do PDS contra Mário Andreazza. Este último era tido como o preferido de Figueiredo para sucedê-lo. Com o resultado da convenção, cresceria o racha dentro do PDS, por conta da ala que apoiava Andreazza (BRANCO, 1984).

⁶ Ministro do Exército do Brasil no Governo Collor (1990-1992).

O outro fator em questão era a aliança que Maluf possuía com o grupo linha-dura do partido, que claramente era contrário à abertura política do país. Assim, os adversários da candidatura de Maluf lideraram a dissidência do partido e articularam a chamada Frente Liberal que viria a formar o PFL (SILVA, 2003).

As divergências entre José Sarney, presidente do PDS, e Paulo Maluf, ambos do mesmo partido, levariam o primeiro a se transferir para o PMDB, onde se tornaria candidato à vice-Presidência da República pelo partido. A escolha de Sarney para vice de Tancredo Neves havia sido um lance da estratégia de contemporização com os remanescentes do sistema anterior, e também uma estratégia seguida por Tancredo para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral (LAMOUNIER, 1990, p. 22). Os apoiadores de Sarney que ainda pertenciam ao PDS não faziam o mesmo, pois perderiam espaços e poderes se ingressassem no PMDB. A solução encontrada pelos outros dissidentes do PDS foi a formação do PFL (Partido da Frente Liberal). Como vimos, o PFL surgiu da dissidência com o PDS “nesse processo, formou, com o PMDB, a chamada Aliança Democrática, para garantir a eleição de um presidente comprometido com a redemocratização do país, mas que fosse confiável ao regime” (NASCIMENTO, 2013, p. 62). Deste modo, a Aliança Democrática foi a união entre o PMDB e a Frente Liberal originada pela dissidência no PDS que futuramente passaria a se chamar PFL, como mencionado acima.

As ações da Aliança Democrática contribuíram para acelerar a transição do governo militar para o civil. Ela ecoou os desejos da sociedade brasileira que já estava cansada do autoritarismo do regime vigente. Dessa forma, a abertura tendia a não ser mais controlada pelos militares, mas sim por várias lideranças políticas e partidos: Tancredo Neves (PMDB), Franco Montoro (PMDB), José Sarney (PDS/PMDB), Leonel Brizola (PDT), Marco Maciel (PDS/PFL) e outros. Mas isso, acabou não ocorrendo.

A construção da Aliança Democrática correspondeu a um realinhamento de forças: reuniu, ao lado dos setores da antiga oposição, que aceitaram a eleição via Colégio Eleitoral, representantes do antigo regime que, por diversas considerações, mostraram-se determinados a derrotar a candidatura de Paulo Maluf (A TRANSIÇÃO, 1988, p. 104).

Nesse sentido, o que deu origem à Aliança foi a vontade dos homens que a formaram de apressar a devolução do poder aos civis e de eleger o presidente Tancredo Neves. A união de diversos partidos e políticos experientes na Aliança

Democrática resultariam na eleição de Tancredo Neves para presidente do país. Assim, deve ser enfatizado, que a Aliança Democrática nasceu, encorpou e firmou-se como uma aliança acima de tudo eleitoral ou eleitoreira (NOBLAT, 1990, p. 32).

Ela nunca incluiu, claramente, quaisquer mudanças no terreno socioeconômico: fazer isso teria representado, naquela fase do processo de transição política, correr o risco de jogar os setores conservadores na oposição ao regime, o que os “moderados” não desejavam (MOISÉS, 1989, p. 78).

Nada demais nem de surpreendente aconteceu com uma aliança que não implicou revisão de ideias, não obrigou ninguém a se converter a novos credos, e que não dispunha de uma ideologia. Mesmo diante desses aspectos a Aliança Democrática cumpriria muito bem seu papel, em eleger um presidente que implantaria um Estado Democrático de Direito (NOBLAT, 1990, p. 33). Ou seja, ela contribuiu para pôr fim à ditadura militar e dar sustentação ao início do governo de José Sarney e, conseqüentemente, ao início do processo de redemocratização do País.

Com a morte de Tancredo Neves, o país seria, então, governado pelo seu vice José Sarney. Alguns políticos do PMDB tentariam propor que Ulysses Guimarães assumisse o cargo de presidente. Fato que não seria aceito pelos militares e pelo próprio Ulysses. Sarney era conhecido pelos militares; era, por assim dizer, um político do antigo regime, respaldado pelo apoio dado à ditadura e, com isso, possuía a aceitação dos militares. Por essa razão Sarney assumiu a presidência, findando por enfrentar problemas econômicos e políticos.

2 REFERENCIAIS TEÓRICOS - HISTÓRIA POLÍTICA

A bibliografia acerca de História Política presente no tema, conta com autores como Rémond, Rosanvallon e Bourdieu. A proposta em se utilizar a História Política como referência teórica se aplica por dois motivos: em primeiro lugar, porque ela incorporou praticamente todas as renovações teóricas e metodológicas realizadas no estudo da História ao longo do século XX; e em segundo, pelo fato de ela não ser mais uma história política tradicional, narrativa e factual, ligada apenas aos feitos dos grandes homens. Assim, embora seja impossível não enfatizar a figura de políticos como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Sarney entre outros, é perceptível que a transição ganhou força através dos movimentos de massas, caso das Diretas Já. Ou seja, mesmo que os políticos civis e militares tenham acertado a transição, ela foi um desejo da população, podendo ser observado através das pesquisas realizadas pelos veículos de informações da época.

A Nova História Política visa construir o sentido do político em toda sua complexidade. Por conta disso ela teve que se renovar, expandir para novos caminhos, utilizando novos e diferentes instrumentos em busca da história total. Extraindo conhecimentos da história cultural, da história social, da clássica história das instituições políticas e da história das ideias.

Nas obras sobre a Nova História Política, particularmente na perspectiva de autores como René Rémond, foram utilizadas suas ideias para discutir a revolução do conceito de história política e também para buscar uma definição da atividade política ligada ao poder. A análise da história conceitual do político será abordada através das concepções de Pierre Rosanvallon, pautando-se na formação e evolução da política como resposta para esclarecer o presente. Recorro a Jacques Julliard para perceber a renovação ocasionada na história política com a aproximação de outras ciências como sociologia, antropologia e a ciência política. Ainda, no estudo das estruturas do funcionamento do campo político, se empregará os conceitos explicitados por Pierre Bourdieu acerca do político.

René Rémond explica que a vocação do historiador “é interrogar-se sobre o sentido dos fatos, enquanto sua especificidade reside, em consequência disso, numa atitude interrogativa, e seu papel é formar hipóteses explicativas” (RÉMOND, 1996, p. 17). Sendo essa a função do historiador, a história política se encontrava

com problemas, visto que permanecia de forma narrativa e factual, se traduzindo muito mais como uma literatura do que como um estudo científico.

Factual, subjetivista, psicologizante, idealista, a história política reunia assim todos os defeitos do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência. [...] Havia chegado a hora de passar da história dos tronos a das dominações para a dos povos e das sociedades (RÉMOND, 1996, p. 19).

O contato com outras ciências como a sociologia, o direito público, a psicologia social, entre outras, foi de fundamental importância para que ocorresse a renovação da história política. Pois, como relata Rémond, o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social. Desse modo o político tem características próprias, mas também mantém relações com outros domínios que o liga a outros aspectos da vida coletiva. Não é possível assim compreender o político como um domínio isolado; ele não tem margens e se comunica com a maioria dos outros domínios. A definição política acaba se tornando abstrata.

A mais constante é pela referência ao poder: assim, a política é a atividade que se relaciona com a conquista, o exercício, a prática do poder, assim os partidos são políticos porque têm como finalidade, e seus membros como motivação, chegar ao poder (RÉMOND, 1996, p. 444).

Assim, a Aliança Democrática foi originada por meio de um pacto político que visava a vencer a eleição para exercer o poder no país. Tanto o PMDB quanto à Frente Liberal compreenderam que, para obter o poder, necessitavam unir forças; nenhum partido político daquela época conseguiria por si só vencer os militares dentro do colégio eleitoral.

O cientista político Rosanvallon destaca um campo derivado da história política, que é a história das mentalidades políticas. O político é o lugar onde se articulam o social e sua representação, a matriz simbólica onde a experiência coletiva se enraíza e se reflete ao mesmo tempo (ROSANVALLON, 1995, p.12). Com isso ele baseia que a história conceitual do político incorpora elementos da cultura política, através de obras teóricas e literárias, e também da imprensa e de movimentos de opinião. A história se torna assim política, por conta de sua articulação do social e de sua representação na vida pública. E ela é conceitual por intermédio dos conceitos que tramitam na sociedade, caso de igualdade, soberania,

democracia entre outros. Assim, esses fatores possibilitam a compreensão do passado e conseqüentemente a do futuro.

Jacques Julliard também critica a história política tradicional por conta de seu aspecto factual, destacando que é preciso introduzir na história política tradicional uma mudança de conceitos epistemológicos. Principalmente no tocante a separar o político do factual, necessitando a história se desprender do acontecimento único e da continuidade espaço-temporal, renovando seus métodos mediante recursos quantitativos que seriam a utilização do uso de outras ciências explicitadas por René Rémond. Assim, visto o aumento do papel político nas sociedades modernas, naturalmente o Estado assumiu um controle maior sobre a vida dos indivíduos, tornando-se extremamente importante o estudo da política de forma coletiva.

Para Bordieu é preciso compreender a dinâmica do campo político que se dá entre os mandantes e os mandatários. Para o autor, existe uma concentração de capital político nas mãos de determinados grupos políticos. Assim, na organização que envolve estes grupos, a concentração de poder é crescente e se dá pela manutenção do monopólio dos campos políticos.

Os que dominam o partido e têm interesses ligados com a existência e persistência desta instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade, que o monopólio da produção e da imposição dos interesses políticos instituídos lhes deixa, a possibilidade de imporem os interesses dos seus mandatários como sendo os interesses dos seus mandantes (BOURDIEU, 1989, p. 168).

Desse modo, ocorre uma concorrência entre os políticos e naturalmente um jogo para transformar ou conservar determinados campos para sua influência, utilizando de todo aparato institucional criado para desenvolver ideais e assim chegarem ao resultado que pretendem.

3 REFERENCIAIS TEÓRICOS – CONTEXTO POLÍTICO

A revisão bibliográfica no campo de História do Brasil foi de devida importância para o estudo. Foram utilizados variados autores entre eles historiadores, políticos, economistas, cientistas políticos e outros. Ao manusear as diferentes obras, tentei preencher as lacunas, contextualizar e amplificar o campo de estudo que não foi conseguido com as fontes jornalísticas. Não são todos os autores que trabalham com o objeto de pesquisa, no caso a Aliança Democrática em suas obras. A maioria dos pesquisadores abordam em seus livros sobre acontecimentos no Brasil entre 1960 a 2010.

Acerca a problemática do período a que remete este trabalho, acredito que a Aliança Democrática é um objeto importante de estudo, pois muito pouco se sabe sobre ela atualmente. Os próprios livros didáticos não a citam para explicar a transição democrática que ocorreu; e se por acaso a mencionam, não excedem algumas poucas linhas.

Em seu livro *Brasil: De Castelo a Tancredo*, Thomas Skidmore analisa o perfil político e psicológico dos militares durante os ciclos autoritários em que estiveram no poder. Ele demonstra em seu prefácio que seu objetivo é descrever e explicar o processo político criado pela determinação dos militares de não devolver imediatamente o poder aos civis, como o fizeram após todas as outras intervenções que realizaram a partir de 1945 (SKIDMORE, 1988, p. 11). Quando trata dos militares, busca expor o esforço que faziam para se manterem no poder, utilizando-se de um sistema autoritário para impor suas decisões numa sociedade tida como política, mas sem os preceitos básicos que uma democracia deveria ter.

O autor dá uma considerável importância para a Aliança Democrática, tanto que sua obra possui uma seção denominada *A Vitória da Aliança Democrática*. Por conseguinte, nesta parte, Skidmore analisa a figura de Paulo Maluf (PDS) como sendo uma figura de discórdia na Executiva Nacional do PDS, o que acabou por criar uma rixa interna e, por conta disso, a oposição a ele no partido migrou para o Partido da Frente Liberal (PFL), que viria a integrar a Aliança Democrática. Diferente dos outros autores analisados, Skidmore se aprofunda mais em dois políticos, casos de Maluf e de José Sarney (PDS/PMDB).

Maluf, enquanto isso, continuava a realizar o que a oposição nunca poderia ter feito: rachar o PDS. A facção dissidente, o Partido da Frente Liberal (PFL), juntou-se ao PMDB para criar a Aliança Democrática. Seu candidato à presidência era Tancredo Neves e à vice-presidência, José Sarney, antigo militante da UDN e posteriormente um baluarte do PDS. Ficou entendido que se a chapa da coalizão ganhasse, haveria uma divisão dos despojos no novo governo (SKIDMORE, 1988, p. 405).

O cientista político Bolívar Lamounier foi empregado para formar uma contextualização no trabalho. O capítulo *Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor* visa ressaltar o que ocorreu entre o final do regime militar e a Era Sarney. Em nenhum momento o autor cita a Aliança Democrática no seu documento, mas trabalha com os políticos desta para explicar a estratégia que garantiu a vitória nas eleições indiretas em 1985.

A escolha de Sarney para vice de Tancredo Neves havia sido um lance da estratégia de contemporização com os remanescentes do sistema anterior, e também uma estratégia seguida por Tancredo para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral (LAMOUNIER, 1990, p. 22).

Outro autor utilizado para compor a contextualização do objeto de estudo foi Francisco Carlos Teixeira da Silva. Este historiador evidencia, em seu capítulo *Crise na Ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil*, as lutas dos movimentos de redemocratização, a luta política entre os *Castelistas* e o MDB no momento de abertura política, o atentado Riocentro, o movimento Diretas Já e a disputa política entre Tancredo Neves e Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. Neste capítulo ele abarca vários temas, mas diante da complexidade destes não existe um aprofundamento. Ele não faz referência à Aliança Democrática em seus escritos, mas, assim como Lamounier, trabalha com personagens ligados a ela.

Por essa razão é que Tancredo Neves, tido como melhor negociador, mais moderado, foi indicado como candidato à Presidência da República. Com essas qualidades ele conseguiu costurar uma ampla aliança que encerraria o ciclo militar da vida republicana brasileira (SILVA, 2003, p. 278).

O Prof. Dr. Luiz Miguel do Nascimento trabalha especialmente com a História política brasileira; em sua obra, *Política e eleição na vida cotidiana*, expõe um capítulo muito rico sobre a *transição política brasileira da década de 1980*, que serviu para dar embasamento tanto a contextualização quanto ao estudo do tema. O autor explica os movimentos sociais que reivindicaram a liberdade econômica e a

abertura política, os movimentos grevistas de trabalhadores que ocorreram na região do ABC. Apresenta também, alguns elementos que deram força para o PMDB se caracterizar como força de oposição ao governo, estes são alguns dos enfoques abordados por Nascimento.

Luiz Miguel Nascimento é um dos autores que se preocupou em analisar o lado socioeconômico da Aliança Democrática. Que embora, ela tenha sido criada para trabalhar no campo político; a Aliança tinha outros objetivos como sociais, econômicos e culturais, ideias presentes no documento intitulado *Compromisso com a nação*.

A Aliança Democrática que nasceu de um ‘pactode não-competição’ entre as elites tradicionais nunca incluiu claramente quaisquer mudanças no terreno sócio-econômico, o que implicaria jogar os setores conservadores na oposição ao regime. A antecipação da corrida sucessória para presidente da República impediu que a Aliança enfrentasse unida os problemas do país (NASCIMENTO, 2013, p. 64).

É possível encontrar História por toda a parte, como é o caso da obra *Crise Econômica e Transição Democrática*, do economista Gilberto Dupas. Este autor também exerceu a função de colunista da Folha de São Paulo e, por conta dessas colunas, seu livro segue uma ordem cronológica de 1983 a 1987. Embora seus escritos tenham um caráter muito ligado à economia, Dupas geralmente aponta a política para explicar as quedas nos serviços, o crescimento do produto agrícola, a queda do PIB, entre outros. Nota-se que o autor possui um fascínio pela História, citando frases de Jules Michelet⁷ e de Samuel Coleridge⁸ na introdução de seu livro. Dupas explana sobre as Diretas Já, a votação da emenda Dante de Oliveira e as compras de votos feitas por Maluf na convenção do PDS. Ele também cita a formação da Aliança Democrática e as possíveis brigas dentro dela, exibindo de certa forma, em alguns trechos, a importância da Aliança para a eleição de Tancredo no Colégio Eleitoral.

O final do ano chega, pois, num clima de compromisso da Aliança Democrática para aceitar o Colégio Eleitoral como o único caminho viável para a transição. E o país começa a perceber que a mudança tão desejada terá que se amoldar, em função da natureza do pacto, com uma transição mais lenta e, ao mesmo tempo, mais segura. É o preço a pagar para se atingir, com garantias, a nova realidade democrática (DUPAS, 1987, p. 65).

⁷ Filósofo e historiador francês do século XIX.

⁸ Poeta, crítico e ensaísta inglês do século XIX.

Um dos autores de suma importância para o trabalho foi Ronaldo Costa Couto, economista pela UFMG, doutor em História pela Universidade de Sorbonne, ministro do interior (1985-87) do governo Sarney. O autor era sobretudo amigo íntimo de Tancredo Neves, sendo assim seus escritos são ricos em detalhes sobre o grupo que ascendia ao poder durante a redemocratização.

Em a *História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil: 1964 – 1985*, Couto consegue apresentar uma condensação da história política brasileira, sob a ótica de quem vivenciou as ações, opções, decisões de Tancredo e da Aliança Democrática. Devido às numerosas entrevistas feitas, consegue focalizar vários personagens que participaram desse período de mudança política. Trata-se de uma leitura enriquecedora para se ter uma noção de como a transição foi vista pelas diversas personalidades da época.

Sua proximidade com Tancredo Neves fica evidente na obra *Tancredo vivo, casos e acaso*, como o título indica, Couto explicita revelações sobre a vida e a morte do político pemedebista. Se utilizando de episódios e depoimentos feitos por políticos, militares, médicos dentre outros, acaba por relatar novas variantes de acontecimentos históricos e também fatos desconhecidos.

Entre os trabalhos acadêmicos consultados para esse projeto, foi imprescindível a dissertação *Democratização e manutenção da ordem na transição da Ditadura Militar à Nova República (1974 - 1985)* e a tese *De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990)*; ambas produções do professor David Maciel.

Em sua dissertação, Maciel apresenta um espectro amplo da transição política da Ditadura Militar à Nova República, demonstrando desde uma implantação da institucionalidade militar autárquica política que se estabeleceu no país, até a crise ocorrida em meados dos anos 1980 com o declínio do que chama de cesarismo militar. A crise viabilizou que uma oposição burguesa ascendesse ao Poder Executivo do país, por meio de uma ampla composição política que mesmo alterando o regime do antigo poder, preservou as Forças Armadas com uma reforma que garantiu os benefícios autoritários e manteve o caráter autocrático-burguês do Estado.

Já em sua tese, o autor faz uma continuação de seu trabalho, explicitando uma substituição da institucionalidade autoritária para uma que fosse democrático-

liberal dentro do Estado autocrático-burguês. Aqui foi utilizado o capítulo I, intitulado como *Ascensão e limites do reformismo peemedebista: da vitória de Tancredo ao “partido do Sarney” (1985-1986)*; sendo possível observar a composição do novo governo conservador que ganhou a tutela dos militares para se eleger, e também a herança de governo que foi deixada para José Sarney administrar.

O livro *Modernização, Ditadura e Democracia 1964 – 2010*, traz artigos de vários pensadores acerca de esferas específicas, como Sociedade, Política, Relações Internacionais, Economia e Cultura, sob a coordenação de Daniel Aarão Reis. Este encabeça a parte 2 da referida obra, trazendo *A Vida Política* para uma análise mais aprofundada, debatendo a “dimensão política, explorando sua inerente imprevisibilidade no contexto de tradições incontornáveis” (REIS, 2014, p. 27-28).

Ele busca expor os motivos que levaram os militares a instaurar a ditadura, com a “intenção” de salvar a democracia. A retomada de tradições nacional-estatistas, que se estabeleceram durante os diferentes governos ditatoriais e mais tarde viriam a ser consagradas na Constituição de 1988. Além disso trabalha com a hipótese de uma acidentada transição democrática, o jogo eleitoral, a sucessão de governos e se estende até o governo do presidente Lula.

Reis não cita a Aliança Democrática em nenhum momento, mas trabalha de forma concisa as Diretas Já, os movimentos sociais e a manobra feita pela oposição para obter a vitória no Colégio Eleitoral. “No contexto de uma imensa frustração nacional, mas fortalecidos pelas gigantescas manifestações, lideranças moderadas passaram a articular uma candidatura oposicionista para vencer no Colégio Eleitoral” (REIS, 2014, p.108).

Já em *Ditadura e Democracia no Brasil*, Reis desenvolve uma análise mais profunda sobre o governo militar, desde a tomada do poder, tratado como golpe, até sua saída controlada com a oposição. É preciso ressaltar o posfácio do livro, indicando que suas anotações já possuem mais de 25 anos, registrando as mudanças ocorridas, ao longo desses anos, na sociedade brasileira.

Nessa obra, Reis estuda a transição política, indo até a promulgação da Constituição de 1988 e a restauração da democracia. Ele evidencia ainda uma “particularidade” na história brasileira, que é justamente o ocorrido durante o período de transição, em que não mais existia uma ditadura propriamente dita, mas ainda não existia uma democracia; essa “particularidade” então se caracteriza como um estado de exceção.

Assim como todos os outros autores, ele faz menção às Diretas Já. Entretanto seu olhar é mais para como os políticos se utilizaram dela para recriarem sua imagem para a futura democracia, desde os mais moderados até os mais radicais, dos ex-partidários da ditadura aos que sempre se colocavam em oposição a ela.

Sobre a Aliança Democrática, seu apontamento se distingue dos demais em um único ponto. “A essa altura, frutos dos acordos firmados no âmbito da Aliança Democrática entre PMDB e PFL, foram aprovadas pelo Congresso duas importantes reformas” (REIS, 2014, p. 147). Estas reformas foram a Emenda Constitucional n.25 que restabeleceu as eleições diretas em todos os níveis – presidencial, estadual e municipal e a Emenda Constitucional n.26 que definia o pleito seguinte, previsto para novembro de 1986, e que elegeria um Congresso com poderes constitucionais.

Sob a organização do jornalista Oliveira Bastos, o livro *Sarney o outro lado da história* busca enaltecer a figura de José Sarney. Como explica o organizador: “com exceção, talvez, de Arthur Bernardes, nenhum outro governante brasileiro teve sua imagem pública tão deformada e sua atuação administrativa tão distorcida, se não ignorada, quanto o ex-presidente José Sarney” (BASTOS, 2001, p. 9). Bastos foi jornalista do Correio Braziliense entre 1976 a 1982, suas matérias eram em grande maioria pró-governo, até por conta do incentivo financeiro recebido pelo jornal nessa época. Tendo isso em mente, busquei utilizar da melhor forma três capítulos do livro que julgo um complemento importante para preencher algumas lacunas da pesquisa. Os três capítulos são respectivamente: de Oliveira Bastos, de Vamireh Chacon e uma entrevista concedida por José Sarney.

O próprio Oliveira Bastos apresenta um capítulo intitulado *O Fim do Revanchismo*, partindo da Era Vargas para explicar a ascensão militar que resultou na “Revolução de 64”. O jornalista se baseia muito no historiador Néelson Werneck Sodré, para quem em 1964 houve uma anomia política e administrativa que levou à crise cambial e à desmoralização completa da autoridade. Conforme Sodré, “o golpe de 1964 não foi um golpe militar; foi um golpe político, vitorioso na área política; isolado o governo, deu-se a operação militar de ocupação, pois o governo já estava politicamente vencido” (apud BASTOS. 2001, p. 237).

O autor ainda faz referência entre um possível golpe dos paulistas do PMDB contra Tancredo Neves. Alusão à tentativa frustrada de articular Olavo Setúbal para o cargo de ministro da Fazenda. Ato que foi rechaçado por Tancredo mesmo estando em viagem no exterior.

Vamireh Chacon é professor, escritor e cientista político com pós-doutorado na Universidade de Chicago. No item *A Democracia Vinga*, Chacon trabalha com a Aliança Democrática e o Compromisso com a nação de forma incisiva, denota-se a importância que o autor deu para o programa firmado pela coalizão PMDB-PFL, vendo o governo de Sarney como mais liberal e democrático da história do país até aquele momento, muito por conta da legalização dos Partidos Comunistas e da Assembleia Nacional Constituinte.

No capítulo *Desafios do Poder*, Sarney é entrevistado por Benedito Buzar⁹. O relato do ex-presidente é único e traz novas informações, além de ser fonte viva do período estudado. Entre os pontos a serem destacados estão os receios do ex-presidente ao tomar posse do cargo sem ter unanimidade para tal; do apoio dado pela dissidência do PDS; e na tentativa fracassada de restaurar a Aliança nas eleições de 1989.

Para complementar o entendimento acerca de Sarney, utilizei-me de *Sarney – A biografia*, da jornalista Regina Echeverria. Por ser uma obra muito extensa, ela acaba trazendo episódios desde a criação da Aliança Democrática, a escolha de Sarney como vice tutelada por Aureliano e o embate entre Executivo e Legislativo realizado por Sarney e Ulysses.

Brasílio Sallum Jr é pesquisador, professor e doutor em Sociologia. Autor de diversas obras, se destaca por suas pesquisas acerca da democracia, política e crises. Em seu livro *Labirintos – dos Generais à Nova República*, estabelece como tema central a transição política brasileira que passou de uma ordem política autocrática para uma mais democrática em 1985.

Sallum Jr explica que o declínio do regime militar e a democratização política foram impulsionadas por conta da crise do sistema desenvolvimentista¹⁰ que fora adotada no país. Assim, a coalizão formada para compor a Nova República, buscava consertar o fracasso econômico dos antigos governos, estabelecendo uma democracia liberal para criar um padrão nacional-desenvolvimentista. A forma como

⁹ É jornalista, professor e pesquisador, foi deputado estadual pelo Maranhão mas teve o mandato cassado em 1964. Ocupante da cadeira 13 da Academia Maranhense de Letras, exerce o cargo de presidente da Academia desde 2011, sendo autor de diversas obras. Atualmente leciona Ciência Política no curso de Administração da UEMA (Universidade Estadual do Maranhão).

¹⁰ De forma simplificada, o Desenvolvimentismo se baseia numa política econômica centrada na produção industrial e de infraestrutura, o estado participa de forma ativa, dando incentivos para esse modelo econômico gerar o aumento de consumo no mercado interno. No Brasil, esse sistema foi aplicado no governo de Juscelino Kubitschek, com o discurso “50 anos em 5” e também no regime ditatorial militar, com o chamado “milagre econômico”.

estabelece a participação da Aliança Democrática sendo determinante para o processo de transição, acabou por tornar a obra de máxima relevância para o estudo do objeto.

O jornalista e historiador Marco Antônio Villa, trata o final da era Jango, o regime militar e a transição para o governo civil. Em seu livro *Ditadura a brasileira 1964-1985*, ele crítica à esquerda e também a direita, defendendo que no Brasil não existiu uma ditadura tão duradoura quanto outros livros mencionam.

O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982 (VILLA, 2014, p. 6).

Contudo, cabe discordar de Villa em determinados pontos. O Estado brasileiro não se tornou uma ditadura apenas após o AI-5. Desde o golpe que depôs João Goulart a força, os militares estabeleceram atos institucionais que cancelaram as eleições diretas para presidente, e conseqüentemente para os governos estaduais, dissolveram partidos políticos, legalizaram ações para cercear a liberdade dos indivíduos e cassar políticos contrários ao partido de governo.

Mesmo que em 1979, tenha ocorrido uma certa liberalização por conta da Lei da Anistia, cabe ressaltar a presença dos militares mais radicais dentro do Governo. Várias tentativas de espalhar o caos e impedir a volta de um governo democrático foram tentadas pela ala mais dura dos militares. Entre os anos de 1980 a 1981, várias bombas explodiram no país, artefatos produzidos e plantados por militares para barrar a transição. O mais notório ficou conhecido como Atentado do Rio Centro durante um show em comemoração ao Dia do Trabalhador. Por tudo isso, a ideia de Villa em diminuir a ditadura militar em apenas 10 anos não se sustenta.

Embora trabalhe muito forte sua concepção pró-militar, Villa também salienta a importância da Aliança Democrática de forma muito abundante, detalhando sua criação, formação, articulações internas e externas, aceitação popular, embates políticos, vitória no Colégio Eleitoral, entre outros. Tanto que segundo o autor:

A sucessão de encontros entre os liberais e o PMDB culminou, em 14 de julho, depois de duas horas de reunião, na formalização do acordo que levou à criação da Aliança Democrática. A reunião ocorreu no Palácio do Jaburu, residência do vice-presidente da República. Estavam presentes dezoito líderes da Frente Liberal, do PMDB e da dissidência do PDS. Como

disse Tancredo: “Agora não é uma aventura. Agora nós estamos realmente diante de uma possibilidade manifesta” (VILLA, 2014, p. 209).

Isto é, embora a Aliança tenha sido apresentada em de forma pública, em 7 de agosto de 1984; toda a arquitetura e estrutura da base da coalizão foi construída nessa reunião, feita a poucos dias da apresentação ao público.

Em à *Ditadura Acabada*, última obra da Coleção acerca da Ditadura Militar Brasileira, Elio Gaspari destrincha os acontecimentos durante o Governo Figueiredo. Recorri a esta produção para captar a problemática que envolveu a Anistia sancionada pelos militares. No que consta, o governo acabou por utilizar o indulto dado aos exilados para se auto absolver pelos seus crimes cometidos até 1979, e para obter conhecimento sobre acontecimentos e informações que envolveram a campanha de Tancredo Neves, caso da tentativa criada por militares para aproximar os comícios do candidato com o Comunismo, através de bandeiras vermelhas com símbolos da ideologia política. Sob a ótica do autor, a transição acabou sendo um acordo entre Tancredo Neves e os militares, por conta disso o elemento democrático presente nela não deve ser tão exaltado.

O cientista político, Emir Sader, com a obra *A transição no Brasil – Da ditadura à democracia*, expõe em sua produção que o processo da transição não teve fim com a posse de Sarney. Ela continuou por conta de todo agrupamento conservador presente no governo. Assim, o processo aconteceu através de um pacto político com a elite se tornando uma transição acertada. Desta forma, somente com a eleição de Collor em 1990, o Brasil concluiu uma transição democrática. Sader estabelece ainda a formação dos partidos após a lei de Anistia, a heterogeneidade que o PMDB já detinha antes da formação da Aliança, e que o *Compromisso com a nação* não foi cumprido por Sarney. O autor possui um poder de síntese muito grande, sendo percebível pela quantidade de assuntos tratados na obra.

Ao historiador é necessária uma ótica de retrospectiva, mas em verdade, é importante analisar o tempo presente dos relatos jornalísticos. E a obra *O complô que elegeu Tancredo* apresenta a História resgatada desses tempos turbulentos. Escrita por Gilberto Dimenstein, Ricardo Noblat, Roberto Fernandes, José Negreiros e Roberto Lopes; todos jornalistas, desenvolveram a obra quando trabalhavam no Jornal do Brasil em Brasília durante meados da década de 80.

Lançada em 1985, as principais fontes foram as edições do Jornal do Brasil. Partindo da crise existente no PDS e cessando no espectro de um possível golpe com a vitória de Tancredo Neves. Assim, o livro é um recorte temporal perfeito para o objeto de estudo, pois contém os relatos que existiram dentro dos gabinetes, as tramas entre políticos e militares, armadilhas e golpes contra a eleição de Tancredo, e outras coisas a mais.

É importante compreender o que pensavam os militares que ocupavam posições importantes no governo. Por meio de entrevistas com os oficiais de variadas patentes, Celso Castro e Maria Celina de D'Araújo apresentam as visões e relatos dos militares sobre variados assuntos do período. São duas obras significativas para o estudo, uma é *Ernesto Geisel* e a outra *Militares e política na Nova República*. A primeira resulta de vários depoimentos prestados pelo general e ex-presidente Geisel. Sua presença em todos os governos militares e influência entre políticos podem ser percebidos na obra. Sobretudo nesse estudo, priorizou sua atuação na questão da distensão planejada por ele e Golbery, e também por sua influência entre políticos e agentes do governo durante o mandato de Figueiredo. Já a segunda, foi empregada para compreender a presença militar no governo Sarney, e também para adquirir relatos de determinados fatos que envolveram políticos, militares e o conceito de transição.

Na obra *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*, do pesquisador Eliézer Rizzo de Oliveira, foram extraídas informações para compor a pesquisa em um contexto geral. Utilizei-me dos escritos do autor para compreender melhor o interior das Forças Armadas durante o período militar. Desde a distensão planejada por Geisel com o intento de recuperar a imagem dos militares, a proximidade dos militares com os parlamentares durante a abertura política, e no apoio dado pelos militares a Sarney quando a Aliança Democrática deixou de ser o esteio do presidente. Sobretudo, confirmasse que a elaboração da transição foi discutida pelos militares ao longo dos anos. E mesmo que após efetivação de um governo civil, os militares tiveram uma forte influência. Assim, através de pressões interviram nas atribuições militares durante a Constituinte.

Reitero que meu objetivo não é me aprofundar nas questões militares, sejam indivíduos, ações ou a instituição. Com isso explicado, aproveitei a análise de André Moysés Gaio com o livro: *Em busca da Remissão – a mobilização militar pela democracia* para compreender a concepção da abertura política. As causas que

levaram a propor tal projeto e as polarizações que ocorreram dentro do Exército. E em especial, o porquê resolveram interferir no processo sucessório.

Buscando compreender a visão antagônica de como ocorreu a transição, sob a ótica dos parlamentares que a vivenciaram, empreguei os escritos: *Construindo a Transição Democrática – 1984/1985* de Alberto Goldman; e *A Transição Política no Brasil* de Roberto Campos. Ambos escritos foram publicados pelo centro gráfico do Senado Federal.

No período em que escreveu *Construindo a Transição Democrática – 1984/1985*, Alberto Goldman era deputado federal pelo PMDB. Sua trajetória política envolve mandatos de deputado estadual e federal, governador de São Paulo, ministro dos Transportes no governo Itamar e presidente nacional do PSDB. Nas eleições em 1985, ajudou a eleger Tancredo.

Goldman expõe seus discursos e projetos de lei, além de sua perspectiva da importância da transição política para a democracia. Em seus trechos pode se observar a luta e vontade do parlamentar para que a transição fosse efetivada, como se percebe no excerto:

A nossa posição era no sentido de impedir o continuísmo, seja pelo processo indireto, seja pelo processo direto. Iríamos fechar as portas desta ditadura; ela não teria mais lugar. Pelo processo direto, a vitória era nossa. Mas também, pelo processo indireto, qualquer que fosse ele, colocaríamos homens comprometidos com as lutas da Oposição, nestes vinte anos. Iríamos fazer com que eles não tivessem mais nenhum recurso para manter aquela política entreguista e antidemocrática, a favor do FMI (GOLDMAN, 1986, p. 48).

Por intermédio de seu texto, é possível obter uma visão mais próxima do que foi a Aliança Democrática, de quem foi Tancredo Neves e de como a Transição Democrática foi defendida. Tudo dentro da ótica de um partidário apoiador da Aliança, por conta disso, seu livro é de grande valia para a pesquisa.

Em oposição ao autor anterior, Roberto Campos exprimiu em *A Transição Política no Brasil*, sua percepção crítica da Nova República que estavam implantando no país. Campos foi político, economista, professor, escritor e diplomata; ocupou o cargo de ministro do planejamento no governo de Castelo Branco, e de presidente do BNDS entre 1958 e 1959. Em sua vida pública se elegeu deputado federal pelo Rio de Janeiro e senador por Mato Grosso. Na votação no Colégio Eleitoral em 1985, acompanhou a base do PDS votando em Paulo Maluf.

Para Campos, pouco mudou na realidade política brasileira com a transição e a novidade da época seria a Constituinte. Suas críticas vão muito de encontro a Tancredo e a Aliança Democrática, que segundo ele deveria se registrar os pontos negativos do pacto como “[...] a fragilidade quebradiça da coalizão política que permitiu a ascensão presidencial de Tancredo. O objetivo unificador da conquista do poder será eroso rapidamente no cotidiano da administração do poder” (CAMPOS, 1985, p. 6). Ademais, conclui que o ciclo militar poderia ter terminado em 1967 como queria Castello Branco, e que deveria ter terminado em 1973 como ele próprio e outros agentes propuseram. Por fim, afirmava que para a democracia social se fixar no Brasil, é necessário acabar com o rodízio de regimes que persistiram na América Latina, caso do populismo e do militarismo.

Sob um outro viés da transição; Roberto Ribeiro Côrrea analisa em seu livro, *Jogos, Cenas e Cenários da Transição Democrática Brasileira*, como um processo que se deu de forma contingente. Côrrea usa a teoria dos jogos de Tsebelis¹¹ para investigar os atores no decurso da transição. Acerca dos jogos propostos, este trabalho examinou apenas o que relaciona a Aliança Democrática, dentro do quesito arena eleitoral, onde jogam as forças políticas da situação e da oposição se enfrentaram. Para chegar a um resultado Côrrea usa valores chamados de “payoffs”, eles são determinados pelos fatos e agentes de acordo com uma cooperação ou deserção dentro do jogo. Ademais, o autor também explana sobre o *Compromisso com a nação*.

O professor Juan Linz, da Universidade de Yale, especialista em Ciências Políticas e autoritarismo; e o professor Alfred Stepan, da Universidade de Oxford, grande estudioso do regime militar brasileiro, completaram um trabalho importante sobre as transições democráticas e de teorias gerais da democracia. O livro *A transição e consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul* é dividido em três partes – a primeira é um panorama teórico; a segunda apresenta as transições políticas ocorridas em Espanha, Portugal e Grécia; e a terceira demonstra as mudanças políticas realizadas Uruguai, Brasil, Argentina e Chile.

Embora a análise a respeito do Brasil seja breve, os autores expõem que “as condições restritivas impostas pelo regime militar hierárquico, ao deixar o poder,

¹¹ TSEBELIS, George. **Nested Games**. Rational Choice in Comparative Politics. Berkeley and Los Angeles, Califórnia: University of California Press, 1990.

afetaram não apenas as origens do novo governo civil, mas também seu desempenho” (LINZ, STEPAN, 1999, p. 205). Evidenciando a influência que os militares tiveram na transição controlada.

4 A TRANSIÇÃO E OS MILITARES

4.1 O BRASIL E SUA DIFERENCIAÇÃO NO CONE SUL

Ao longo dos anos os países da América Latina acabaram se desvencilhando do caminho autoritário. Na década de 1980, Argentina, Peru, Uruguai e Brasil iniciaram os seus processos de transição política. No Brasil, o desgaste do governo militar, a alta inflação sem controle do Estado e a crescente percepção da população acerca da necessidade de ampliar os espaços de participação democrática, são alguns fatores que contribuíram para o processo liberalizante no país. Tanto nos países vizinhos quanto no Brasil, as transições democráticas foram um momento de entusiasmo popular. E claro, que neste aspecto houve suas vantagens e desvantagens.

Deve-se elencar alguns pontos que diferenciam a transição da ditadura militar no Brasil ante os outros países do Cone Sul. No Brasil, as forças de contestação ao regime foram muito mais fracas do que na Argentina, Chile e Uruguai. A esquerda era um viés novo e não tinha espaço dentro do aparelho de Estado, acabava sendo dependente de outros partidos. A ditadura brasileira subjugou o Legislativo e o Judiciário, não foi necessário fecha-los pois eram mecanismos do governo. A política estatizante dos governos militares brasileiros priorizava a abertura para mercados internacionais. (SADER, 1990). Motivada por um ideal de industrialização, a política nacional se organizou na criação de indústrias de base (siderurgia, hidrelétrica, petroquímica) que levou o país ao chamado Milagre Econômico. Após alguns anos o custo do “milagre” se transformou numa crise geral no Brasil. O favorecimento de uma política econômica em prol do capital monopolista e internacional, gerou uma massa de pobres e miseráveis brasileiros. “O regime que dera ao país o Milagre Brasileiro dos anos 1970 colocara-o nas cabeceiras do que viria a ser a Década Perdida (GASPARI, 2016, p. 179).

O Brasil permanece como um objeto único e exclusivo ao se comparar com outros regimes militares no mundo e na América Latina. Se compararmos com os regimes militares na Argentina e no Chile, o Brasil teve um menor número de mortos e desaparecidos. Mas claro, esse não é o ponto! Nenhuma vida é insignificante. Embora, seja possível considerar maior truculência de um regime que matou trinta mil ou bem menos que isso. Um regime que matou menos ou torturou menos, jamais

deixará de ser ditatorial. Torturar e executar presos políticos não importando a quantidade, é ditadura. E diferentes dos outros países já mencionados, a cisão não se deu através de uma interrupção radical, e sim de uma transição acertada. Isso que acabou por influenciar a Nova República. “Não há na História, um regime democrático que fosse construído em outras bases. As contradições, no caso, são necessárias. E inevitáveis. A democracia é mais importante que a Nova República” (DUPAS, 1987, p. 91).

4.2 A IDEIA DA TRANSIÇÃO LIMITADA PELOS MILITARES

Após essa breve diferenciação, por que o regime militar iniciou o processo de distensão? Sob uma análise preliminar, havia poucos motivos para os militares iniciarem ações liberalizantes. Para alguns autores, como Alfred Stepan¹² (1986 apud GAIO, 1997), primeiramente, não havia uma oposição suficiente para exigir reformas; em segundo lugar, não teria ocorrido nenhuma greve até 1977 que fosse significativa; finalmente, existia uma pesquisa¹³ em 1973 que indicava os brasileiros esperançosos sobre o ano de 1974. No entanto, havia outros espaços de resistência, como sociedades amigos de bairro, comunidades eclesiais de base, lutas por transportes, creches, regularização de terrenos, saúde, etc. (MUNHOZ, 1990).

Se a historiografia ainda discute sobre a força ou fraqueza da oposição ao regime militar, por parte das organizações civis, há um certo consenso em relação aos militares. Basicamente, houve uma contradição entre militares como governo e militares como instituição, que ocasionou uma divisão interna na disputa pelo cargo de presidente e de grupos internos da instituição militar. Esses sinais foram percebidos por Geisel e Golbery que temendo cisões e o enfraquecimento das Forças Militares, acabaram por planejar o processo de distensão. Entre vários autores podemos encontrar explicações para o processo de abertura, em geral os fatores que desencadearam tal ação foram: a crise e complexidade econômica, uma

¹² STEPAN, Alfred C. **Os Militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. P. 43-44.

¹³ “A pesquisa de fim do ano do Gallup, em dezembro de 1973, mostrava que 65% dos entrevistados em São Paulo (o coração da sociedade civil de oposição) sentiam que 1974 seria um ano melhor que 1973, enquanto apenas 14% sentiam que seria pior” (STEPAN, 1986, p. 43-44). Dados obtidos na Sede do Gallup-Brasil, em São Paulo.

busca para legitimidade do sistema militar, desavenças de autoridade nas Forças Armadas e também a vontade de Geisel.

Acerca do processo de abertura, segundo o próprio Geisel, foi o Chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery, que queria mais rapidez no processo de abertura, já ele por precaução, uma maior lentidão. Segundo o militar, foram as pressões de oposicionistas políticos e dos veículos de mídia que retardaram a distensão, “se a oposição se tivesse conduzido com mais cautela, sem exercer determinadas ações, possivelmente a abertura teria sido feita muito antes” (CASTRO, D’ARAÚJO, 1997, p. 420). Entretanto, a que se observar que o MDB começou a ganhar espaço em 1974. Com as eleições de âmbito federal realizadas em novembro, “O MDB quase dobrou sua representação na câmara baixa (o número de cadeiras tinha sido aumentado de 310 para 364), saltando de 87 para 165; a ARENA caiu de 223 para 199” (SKIDMORE, 1988, p. 287). Com isso, o governo viria a criar barreiras para deter o crescimento da oposição.

O resultado da crescente do MDB, se deu muito por conta do afrouxamento das regras eleitorais, o que permitiu o debate entre os candidatos na televisão e no rádio. Além disso, o “milagre brasileiro” tinha chegado ao fim e o descontentamento crescia. As eleições acabaram por deixar claro que a transição não seria ditada como Geisel queria. Temendo o avanço da oposição nas próximas eleições, Geisel decretou em a Lei Falcão¹⁴ em 1976. Já em 1977, Geisel fecha o Congresso Nacional para modificar a Constituição, foi instituído assim o chamado “Pacote de Abril¹⁵”. Todas essas medidas foram efetuadas para garantir um maior controle do governo sobre a transição.

O processo de redemocratização no Brasil, acabou sendo conduzindo sob um menor trauma, se levarmos em consideração os outros países latinos. Segundo o senador do PDS, Roberto Campos, 3 fatores auxiliaram nesse sentido. Em primeiro lugar, o baixo custo social da transição, não houve casos de violência ou revolta civis na transferência do poder. Em segundo lugar, o maciço apoio popular a Tancredo Neves. O político mineiro personificou a desejada mudança ansiada

¹⁴ Foram alteradas as regras relacionadas a propaganda eleitoral nas cadeias de rádio e televisão. O candidato podia ler um breve currículo e mencionar o horário e local de seus comícios, expor seu nome, sua foto e o nome de seu partido. Quaisquer outras ações fora dessas eram proibidas, como discursos, outras imagens, veiculação de música e pretensão de projetos.

¹⁵ Dentre a principais medidas outorgadas pelo “Pacote de Abril”, estavam a criação dos senadores biônicos e o aumento do mandato presidencial para 6 anos. A intenção da medida foi garantir a maioria governista no senado.

durante a campanha das Diretas Já. Ele representava uma esperança de modificação em face a um regime exaurido e mantido pelos militares. Por último, a relutante, porém disciplinada aceitação, pelos militares, do encerramento do “ciclo revolucionário”, aceitação que foi proporcionada pelo não revanchismo contra os militares. A ideia de anistia sempre foi transmitida por Tancredo para os militares como um pacto implícito, e isso, levou a uma adesão em torno do seu nome (CAMPOS, 1985).

Em oposição a isso, Linz e Stepan dizem que “[...] o Brasil foi o que teve maiores dificuldades para consolidar a democracia” (1999, p. 203). Sob um regime militar hierarquicamente comandado, originou-se uma transição falha e que trouxe consequências graves para o Brasil durante o processo de democratização. Através da promessa de Tancredo do não revanchismo, os militares acabaram sendo contemplados quando deixaram o governo. Seus atos autoritários e criminosos nunca puderam ser julgados por conta da lei de anistia sancionada por Figueiredo em 1979, que acabou por funcionar como uma faca de dois gumes. De um lado, um triunfo da sociedade. Do outro, um instrumento de proteção aos militares. Com a mesma intenção a nova lei de partidos políticos entrou em vigência. Vozes e ideias que foram contidas acabaram por ganhar espaço na luta política. Em contrapartida, enfraqueceu-se a oposição com a divisão em partidos.

Entre os variados autores consultados para a compreensão da transição política no país, nota-se que não existe um consenso de qual foi a duração do processo. Embora a grande maioria das obras trabalhem que ela foi concluída em 1985 com a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral, existem outras duas perspectivas: segundo Sader (1990), Linz e Stepan (1999), a transição de fato ocorreu com a posse de Fernando Collor em 1990. Assim, embora não estivessem mais no poder e o plano de controle militar tivesse falhado nas eleições indiretas. Os militares tiveram atuação de peso no governo Sarney, tanto que, durante a Assembleia Constituinte a influência militar “foi forte o suficiente para nos permitir colocar a Constituição brasileira em nossa categoria de ‘uma Constituição criada em circunstância altamente restritivas, refletindo o poder de facto das instituições e forças não-democráticas’” (LINZ, STEPAN, 1999, p. 206).

Tanto a duração incomum da transição brasileira, quanto o fato de que a abertura militar durou seis anos mais que o “fechamento” militar, parecem-nos diretamente relacionados ao fato de que o regime autoritário,

que embora jamais tenha sido plenamente institucionalizado, era hierarquicamente controlado por uma organização militar que detinha poder suficiente para controlar o ritmo da transição e para extrair um alto preço por se retirar do poder (LINZ, STEPAN, 1999, p. 205).

Já de forma antagônica, com um viés simplista e pouco elaborado, Villa (2014) defende que não houve 21 anos de ditadura no Brasil. “Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979-1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982” (VILLA, 2014, p. 7). Segundo o historiador, a vigência de uma ditadura ocorreu por quase dez anos no país. Para chegar nessa explicação, Villa expõe que nos últimos anos a versão dos militantes da luta armada contra da ditadura se consolidou no país. E o terrorismo praticado por esses pequenos grupos durante esse período, acabou por dar munição para o Terrorismo de Estado.

A transição acabou sendo condicionada por duas tutelas: a econômica e a militar. O fator econômico ocorreu por conta da crise gerada durante o período ditatorial, o financiamento externo acabou sendo uma bomba propulsora e veio a explodir no início dos anos 1980. Já o fator militar, decorre que a desmilitarização do poder não foi tratada da forma que deveria por aqueles que dirigiam a transição. Embora não fizessem mais parte do governo, a presença dos militares influenciava as ações no Estado brasileiro. A própria Constituição que viria a ser aprovada em 1988, delegou às Forças Armadas o direito de intervenção em assuntos internos no país, para tal intromissão basta que algum dos três poderes solicitem a ação. Os militares continuaram presentes em empresas estatais, em ministérios, na indústria bélica, setores de informações e na imprensa. Ambas tutelas acabam por servir de ponte entre o velho e novo regime presente no país (SADER, 1990).

Sob uma outra ótica, podemos entender que a transição se fez de uma forma capenga. Os militares pretendiam uma transferência de poder para a esfera civil, mas isso seria feito da forma em que julgavam ideal, daí temos a transição lenta, gradual e segura planejada por Geisel. Nesse ponto as reivindicações que a sociedade defendia começaram a incomodar o governo, sobretudo, a oposição política ganhou espaços importantes no Congresso Nacional. Mesmo assim, o teórico general Golbery do Couto e Silva, defendia a doutrina de segurança nacional, “propunha um processo de abertura gradativa, que fosse desativando os focos de

tensão acumulados pelo regime ditatorial, para que a transição pudesse ser feita sob controle” (SADER, 1990, p. 32). Por isso, o planejamento precisou ser acelerado, contudo, sem que os militares perdessem o controle. Geisel passou o comando para Figueiredo, e junto com a sucessão uma instrução em específico, a de que solidificasse a abertura política. Figueiredo possuía um temperamento militar exacerbado e uma escassa experiência política, perante essas características destacasse a célebre frase para se referir ao processo de abertura: “Quem for contra a abertura, eu prendo e arrebento”.

Agora em seu processo de abertura política, o governo precisava tomar as rédeas do seguimento da transição. O temor dos militares de perder o controle se dava por conta do que ocorreu no país vizinho. Na Argentina, as forças armadas saíram muito humilhadas com a derrota para a Inglaterra ocorrida nas ilhas Malvinas. A retirada do Exército argentino levou à queda da junta militar no país, e com isso uma eleição direta foi realizada resultando na escolha de Raúl Alfonsín¹⁶. Com a posse do novo governo civil, prisões¹⁷ de generais, almirantes, brigadeiros e outras patentes das forças armadas foram expedidas. Dentre os presos estavam dois ex-presidentes (GASPARI, 2016). Todas essas ações que ocorreram no país vizinho, criou um espectro de um possível levante civil e num julgamento dos militares perante suas ações no governo ditatorial.

Já no contexto brasileiro, ocorreu no final da década de 1970, um crescimento das mobilizações de massa. Mesmo com toda a publicidade que o movimento metalúrgico recebeu da imprensa, outras categorias insurgiram para cobrar suas reivindicações. Entre elas temos: trabalhadores de construção civil, siderurgia, portos, telecomunicações; professores; motoristas de ônibus e bancários (SKIDMORE, 1988).

Esses movimentos grevistas ao longo dos anos acabaram por enfraquecer o regime militar. As centrais sindicais tiveram uma importante participação nesse processo, entre as principais estão a CONCLAT¹⁸ e a CUT, esta mais combativa. O próprio movimento das Diretas Já destoou a insatisfação da sociedade ante o governo. Esses pontos demonstram uma resistência perante os ideais de transição

¹⁶ Foi presidente da Argentina entre 1983 – 1989. Enviou o projeto de lei para o Congresso revogar a lei de autoanistia estabelecida pelos militares. Além disso criou a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) para investigar os crimes cometidos pelos militares, que resultou na condenação dos chefes do antigo regime argentino.

¹⁷ Mais de 600 repressores foram condenados até 2016.

¹⁸ Em 1986, teve seu nome alterado para Central Geral dos Trabalhadores (CGT);

elaborados pelos militares; e em contrapartida, explica o receio deles diante um possível revanchismo.

No início de 1984, os militares reviram sua posição, passando a interferir no processo sucessório, contestando o processo de escolha direta para a Presidência da República e afirmando que a continuidade da abertura dependia da manutenção da eleição indireta, através do Colégio Eleitoral e que, caso a oposição continuasse a propor mudanças das regras eleitorais, o país caminharia para uma *argentinizacão* o que significava o surgimento do revanchismo contra os militares, além de promover a ressurreição do comunismo (GAIO, 1997, p. 80).

Ao analisar a transição, Eliézer Oliveira expõe dois elementos que ajudam a compreender a abertura feita pelos militares. Em primeiro lugar, a autonomia política que o governo detinha sob um grau elevado, levou a uma desavença no interior das Forças Armadas. Em segundo lugar, os pedidos da sociedade não foram tão levados em conta pelos agentes do processo. Estes se preocuparam com uma “crise moral vinculada à tortura, uma crise de autoridade vinculada ao desenvolvimento de hierarquias paralelas de informação e repressão” (OLIVEIRA, 1994, p. 67). Persistir nessa forma de governar pioraria a imagem dos militares na sociedade e colocaria em risco as garantias da instituição militar frente a uma inevitável mudança política.

A crise se instaurou dentro do Governo Militar por conta de seu caráter autoritário. Decisões repressivas tomadas pelos altos escalões do poder militar contradiziam os princípios que foram ensinados na academia, caso da disciplina e ordem. A honra militar desvaneceu com as torturas, assassinatos de presos políticos e corrupção crescente.

Os custos da atuação do aparelho repressivo para a imagem da instituição militar se tornaram muito altos. A obsessão em exterminar o movimento comunista, já que ele tinha sido totalmente desarticulado a partir de 1975, tornou-se uma retórica para justificar a manutenção do aparelho repressivo com seu amplo grau de autonomia. Para as Forças Armadas regulares, havia o ressentimento de que sua imagem pública estava associada somente aos esforços à repressão política, como se a elas coubesse o papel de polícia. Além disso, apontavam-se evidências de que existia a ligação entre o aparelho repressor, o tráfico de drogas e o Esquadrão da Morte [...] (GAIO, 1997, p. 69-70).

Com estas ações a imagem dos militares foi se arranhando ao longo dos anos de governo, era necessário recuperar a lógica da instituição dos militares e a distensão era o mecanismo para tal intento. “Neste sentido, a distensão corresponde a uma condição necessária à recuperação da institucionalidade do aparelho militar,

ao custo da retração do seu espaço político-burocrático no Estado” (OLIVEIRA, 1994, p. 108). Assim, na concepção da distensão, coube ao grupo político-militar comandar as ações com a preocupação de não perder a iniciativa. Essa inquietação se deu por conta da extrema direita que existia no seio do Exército e queria barrar a transição. E também por conta da pressão que a oposição exerceu sobre a ala militar no Congresso.

Eliminados estes perigos, haveria que reforçar a alternativa do centro político para onde deveriam convergir as forças moderadas de ambos os lados. Daí atribuir-se ao general Golbery da tática de solicitar da oposição que contivesse os seus radicais (os autênticos, no caso do MDB, que não aceitavam qualquer negociação com o governo) que o governo conteria os seus (notadamente o setor repressivo). Visto em perspectiva, este conjunto de conceitos vinculados à distensão mostra sua força no processo de reconstrução institucional do país, onde as forças centristas – as forças moderadas – assumiram o controle político do Estado, por meio da Aliança Democrática que ensejou a eleição de Tancredo Neves e José Sarney (OLIVEIRA, 1994, p. 109).

O processo de transição sob um viés democrático, se deu de forma longa, foram onze anos até a eleição de 1985 que diante de todas adversidades, culminou na posse de Sarney. O vice que acabou se tornando definitivo “não queria ver reduzidos nem seu mandato nem seus poderes, e o Exército, que não queria submeter-se ao voto de desconfiança do Parlamento, e que, além disso, queria conservar sua relação direta com o presidente, juntaram forças” (LINZ, STEPAN, 1999, p. 206). Os militares conseguiram assim desacelerar as mudanças pretendidas pelo novo corpo político que ganhou espaço no país. “O governo de transição presidido por José Sarney resulta de mudanças assim controladas, em função das quais o aparelho militar deixa voluntariamente de ocupar o centro do poder político para assumir uma função de tutela sobre o governo civil” (OLIVEIRA, 1994, p. 106). Ou seja, toda a forma de controle sócio-político utilizada pelo regime militar ao longo da abertura, acabou se mantendo após as eleições de 1985. Sob o governo de Sarney, as classes dominantes, sobretudo as elites e militares, recuperaram sua zona de discussão no cenário político. Assim, todo o espaço preenchido pelos militares e a negociação de uma transição acertada, se mantém incontestável conforme o relato de Sarney:

A transição deu certo, porque nos constituímos um grupo de políticos. A união do Tancredo, do Ulysses, Aureliano, Marco Maciel, eu, os outros todos. E fizemos uma coisa fundamental: tomamos a vacina contra a

área militar. Para inibir reações de setores militares antagônicos. Isso foi feito com o general Leônidas, no Exército. O Aureliano ajudou junto à Marinha, com os almirantes Sabóia e Maximiano... O brigadeiro Murilo Santos na Aeronáutica, e assim por diante. Assim, tínhamos um esquema que, na hipótese de qualquer reação, o III Exército, com o general Leônidas, garantiria. Ele fez proselitismo dentro das Forças Armadas para que a transição fosse feita, fosse bem-sucedida. Graças a isso, nós tivemos a segurança de fazê-la. É minha tese, que repito sempre: a transição tinha que ser feita com as Forças Armadas, não contra as Forças Armadas. Quer dizer: o contrário do caso argentino. A ideia de que a transição deveria significar a derrubada dos militares do poder, essa era extremamente perigosa. Então nós fizemos justamente com o Tancredo. Foi feito com Tancredo, com as Forças Armadas. Ninguém sabe disso até hoje! (COUTO, 1998, p. 380).

Com toda a articulação política entre os militares e Tancredo, a inexistência do moderador nesse campo acabou por aproximar seu vice Sarney dos militares. Com os integrantes da Aliança mais preocupados em ascender politicamente durante as eleições diretas no final da década de 1980, o espaço vago de base para sustentar o presidente foi preenchido pelos militares. Todas essas ações levaram ao que Emir Sader (1990) denomina como regime híbrido, percebe-se que as leis de exceção não têm legitimação atuante, os partidos políticos, associações civis e grande imprensa dispuseram de uma liberalização que não existia há anos. Os militares passaram a exercer um papel mais discreto na política. Uma portaria extinguiu o DOI-CODI em 1985, já o SNI sobreviveu até 1990, mas teve seu papel diminuído. Não existiam mais presos políticos no país e os mecanismos eleitorais foram restabelecidos. Os entulhos autoritários¹⁹ foram removidos por um pacote de medidas, restabelecendo direitos e garantias políticas cerceadas pelo regime militar. E tudo isso antes da promulgação da Constituição Federal de 1988. Todo comportamento pacificador do Congresso se baseou na caracterização do regime militar não como uma ditadura militar, mas somente como um regime autoritário (SADER, 1990). No mais, a transição acabou por estabelecer um pacto político de elite, “as forças do regime anterior se comprometiam a aceitar a decisão tomada no Colégio Eleitoral e a oposição se comprometia a governar o país conforme as normas de transição definidas pelo governo militar que concluía seu mandato” (SADER, 1990, p. 55).

¹⁹ Entre os principais entulhos estavam as eleições indiretas, os mecanismos criados para garantir a maioria do Governo no Congresso, a violência exacerbada e amparada pela legislação da época, e outros aspectos presente na outorgada Constituição de 1967.

5 A ALIANÇA DEMOCRÁTICA – FASE TANCREDO NEVES

5.1 A CONVENÇÃO DO PDS DEU ORIGEM A ALIANÇA

Tancredo Neves sempre almejou a Presidência da República, mas antes de deixar o governo de Minas Gerais, ele se precaveu e consolidou o acordo com a Frente Liberal. Preocupado em manter os integrantes da Frente Liberal unidos no decorrer da campanha, comenta-se que Tancredo teria declarado ao então ex-presidente Geisel que a suposta revolução de 1964 pertencia à História. Assim, quem deveria se preocupar com ela seriam os sociólogos e historiadores. Claramente Tancredo mostrava que não tinha a intenção de promover um governo que viesse a culpar os militares pelos atos cometidos durante seu regime.

O principal problema de Tancredo Neves se resumia a quem seria seu adversário. O PDS não havia oficializado a candidatura de nenhum político. Entre os nomes estipulados estavam o do ministro dos transportes, Mário Andreazza, do vice-presidente da República, Aureliano Chaves e do deputado federal de São Paulo, Paulo Maluf.

Tancredo temia que o adversário no Colégio Eleitoral fosse Mário Andreazza, do PDS, o que acarretaria na perda de votos que julgava possuir em função da dissidência dentro do partido de Andreazza. Já Aureliano Chaves, também do PDS, viria a integrar-se à Frente Liberal, e possuía o apoio de Roberto Marinho, dono da Rede Globo de Televisão. Assim, por conta da amizade que Aureliano Chaves tinha com Roberto Marinho, este último utilizaria de sua emissora para dar o apoio necessário a Aliança Democrática.

O PDS fez sua convenção para escolher o seu candidato na eleição presidencial, o preferido para ser sucessor de Figueiredo era Mário Andreazza que fora indicado pelo próprio presidente para concorrer na convenção. No entanto, o escolhido fora o deputado federal, Paulo Maluf. O deputado não detinha uma grande popularidade dentro do partido, muito por conta de antecedentes políticos realizados durante as eleições de 1978 para escolha de governadores. No que consta, Geisel e Figueiredo discutiram até o último momento para decidir quem deveria ser candidato do ARENA; o primeiro preferia Olavo Setúbal, banqueiro e prefeito de São Paulo; já o segundo defendia Laudo Natel, empresário e ex-governador de São Paulo por dois mandatos. Depois de se digladiarem, o escolhido acabou sendo Natel, “mas

enquanto isso Maluf manobrou de todo jeito, comprou votos e acabou ganhando a eleição [...]. A turma que era contra o Maluf começou a mover ações na Justiça, alegando irregularidades no pleito, querendo anulá-lo” (CASTRO, D’ARAÚJO, 1997, p. 415). Os opositores de Maluf pediram que Geisel intervisse junto ao Poder Judiciário para barrar o resultado, mas o próprio Geisel se negaria a tal ação.

A vitória de Maluf na convenção pode ser creditada a um trabalho persistente de convencimento — visitou ao menos duas vezes cada estado brasileiro em busca de votos dos convencionais — e às suas boas condições financeiras, bem como a seus métodos pouco ortodoxos de trabalho. Sua campanha, coordenada pelo empresário Calim Eid, seu assessor desde que fora prefeito, caracterizou-se pelo uso de expedientes tais como o envio de telegramas de cumprimento àqueles que aniversariavam, a oferta de presentes a autoridades, a promoção de banquetes e outras práticas consideradas clientelistas, incluindo a ajuda a convencionais em casos de doença, e também a membros do Colégio Eleitoral filiados a outros partidos (ALDÉ, CAMPOS, 2019).

Na véspera da convenção ocorreu até um embate entre pedessistas. O deputado José Lourenço (BA), acusou o deputado Eduardo Galil (RJ) de ter lhe oferecido um cheque, autorizado por Maluf de 100 milhões de cruzeiros em troca de seus dois votos que teria na convenção (ISTOÉ, nº 399, p. 22 a 24, 1984).

Na convenção de 1984, Maluf saiu vencedor por 493 a 350 votos. Logo após sua vitória ser declarada tentou inutilmente convencer o derrotado a se comprometer com ele na eleição no Colégio Eleitoral. Segundo Skidmore (1988, p. 482), “foi uma vitória obtida através de intenso lobby junto a cada delegado a quem Maluf fazia generosas promessas quando do loteamento dos cargos públicos em seu governo”.

O derrotado Andreazza não atenderia o apelo do rival, demonstrando claramente que não apoiava a escolha do partido (ISTOÉ, nº 399, p. 18 a 21, 1984). Paulo Maluf ainda causou um alvoroço após o pleito do PDS, realizando “um discurso patético, após evidências e declarações de tentativas de suborno e de compra de votos” (DUPAS, 1987, p. 62). Desse modo, Maluf já começaria em desvantagem, tendo que lidar com mais rachas que o partido sofreria decorrente de sua designação para a eleição presidencial. O que viria futuramente a facilitar a vitória de Tancredo Neves no Colegiado.

Nessa conjuntura, as táticas para conseguir os votos apresentaram diferenças de estilo e método. Maluf conquistou os seus viajando pelos estados, se encontrando pessoalmente com cada político entre 1983 e 1984 - só no último ano foram 42 viagens pelo país. Já Andreazza, trazia para si a imagem de um governo

impopular, que perdera sua força e legitimidade ao longo dos anos. O ministro também viajou para obter os votos, mas acreditou que já detinha as escolhas dos governadores e líderes regionais, fato que se revelou incorreto, muito por conta da falta de suporte dada pelo presidente Figueiredo. A real é que “Maluf teve mais dinheiro para gastar. Andreazza teve mais verbas para liberar, mas que nem sempre chegaram a tempo aos seus destinatários” (DIMENSTEIN, 1985, p. 52).

Cabe reiterar que antes do PDS escolher seu candidato, houve tratativas entre o governo e a direção do partido. Existiam quatro possíveis candidatos para a convenção do PDS, além dos dois anteriormente mencionados, Marco Maciel e Aureliano Chaves, futuros expoentes da Aliança Democrática, cogitaram concorrer à presidência pelo partido da situação. Ambos aceitavam retirar suas candidaturas se o partido chegasse a um nome de consonância geral, mas isso não ocorreu e os dois acabaram por negociar com a oposição. Já Maluf e Andreazza se recusaram e acabaram por disputar o pleito entre si. (DIMENSTEIN, 1985).

Outro ponto foi que o ex-presidente Geisel, ambicionou eleger Aureliano Chaves para presidente, tanto se encontrou com o Figueiredo em julho de 1984, o plano era que o atual chefe do Estado liderasse a sucessão para garantir uma mudança gradual e lenta. Contudo, tal ação não foi adotada, como fica claro no seguinte trecho da conversa entre Geisel e Figueiredo respectivamente:

Eu disse: “Nesse impasse, você tem que usar a sua posição, a sua autoridade, a sua influência, e encaminhar uma solução. Se é que você acha que é preciso assegurar a continuidade, se é que você acha que é preciso evitar que o Brasil caia nas mãos do Tancredo”. Ele não gostava do Tancredo. Sua resposta foi: “Não, eu não vou fazer isso, porque não é democrático”. Perguntei: “Mas vem cá, Figueiredo, desde quando você é democrata?” (CASTRO, D’ARAUJO, 1997, p. 440).

A estratégia pensada por Geisel para a mudança de poder, acabou por entrar em choque com o comportamento de Figueiredo. Atacado por uma oposição formada por Ulysses e seus seguidores que buscavam criar um colapso no regime militar, exigindo nas ruas com o apoio da população a realização de eleições diretas através da campanha Diretas Já. Além disso, Figueiredo não nutria nenhuma simpatia pelo candidatado do PDS, Paulo Maluf.

No jogo político, o presidente militar acabou por manter o calendário, sem alterar seu tempo de mandato²⁰ e também a eleição indireta. De forma simples, foram atitudes de quem se mostrava desgastado do ofício executivo que detinha, fora as restrições físicas causadas pela idade e doenças que o submetiam. Se dizia enojado com a política da época, com toda variabilidade exercida pelos parlamentares, desde ofertas e procuras de alianças político-partidárias como num mercado eleitoral. Acabou que com isso, “nesse jogo, para o qual nem Figueiredo nem o regime podiam mais ditar ordem unida, uma forte corrente situacionista²¹ não aceitou a candidatura de Maluf” (BASTOS, 2001, p. 241), surgia uma nova correlação de poder eleitoreiro originado pela dissidência do PDS, os oposicionistas conquistariam o domínio necessário para a escolha do novo presidente.

Com o fracasso da tentativa de Geisel e a vitória de Maluf, “[...] o PDS deixa de ser o ‘partido do João’ para transformar-se no ‘partido de Maluf’. O presidente Figueiredo perde força política e isola-se” (CÔRREA, 2015, p. 98). Toda essa modificação no partido favoreceu ao racha que levou ao fortalecimento da candidatura de Tancredo Neves. Os dissidentes do PDS se aproximaram do candidato do PMDB, como os andreazzistas, caso de Antônio Carlos Magalhães e a maioria dos governadores do Nordeste. Assim, coube a Tancredo Neves, mediar gregos e troianos para formar uma coalizão forte o suficiente para garantir a vitória no Colégio Eleitoral.

Era tudo o que desejava a Aliança Democrática. A maneira como Maluf venceu e as acusações de compra de votos acabaram dividindo ainda mais o partido. Tancredo confessou que “não esperava uma diferença tão grande”. E alfinetou o candidato do PDS: “É a síntese do que este período nos trouxe de rebarbativo, primário e de negativo” (VILLA, 2014, p. 214).

Não foi algo surpreendente que os dissidentes apoiassem Tancredo. Segundo Dimenstein (1995), Andreazza teria pedido o apoio de Tancredo para se eleger presidente, e este prometeu ajudar o ministro. Entretanto, o mineiro sabia que Maluf obteria a vitória pelo partido. Logo, Tancredo acabou por conquistar o apoio

²⁰ O governador do Rio de Janeiro de 1983 - 1987, Leonel Brizola (PDT) teria proposto ao presidente João Figueiredo, que aumentasse em dois anos o mandato de presidente e dos governadores, cancelando assim a eleição no Colégio Eleitoral. Supõem-se que a ideia de Brizola era terminar o mandato de governador no Rio de Janeiro, e em seguida concorrer à presidência através do voto popular.

²¹ Esta corrente incluía o vice-presidente, Aureliano Chaves, o ex-presidente do partido, José Sarney, e muitos outros nomes de destaque político.

necessário prometendo o suporte que Andreazza precisava, até porque, se o pedessista tivesse sido escolhido na convenção do PDS, Tancredo provavelmente não se elegeria. Fato é que para Tancredo, o melhor cenário era enfrentar Paulo Maluf no Colégio Eleitoral. O deputado paulista fragmentava o PDS, não tinha capacidade para conseguir votos de partidos de oposição, não detinha uma imagem política bem quista na sociedade civil e seu apoio militar era fraco (VILLA, 2014).

Assim, a continuidade do jogo político levou a se buscar todas as alternativas para se alcançar o Estado de direito democrático. “Por essa estratégia, crescia de importância a palavra de ordem mobilizar, para negociar, negociar para mudar, visando atrair os dissidentes do PDS e reforçar a unidade das forças e partidos da frente oposicionista em torno de um candidato único [...]” (CORRÊA, 2015, p. 94) para dar um ponto final no regime militar e negociar o trânsito para o Estado democrático.

5.2 A ABRANGENTE ARTICULAÇÃO DE TANCREDO

O futuro candidato da Aliança Democrática, não fazia política, ele a vivia. A demora na oficialização da sua candidatura fez parte do seu plano minucioso de conquistar o Colégio Eleitoral. Ele já fazia sua campanha informal desde as Diretas, e após a derrota da emenda de Dante de Oliveira em abril de 1984, sofreu pressões para oficializar sua candidatura o mais rápido possível, mas se recusou a fazê-la. Mineiro, Tancredo, literalmente comeu quieto enquanto arquitetava seu projeto. Sua habilidade política fica evidente, através do elogio do político José Bonifácio Lafayette de Andrada: “o Tancredo é um político capaz de tirar as meias sem tirar os sapatos”. (COUTO, 1995, p. 311).

Desde que era governador de Minas Gerais, Tancredo se organizou em seu campo político para eliminar resistências diante de seu nome. Dialogou com setores do PMDB, PDT, PDS e do governo, caso de Aureliano Chaves, vice-presidente da república, com quem se tornou amigo de fato. Do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, a quem se deve a maioria dos votos nordestinos no Colégio Eleitoral. O candidato do PMDB já era tido como seguro e de confiança militar.

Em abril de 1984, aproveitando a cerimônia de comemoração dos 195 anos da Conjuração Mineira, Tancredo preparou o terreno para ser candidato à presidência. Aproveitou para demonstrar que não desejava hostilidade às Forças

Armadas, demonstrando que seu governo seria de conciliação, para isso, "distribuiu duas centenas de Medalhas da Inconfidência, das quais 43 seriam para militares e quatro para governadores, dois do PMDB e dois do PDS" (VILLA, 2014, p. 200).

Tancredo deixava muito claro que não haveria revanchismo em seu governo, que a esquerda seria limitada, era tudo que os militares queriam ouvir. Assim, Tancredo Neves "se movimentou no sentido de ganhar o controle do PMDB e enfraquecer, na direção partidária, os setores mais à esquerda, que sempre alimentaram fortes resistências a seu nome" (MACIEL, D. 1999, p. 366). Seu comportamento conciliador, criado durante o regime militar, apresentavam-no como o melhor candidato do PMDB para uma eleição indireta. "Ademais, Tancredo propunha uma 'conciliação nacional', à qual era imprescindível o apoio dos militares. Para tanto, reiteradamente, negou qualquer tipo de represália aos membros do regime autoritário" (MENDONÇA, 1995, p. 168). Se torna indiscutível qualquer forma de penalidade sobre os militares, tal qual o deputado federal pelo PMDB, Alberto Goldman:

O revanchismo, no sentido da caça às bruxas, não era algo que estava no plano ou nos objetivos das forças democráticas. A revanche que pretendíamos e pretendemos ter é a democratização deste país, a ruptura dos acordos internacionais lesivos a nossa sabedoria, e fazer com que o governo de transição convocasse, como já convocou, uma Assembléia Nacional Constituinte (GOLDMAN, 1986, p. 51).

Segundo Monteiro, Tancredo frequentava reuniões de ex-alunos da ESG, e por conta disso acabou por criar laços com alguns militares de alta patente. Assim, o candidato acabou por garantir que não haveria punição aos militares envolvidos na repressão, além da promessa de continuar o projeto da abertura pretendida por Geisel. Fato é que o pemedebista recebeu apoio de uma corrente ligada a ESG, tanto que "trouxo para os ministérios homens próximos dos esguianos²², como os generais Ivan Mendes e Leônidas Goncalves" (MONTEIRO, 2015, p. 2). Por tudo isso, mesmo que Tancredo Neves fosse ligado a uma oposição, era visto como confiável aos grupos militares. Suas intenções eram claras nas conversas que tinham com os militares. Segundo Moreira Lima²³: "ao convidá-lo para o ministério, Tancredo teria dito que seu governo seria de conciliação nacional, e que não toleraria vinditas" (CASTRO, D'ARAÚJO, 2001, p. 16).

²² Termo dado aquele que estuda ou estudou na Escola Superior de Guerra.

²³ Ministro da Aeronáutica do Brasil no Governo Sarney (1850-1990).

Consoante ao referido, Bastos (2001) cita que a socióloga Maria Vitória Benevides contou com a ajuda de Tancredo Neves, para concluir em sua obra²⁴, o mapeamento da presença militar na equipe do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Logo, “[...] Tancredo, embora lotado na área econômica, atuava na articulação política com os militares, em cujo comportamento se aprofundara após o traumático suicídio de Vargas” (BASTOS, 2001, p. 230-231). Fato que evidencia a proximidade de relacionamento do pemedebista com os militares. O próprio Delfim Netto que fora ministro de governos militares, acrescenta: “É incrível o que aconteceu com os militares depois que Tancredo começou a mandar emissários ou a conversar com eles. Coisa inacreditável. Você via e não acreditava” (GASPARI, 2016, p. 296).

Tancredo Neves era um político hábil, que conseguiu convencer a esquerda do PMDB a aceitar a aliança com o PDS e com Sarney, prometendo que sob seu governo uma nova Constituinte seria instaurada, visando à restauração do voto livre, secreto e universal. O candidato ainda pretendia ampliar a aliança com PT, PTB e com o PDT. O claro objetivo de Tancredo era o de não correr riscos no Colégio Eleitoral. Entretanto, o PT se negaria apoiá-lo, suspostamente por conta da eleição indireta. A imagem que Tancredo passava de grande negociador não era aceita pelo PT, e especialmente pelo líder do partido Luiz Inácio Lula da Silva, que acusou a sua articulação política: “A proposta de Tancredo não é de governo de transição coisa nenhuma. É uma proposta de transação” (GASPARI, 2016, p. 279). Lembrando que a direção partidária do PT nunca apoiou este tipo votação. (ISTOÉ, nº 399, p. 25-27, 1984). Mesmo assim, Airton Soares, Bete Mendes e José Eudes, deputados pelo PT, afrontaram as instruções do partido de não comparecerem no Colégio Eleitoral. Eles acabaram por votar em Tancredo Neves, sendo expulsos do PT no mesmo ano.

O desenrolar na convenção do PDS com a vitória de Maluf já era prevista por Tancredo. Além de todas as tratativas com os militares, o candidato do PMDB tinha conversas adiantadas com Aureliano Chaves. Ambos mineiros que sempre chegaram a um consenso, “Aureliano condicionou seu ingresso na Aliança Democrática à indicação, pela Aliança Liberal, do candidato à vice-presidência, e exigiu de Tancredo uma carta-compromisso” (ECHEVERRIA, 2011, p. 283). Tancredo topou e transcreveu a carta para Aureliano. Tancredo sabia que precisava

²⁴ A obra em questão é *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política 1956-1961*, lançado em 1976.

do apoio da Frente Liberal, as suas opções de vice até o momento eram, o general Costa Cavalcanti e o senador Pedro Simon. Com o general existiam dúvidas se conseguiriam os votos necessários no Colégio, fora que ter um militar dentro da chapa destruía a imagem que a oposição construiu. Já com o senador peemedebista os votos necessários ficariam mais difícil de conseguir. Conseguir o apoio da dissidência do PDS em troca da escolha a vice da chapa parecia um preço pequeno a pagar. Até porque, Aureliano deu o ultimato: “sem Sarney não existe Aliança” (ECHEVERRIA, 2011, p. 283). Assim, o nome de Sarney foi definido e aceito após telefonema feito por Aureliano a Tancredo: “Nossa Aliança está selada. O vice em sua chapa será o de Sarney” (GASPARI, 2016, p. 285). A escolha do maranhense representava muito mais que apenas os votos necessários no Colégio Eleitoral, representava uma segurança política para os militares e a ala dissidente.

A vinculação de José Sarney ao PMDB foi aceita pela ala esquerdista do partido por conta de promessas firmadas por Tancredo Neves e pelo apaziguamento intercedido por Ulysses Guimarães. A insatisfação se dava por conta do histórico político de Sarney. O maranhense sempre fora político da situação pró-governo, fazendo frente ao PMDB. Assim, com esses antecedentes políticos, não seria a pessoa mais indicada para ser vice da Chapa da Aliança Democrática.

Não havia motivo para malquerê-lo, mas também não havia motivo para querê-lo. Tinha uma panela em cada boca do fogão. Opusera-se à emenda das diretas, mas seu filho votara a favor [...] Dias depois da sua unção para vice, posou para a capa da revista *Veja* tendo ao fundo uma fotografia de Tancredo Neves ao estilo dos retratos oficiais que se veem em repartições públicas (GASPARI, 2016, p. 286).

A imprensa em geral entendia a escolha de Sarney para formar a chapa da Aliança. Era o vale tudo da campanha eleitoral. Entretanto, isso não significa que não houve críticas por parte de jornalistas. Segundo Weffort (ISTOÉ, nº 398, p. 25, 1985) “O partido majoritário da oposição começa o mês com o desgosto de engolir o nome do imortal José Sarney como candidato a vice-presidente. Com todo o respeito pelo doutor Tancredo, considerada a trajetória do PMDB até aqui, é dose pra leão”.

O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, sempre almejou a Presidência do país. Em face disto, Ulysses retirou sua candidatura para concorrer como candidato oficial do partido em prol da candidatura de Tancredo Neves para

presidente. Ulysses Guimarães declarou: “As grandes dificuldades exigem grandes gestos de desprendimento político. Não há brasileiro que não possa abrir mão de qualquer pretensão pessoal, quando convencido de que há o interesse da nação” (VILLA, 2014, p. 204 e 205). Mas, é importante elucidar que Ulysses sabia claramente que não receberia o apoio do PDS. Segundo o deputado Thales Ramalho: “Tancredo Neves e Ulysses Guimarães são parceiros em uma dança muito singular, cujos passos só os dois conhecem. Quem tenta entrar no meio, acaba tropeçando.” (COUTO, 1998, p. 336). Tanto para os militares, quanto para os pedessistas apoiar Ulysses seria impensável, muito por conta do aspecto radical e antimilitar que o político representava (SILVA, 2003).

A imagem predominante de Ulysses Guimarães no meio militar e a preferência por Tancredo, podem ser definidas através do relato do general Carlos Gomes: “O Ulysses, como pessoa, era completamente diferente do Tancredo. Tinha aquela pose, aquele jeito de ser. Era uma pessoa simpática no trato, mas muito radical em suas posições, ao contrário do Tancredo, que era mais versátil, maleável [...]” (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 117).

Tornou-se evidente que a volta para um governo civil dependia de um acordo entre as forças políticas no país. Era preciso defender uma frente viável para tornar a oposição vitoriosa no Congresso. Assim, em agosto de 1984, a chapa Tancredo-Sarney foi escolhida na Convenção do PMDB. Segundo relata Goldman, um dos deputados presentes na convenção: “Estávamos votando ali: ou éramos pela Aliança Democrática, para derrotar o regime ou não e iríamos para casa e entregaríamos o nosso vice” (1986, p. 48). Todos percebiam que Sarney não era o vice ideal, mas era o necessário para concentrar os votos na Aliança. Assim, esse encalce todo se pautou por um compromisso ético e moral para derrubar a Ditadura, que permeava no país há vinte anos. Após a designação de Tancredo Neves na convenção, os parlamentares entoaram gritos de vitória na sessão: Abaixo a Ditadura! Viva a luta do PMDB, viva a unidade democrática!

5.3 CRIAÇÃO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA E SEU PLANO DE GOVERNO

Essa união entre o PMDB e a Frente Liberal denominada de Aliança Democrática, seria formalmente firmada com a assinatura de um documento por expressivos políticos pertencentes às duas alas da aliança. Neste momento, a ideia

de pacto visava à formação de uma ampla coalizão democrática que pudesse dar suporte ao governo de forma a viabilizar a transição (DINIZ e BOSCHI, 1989, p. 36). Com a definição do vice Sarney, a coligação entre o PMDB e a Frente Liberal estava concluída, “está formada, pois, na esteira da grande crise, a chamada Aliança Democrática, que levará à chamada ‘transição possível’” (DUPAS, 1987, p. 44).

A Aliança Democrática foi pactuada com as assinaturas de Tancredo Neves e Ulysses Guimarães pelo PMDB e por Aureliano Chaves e Marco Maciel pela Frente Liberal. Desse modo, a Aliança Democrática, fruto da derrota da campanha das “Diretas Já”, reuniu setores da antiga oposição e representantes do antigo regime por diferentes motivos (TRANSIÇÃO, 1998). Sua criação de fato, ocorreu no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, no dia 7 de agosto de 1984:

Lá estiveram as estrelas de primeira grandeza que formam a constelação da Aliança Democrática, o pacto de políticos que no passado estiveram separados por diferenças ideológicas profundas, por conflitos locais e que a partir de 1964 cumpriram trajetórias bem distintas no quadro da política brasileira – que tem como único objetivo tomar o poder em 1986 (ISTOÉ, nº 399, p. 27, 1984).

O *Compromisso com a Nação* foi composto por uma série de princípios que os dois grupos entenderiam como fundamentais para o Brasil. Caso do restabelecimento da eleição direta tão almejada pela Aliança Democrática; da elaboração de uma nova Constituição que fosse promulgada; da reforma na legislação eleitoral que possibilitasse as coligações partidárias, aspecto esse que poderia fortalecer a Aliança Democrática; o combate à inflação através de medidas que considerassem o âmbito social e o financeiro (MACIEL, M. 2010).

A plataforma da Aliança expressa a ampla composição político-social que lhe dava sustentação, particularmente entre as frações hegemônicas do bloco no poder. A chamada “reorganização institucional” do país implicava o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis, o restabelecimento da independência e das prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário, o fortalecimento da federação e a reforma partidária e eleitoral, visando a possibilitar a formação de novos partidos (MACIEL, D. 1999, p. 373).

Nas seguintes linhas do documento firmado da Aliança: “Este pacto político propugna a conciliação entre a sociedade e o Estado, entre o povo e o governo. Sem ressentimentos, com os olhos voltados para o futuro, propõe o entendimento de todos os brasileiros” (apud MACIEL, M. 2010, p. 7). Percebe-se que o compromisso

visava uma mudança controlada, uma ideia de união entre os brasileiros, com o intento de evitar represálias aos governos anteriores, garantindo assim uma transição pacífica. “Nas palavras e períodos que formam os princípios gerais do programa mínimo transparece a preocupação em tranquilizar os ânimos dos perdedores daquele momento histórico” (CÔRREA, 2015, p. 99).

É possível perceber a forma cautelosa em que foi preparado o *Compromisso com a Nação* sob um viés anti-revanchista, “O país vive gravíssima crise na história republicana [...] Só a coesão nacional, em torno de valores comuns e permanentes, pode garantir a soberania do país, assegurar a paz, permitir o progresso econômico e promover a justiça social” (apud MACIEL, M. 2010, p. 1 - 2), a Aliança Democrática tratava por demonstrar sua figura pacífica e moderada, para compor o baluarte tão querido pelos militares com uma transição lenta, gradual e segura, “é o preço a pagar para se atingir, com garantias, a nova realidade democrática” (DUPAS, 1987, p. 65).

O documento ainda atacou a candidatura de Maluf, com um tópico que explanava que “[...] a Administração Pública deve se caracterizar pela credibilidade e pela participação e se pautar sempre pela austeridade e moralidade”, pontos que naturalmente Maluf não dispunha (apud MACIEL, M. 2010, p. 8). Outro ponto do documento que define a costura desenvolvida pela Aliança Democrática, foi “prioridade ao Nordeste reconhecimento da sua capacidade na formulação das soluções mais adequadas ao resgate da dívida nacional para com a Região” (apud MACIEL, M. 2010, p. 9). Este último ponto, provavelmente foi incluído no Compromisso para agradar os membros da Frente Liberal e “[...] para ganhar novos apoios, especialmente dos governadores que apoiavam a pré-candidatura de Mário Andreazza” (VILLA, 2014, p. 214). Sob a orientação de Marco Maciel, a Aliança conseguiu captar os votos das bases políticas pedessistas do Nordeste e dos adeptos de Andreazza, votos que se provariam imprescindíveis para obter a vitória no Colégio Eleitoral.

Já no campo econômico, o documento apresenta questões de forma indefinida e simplista. Caso da reforma tributária, da retomada e reordenamento do processo de desenvolvimento, reprogramação de pagamento da dívida externa, combate à inflação, redução do custo de dinheiro entre outros. O país passava por uma crise na economia, e tematizar o pagamento da dívida externa no *Compromisso* era algo que não se podia evitar, pois era tema recorrente nos noticiários televisivos.

Sobretudo, esse posicionamento dava uma margem de segurança ante a visão dos credores internacionais do Brasil. O objetivo com a publicação do *Compromisso com a Nação*, foi o de embarcar os partidos políticos e demais forças democráticas como se elucida na introdução de tal documento, criando um ideal de união nacional. O objetivo nunca foi criar um plano de governo detalhado para a gestão do futuro governo, o simples e o pontual bastavam naquele momento para obter o apoio da sociedade e dos veículos jornalísticos. Já de forma antinômica, David Maciel (1999, p. 374) interpreta que: “Na questão econômica, o documento era suficientemente vago para garantir o apoio, tanto dos setores desenvolvimentistas, quanto dos setores neoliberais do bloco no poder”.

De toda forma o *Compromisso com a Nação* foi um marco que não se via há anos no país. Foi uma declaração de mudança que deu esperança a sociedade brasileira, desde as camadas mais populares até as elites empresariais. O programa mínimo da Aliança Democrática era, até então, “o maior indicativo de coerência com as expectativas médias da sociedade brasileira e com a componente conservadora dessa aliança” (CÔRREA, 2015, p. 99). Tal qual Chacon descreve:

A Aliança Democrática estabeleceu por metas da Nova República, numa ampla frente de centro, a desburocratização e a prioridade das empresas nacionais, sobretudo pequenas e médias, o combate à inflação com reformas tributárias e reprogramação da dívida externa. Sem esquecer, como base, o “restabelecimento da independência e prerrogativas do Poder Legislativo e do Poder Judiciário”, tão limitados pelo regime militar-tecnocrático, e o “fortalecimento da federação e efetiva autonomia política e financeira dos estados e municípios”, outro tanto para ressarcir as compressões por aquela fase anterior (CHACON, 2001, p. 213).

Afinal, o *Compromisso com a Nação* demonstra um esforço no diálogo entre a ampla composição política presente na Aliança Democrática, que ansiava o fim do ciclo autoritário no país. E no principal, o *Compromisso* acabou por cumprir com seus ideais propostos. Caso da volta das eleições diretas para os cargos executivos, da convocação da Constituinte em 1986 para concretizar a nova Constituição Federal e da independência plena dos poderes Legislativo e Judiciário.

Segundo Weffort (ISTOÉ, nº 443, p. 33, 1985), a Aliança Democrática reuniu, na disputa pelo governo, o maior bloco de poder – político, por certo, mas também econômico e social – que se conhece na História deste país nos últimos quarenta anos. Toda ebulição política existente dentro dela era clara, restava saber se a

Aliança esqueceria as divergências e os antecedentes que ocorreram até aquele momento da vida política, em prol de um suposto futuro promissor para o país. Por certo, as diversidades de ligações que amarraram a Aliança Democrática seriam colocadas à prova cotidianamente. A primeira grande provação da Aliança seria se ela conseguiria arrastar grandes multidões para os comícios de Tancredo Neves. Esse seria um dos fatores determinantes para descobrir se a união política havia convencido também a opinião popular.

A criação da Aliança Democrática, viabilizou assim um processo de negociação em conjunto com a oposição burguesa, oposição autocrática e setores expressivos do campo governista. Repartia-se os blocos de poderes para conter a crise do Governo Militar, de modo a evitar a ruptura imediata com a institucionalidade autoritária reformada, impedindo que a ordem social burguesa fosse alterada. Tanto é que os acordos políticos apresentados pela Aliança demonstram sua aproximação ao bloco no poder. E seus passos a levam em direção para ocupar o colapso do *cesarismo militar*²⁵. (MACIEL, D. 1999).

5.4 A CAMPANHA POPULAR E POR VOTOS NO COLÉGIO

Tancredo passou a cultivar o que combateu durante a campanha das Diretas Já, o voto indireto, e isso se deu pelos próximos cinco meses que antecederam a eleição no Colégio Eleitoral. “Para a oposição conquistar o governo e acabar com o cesarismo militar, teria que percorrer os caminhos definidos pelo próprio governo militar” (MACIEL, D. 1999, p. 370). Neste intervalo de tempo recebeu o apoio do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, do PDS, que anteriormente apoiava Andreazza na convenção do partido. Vale lembrar que ACM era inimigo declarado de Maluf (VEJA, nº 833, p. 28 a 31, 1984). Assim, Tancredo conseguiu o apoio de Antônio Carlos Magalhães que traria junto com ele votos do PDS da Bahia (ISTOÉ, nº 400, p. 26 a 28, 1984).

A equipe da Aliança Democrática começaria a preparação dos comícios que seriam feitos por Tancredo Neves. Enquanto ela se ocupava dessa organização, o

²⁵ Termo utilizado pelo Dr. David Maciel, de forma simples busca relacionar o governo militar a um sistema de governo, centrado na autoridade de um chefe militar supremo. Este comandante que aparece em momentos de turbulência política como salvador da pátria, é exaltado para regenerar a sociedade e combater hipotéticos perigos internos e externos. Costumam apresentar elementos de culto à personalidade e a façanhas, caso da “Revolução de 1964”.

candidato à Presidência da República conseguiria mais um apoio de peso, o do fundador do PDT, Leonel Brizola, governador do Rio de Janeiro. Além disso, campanhas públicas mostravam que 63% da população preferia Tancredo Neves como novo presidente (ISTOÉ, nº 401, p. 26 a 28, 1984).

Entretanto, por que a Aliança Democrática se preocupou em organizar comícios populares no contexto de uma eleição indireta?

Acredito que dois pontos são essenciais para responder esta questão. Em um primeiro momento, obter a preferência das ruas deu forças para a Aliança Democrática num cenário nacional. Essa demonstração de apoio pelo povo deu uma salvaguarda para a Aliança, diante possíveis golpes da área militar. Até porque, a mobilização popular é necessária para garantir um encaminhamento natural do processo de transição democrática. Mas, o grande objetivo foi em desassimilar a oposição com o antigo governo, por ser um grupo muito divergente em suas correntes políticas e que reuniu membros ligados ao regime militar, demonstrar-se como diferente no quadro nacional foi importante. E as garantias de mudanças tão ansiadas pelo povo e prometidas por Tancredo guiavam para uma reconstrução democrática. Já num segundo ponto, seria uma resposta aos militares mais exaltados. “O que tínhamos que fazer naquele momento era levar a candidatura Tancredo Neves para as ruas, viabilizá-la e consolidá-la, para que eles entendessem que não ganhariam a ‘parada’, nem no próprio Colégio Eleitoral que eles criaram” (GOLDMAN, 1986, p. 49). Com a possível vitória no Colégio Eleitoral e a aceitação nas ruas, as alas militares mais conservadoras não conseguiriam motivos para uma intervenção no resultado.

Diante da crescente popularidade de Tancredo, surgia nas conversas políticas a ideia de um novo golpe militar. O então presidente Figueiredo teria chamado os governadores João Durval (BA), Luiz Rocha (MA) e João Alves (SE) para conversarem em seu gabinete. Ambos governadores faziam parte da dissensão que ocorrera no PDS. O governador João Durval recebia forte influência de Antônio Carlos Magalhães que já havia demonstrado publicamente o apoio a Tancredo. Já o governador Luiz Rocha apoiava o seu conterrâneo José Sarney candidato a vice-presidente da chapa da Tancredo Neves. Assim, Figueiredo argumentou e apelou para que os governadores voltassem para o PDS e apoiassem o candidato Paulo Maluf. Visto a ineficácia de convencer os dissidentes do PDS, Figueiredo ainda os atacaria no rádio e na televisão. As explicações de Figueiredo seriam de que ele se

preocupava com a reação militar, em virtude do crescimento da candidatura de Tancredo. Segundo o presidente militar, existiam organizações criminosas nos comícios da Aliança Democrática, alertava para o perigo de uma radicalização do processo político (MACIEL, D. 1999). Fundamentando que Tancredo não era a ameaça, mas sim os políticos que compunham a Aliança Democrática, tidos como perigosos e que podiam levar o país a um desastre ferindo a normalidade democrática. (ISTOÉ, nº 402, p. 26 a 28, 1984).

Pressões da área militar do governo Figueiredo fizeram com que a Aliança Democrática suspendesse alguns comícios. Para evitar a radicalização durante a campanha, a Aliança, acabou por negociar com organizações marxistas a retirada bandeiras, faixas e cartazes que remetiam à sua ideologia (VEJA, nº 854, p. 50 a 51, 1985). Sobretudo o receio se pautava por conta das esquerdas que apoiavam Tancredo. Para evitar qualquer golpe durante a campanha, o candidato se reuniu com dirigentes do PCB e do PCdoB, para que os símbolos, faixas e bandeiras comunistas fossem excluídos dos comícios e manifestações. Houve até uma tentativa de vincular a campanha de Tancredo com o Comunismo, “elementos do CIE²⁶ foram detidos, em Brasília, fazendo pichações que tentavam vincular a candidatura de Tancredo aos comunistas” (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 15). Foi preciso esfriar os ânimos, especialmente dos partidos tidos como mais radicais. Até porque, mesmo que Tancredo tivesse o apoio de uma ala forte do exército, ele sabia que dentro da oficialidade militar, caso de generais de três e quatro estrelas, pairava o medo que a esquerda chegasse ao poder com a candidatura de Tancredo (VEJA, nº 854, p. 40 a 45, 1985). Foi necessário apaziguar os mais exaltados, tanto que “Tancredo acalmou-as preocupações militares explorando sua vasta rede de contatos militares, inclusive vários generais que apoiaram Aureliano Chaves e outros tantos que colaboraram com Geisel” (SKIDMORE, 1988, p. 405).

Verdadeiramente, algum temor levou o candidato da Aliança a aumentar a sua cadeia de ligações entre os militares. “Tancredo deve ter passado de preocupado para extremamente preocupado. Agendou encontros com várias autoridades militares, entre elas o general Geraldo Braga, chefe da Agência Central do SNI, e o próprio ministro Walter Pires, do Exército” (COUTO, 1998, p. 375).

²⁶ Criado em 1967, o Centro de Informação do Exército (CIE) tinha por função fazer o serviço de inteligência do governo brasileiro. Foi uma instituição importante para manter o caráter repressor do Estado durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985).

Utilizando de relações diplomáticas e de amizade, conseguiu o comprometimento dos militares ante sua candidatura. O preço para isso, basicamente promessas de indicações e nomeações.

As Forças Militares não se uniriam sobre qualquer tentativa golpista. Tancredo ainda contava com “a solidariedade do general Jorge de Sá Pinho, do IV Exército, e do general Adhemar da Costa Machado, do Comando Militar da Amazônia. Na Marinha e na Aeronáutica, a situação era ainda mais favorável” (COUTO, 1998, p. 374). Aparentemente, a candidatura militar já não era preferência entre os militares, a maioria das alas das Forças Armadas estava saturada e incomodada com a permanência no Governo.

Para Marco Maciel, um dos líderes da Aliança Democrática, esse suposto novo golpe que poderia ser armado pelo exército era apenas uma jogada dos “movimentos militares, era um movimento de cúpula, destinado a intimidar e a favorecer Maluf eleitoralmente” (ISTOÉ, nº 402, p. 27, 1984).

De fato, se um golpe tivesse ocorrido, seria para favorecer Maluf. Tanto é que numa entrevista feita pelo jornalista Geneton Moraes Neto, o general Newton Cruz que foi chefe da Agência Central do SNI, entre 1977 a 1983, afirma que Maluf teria se encontrado com ele para conversar sobre a possível vitória de Tancredo. O deputado paulista teria pedido que o general tomasse providências para evitar a eleição de Tancredo, de acordo com o general: “[...] era preciso fazer alguma coisa para que ele (Tancredo Neves) não tomasse posse, ele (Paulo Maluf) dava a entender que tinha que dar sumiço.” (GLOBONEWS, 2010).

Em uma conversa com o ex-presidente Ernesto Geisel, o candidato do PMDB explicaria que caso fosse eleito presidente não iniciaria as mesmas ações que aconteciam na Argentina. Referia-se assim aos episódios ocorridos depois da subida de Raúl Alfonsín ao poder, com a sucessiva incriminação de chefes militares pelos atos praticados durante o regime militar argentino (VEJA, nº 836, p. 22 a 23, 1984). Se tornou notório que no interior da Aliança Democrática, a candidatura de Tancredo Neves “deixará de ser oposicionista; tornara-se ‘mudancista’ e, sem confronto com o regime militar [...]” (SALLUM JR, 1996, p. 107). Tancredo demonstrou assim, que a pedra fundamental de seu governo se basearia na ausência do revanchismo. “A aceitação do nome de Tancredo Neves ultrapassara os limites da oposição ao regime militar, levando a que ninguém menos do que o próprio Ernesto Geisel lhe assegurasse discreto apoio” (CÔRREA, 2015, p. 100). Em seus discursos, procurou

atenuar as desconfianças dos setores mais conservadores do Exército. Assim, esse encontro com Geisel se tornou simbólico para a classe política e militares no país.

O poder militar certamente concluiu que o custo da assimilação de Tancredo era admissível. Moderado, confiável, dono de reconhecida capacidade de conciliação e liderança, ele não ameaçava intoleravelmente seus principais interesses e preocupações estritamente profissionais. Como o risco de revanchismo, a garantia de saída digna e pacífica do poder, o respeito às Forças Armadas, a continuidade da política militar propriamente dita, o apoio à indústria nacional de armamentos, a certeza de um governo discretamente conservador a curto prazo, com amplas possibilidades de evitar a prevalência da esquerda radical a longo prazo (COUTO, 1998, p. 396).

Alguns políticos do PMDB, como Ulysses Guimarães, temiam que com o crescente apoio recebido por políticos do PDS, a Aliança Democrática se descaracterizasse como um símbolo oposicionista frente à ditadura civil-militar. Fato que poderia influenciar em uma imagem negativa da Aliança Democrática nas eleições municipais em novembro de 1985 (ISTOÉ, nº 403, p. 18 a 25, 1984). Sobre este assunto, o que se pode comprovar de fato é que temendo perder espaço político com uma provável vitória de Tancredo Neves, os políticos com menos influência dentro do PDS passariam a dar apoio à oposição, sinal claro de um situacionismo, vide que os parlamentares se tornaram mais permeáveis à ação oposicionista no processo sucessório, conforme as vantagens que poderiam obter num horizonte próximo. Vários destes políticos viriam futuramente a compor o PFL, entre outros partidos. (BRANCO, 1984).

Em agosto de 1984, o comício inicial do candidato da Aliança se realizou em Goiânia, acabou sendo um sucesso, contando com aproximadamente 300 mil pessoas no local. A festa contou ainda com a participação do radialista e locutor esportivo Osmar Santos e da cantora Fafá de Belém. No comício ainda teve as presenças de políticos de distintas linhagens, como Antônio Carlos Magalhães, Fernando Henrique Cardoso, Aureliano Chaves e Ulysses Guimarães. O candidato Tancredo Neves aperfeiçoava assim sua prática de unir os contraditórios, se utilizando dos intervalos dos comícios para ampliar as listas de adesões com o intuito de consolidar a Aliança Democrática. Caso dos governadores Gonzaga Mota (PDS-CE), Roberto Magalhães (PDS-PE), Hugo Napoleão (PDS-PI), João Durval (PDS-BA) e Divaldo Suruagy (PDS-AL), embora os governadores não votassem no Colégio Eleitoral, o apoio executivo de cada estado representava a probabilidade a

aumentar os votos no legislativo. “A ‘Arca de Noé’ começa a adernar com os naufragos de última hora, ampliando o leque da Aliança e chegando a ameaçar alguns compromissos básicos da oposição” (DUPAS, 1987, p. 65). Sobre o comício, o governador Franco Montoro, do PMDB, ressaltaria que: “abrimos com chave de ouro a série de comícios da Aliança Democrática” (VEJA, nº 837, p. 20 a 22, 1984).

É complicado definir o candidato do PMDB nesse contexto da Aliança; se por um lado acompanhava sua legenda em mudar os rumos do país, mantendo assim seu lado oposicionista, por outro, seu aspecto de fácil aceitação e de entendimento mútuo com quem possuía ideologias contrárias o tornava um conservador, mais comprometido com a mudança do regime político. Deste modo, a principal ferramenta utilizada por Tancredo era a conciliação, responsável por unir políticos de diversas ideologias dentro da mesma aliança (CORRÊA, 1984a).

O candidato Paulo Maluf, buscava conter o avanço de seu adversário; para isso promoveria um movimento anti Frente Liberal, que surgiria na oposição (PMDB e Frente Liberal), buscando assim recuperar votos. O movimento não surtiu grande força e acabou sendo ineficaz (VEJA, nº 839, p. 20 a 23, 1984).

O papel da Aliança Democrática não se resumia, naquele momento, em apenas cuidar dos comícios e ampliar as fusões em prol de Tancredo. Era preciso checar a popularidade do candidato adversário. Para isso Marco Maciel, um dos criadores da Aliança ficaria no encalço de Maluf, uma ação tida como tática eleitoral que fora sugerida por José Sarney. Assim, o objetivo era não deixar Maluf sem fiscalização em nenhum Estado, acompanhando de perto os efeitos de sua presença sobre o eleitorado (CORRÊA, 1984b).

Aconteceriam em Aracaju tentativas de agressões e demonstrações de repúdios ao candidato do PDS. Maluf acabaria sitiado por conta de aproximadamente mil manifestantes que foram incentivados por representantes do PMDB e do PT (‘É, São Paulo: Editora Três, nº 407, p. 16 a 18, out. 1984). Se os ares não estavam bons para Maluf, o ainda presidente Figueiredo retardava o quanto podia para receber o governador José Agripino Maia, do Rio Grande do Norte, que buscava se reunir com o presidente para anunciar sua adesão ao candidato da Aliança Democrática. Percebe-se que a procrastinação de Figueiredo era levada pelo medo de que depois dessa adesão, outros governadores aderissem em prol de Tancredo (VEJA, nº 840, p. 28 a 29, 1984). “A viagem que Maluf fez a alguns estados do Nordeste revelou-se um fracasso. Os governadores estavam

quase todos de acordo com a candidatura oposicionista, excetuando Wilson Braga, da Paraíba” (VILLA, 2014, p. 223). A missão que Maluf precisava cumprir era muito complicada, muito por conta da influência de Antônio Carlos Magalhães detinha pelas regiões e também da recusa de Mário Andreazza em apoiá-lo.

O candidato da oposição, Tancredo Neves, seguiria ganhando mais aliados, entre eles encontravam-se agora governadores do PDS, esse apoio era essencial para fortalecer Tancredo. “A chapa da Aliança Democrática deveria se transformar em porto seguro a todos os opositores do regime, dos mais antigos aos mais novos, dos mais radicais aos apoiadores de última hora” (VILLA, 2014, p. 218). Com esse aumento de adesões por políticos do PDS, cresceu o temor de uma continuação política no país. Acerca disso, o general Moreira Lima, esclarece sobre a dissidência e Maluf que: “Aquele grupo que apoiou o Tancredo não morria de amores pelo Tancredo, mas o apoiou porque achava que não havia mais condições de continuar aquela situação. E o Maluf representava uma espécie de continuísmo” (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 73)

Para suprir dúvidas e receios de um possível continuísmo, o candidato da Aliança divulgou uma nota sustentando que a Carta Compromisso (*Compromisso com a Nação*) assinada com os membros da Frente Liberal representaria: “os grandes objetivos do trabalho institucional, político, econômico e social que meu governo vai realizar” (VEJA, nº 841, p. 27, 1984).

Alguns setores governistas pregavam uma candidatura de conciliação, com a retirada dos então contendores. Esta era uma manobra diversionista, com o claro intuito de enfraquecer a dupla Tancredo-Sarney, virtualmente vencedora, exatamente porque já representava a conciliação desejada entre os setores mais expressivos da sociedade brasileira. Os setores que estavam de fora representavam o puro continuísmo e com eles era impossível, e mesmo indesejável, a conciliação. Fazê-la naqueles termos, seria comprometer a própria transição, inviabilizando o caminho para a democracia e as mudanças urgentes que se fizessem e se fazem necessárias, além de significar o estilhaçamento da própria Aliança Democrática (GOLDMAN, 1986, p. 50).

A vitória parecia bem encaminhada para Tancredo. Dezesesseis governadores apoiavam o candidato da Aliança, faltava convencer os indecisos. Enquanto isso, “as Assembleias estaduais estavam elegendo seus delegados, sempre com ampla maioria para os apoiadores da Aliança Democrática. A cada dia aumentava a vantagem de Tancredo” (VILLA, 2014, p. 224-225).

Já a batalha de Maluf se encontrava perdida, os governadores do PDS aderiam à dissidência do partido. A Aliança Democrática tinha alterado a perspectiva política, “Maluf, cuja estratégia supunha que ele tinha o controle do PDS, não dispunha mais do voto maciço do colégio eleitoral que deveria ser uma consequência natural de sua escolha” (SKIDMORE, 1988, p. 406), dessa forma o selecionado pelo PDS se provaria um fiasco. Além disso, pesquisas da Frente Liberal apontavam a vitória de Tancredo no Colégio Eleitoral, por uma diferença de 133 votos (VEJA, nº 842, p. 24 a 26, 1984). Contudo, algo tirava o sono da Aliança e, de modo especial, de Sarney, por conta do general Irís Lustosa de Oliveira, chefe do CIE, que convocou 400 oficiais para estudar as ligações da Aliança Democrática com as chamadas “O.S” no caso, Organizações Subversivas da esquerda. Durante essa reunião teriam sido mostradas fotos que ligariam o ex-pedessista José Sarney a Giocondo Dias do PCB. Voltar-se-ia com essa reunião do exército a especulação de um provável golpe nas eleições (ISTOÉ, nº 409, p. 22 a 23, 1984). Entretanto, segundo Villa (2014, p. 222) “A possibilidade de um golpe militar era cada vez mais improvável, pois não havia sólido apoio entre a oficialidade e muito menos apoio popular”.

Se os rumores de um golpe ainda persistiam, a defesa da Aliança Democrática crescia publicamente; caso do humorista Jô Soares, do compositor Tom Jobim, do cantor Chico Buarque, entre outros artistas e intelectuais que apoiavam a Aliança (ISTOÉ, nº 410, p. 32 a 33, 1984).

5.5 INCONSONÂNCIA POLÍTICA NO SEIO DA ALIANÇA DEMOCRÁTICA

A Aliança Democrática por vezes possuía o aspecto de conciliar velhos adversários na votação para a Presidência da República, entretanto, não conseguiu pulverizar as divergências locais de seus integrantes. Assim, a Aliança Democrática se fortaleceu no âmbito federal que visava eleger Tancredo Neves do PDMB, por outro lado, as disputas estaduais e regionais enfraqueceram a Aliança Democrática durante as futuras eleições municipais de 1985, por conta das desavenças políticas que impediram a escolha de um candidato da Aliança em chapa única (PDMB/PFL) (ISTOÉ, nº 410, p. 32 a 33, 1984).

Diante desse embate federal-estadual, o historiador Néelson Werneck Sodré destacaria que: “o acordo político revela que a Aliança Democrática é nada mais que

uma prova de “cordialidade” do brasileiro” (ISTOÉ, nº 410, p. 33, 1984). Entendo, intrinsecamente que quem mantinha os conflitos internos da Aliança Democrática controlado era o candidato Tancredo Neves, tendo a prerrogativa de dar a palavra final sobre determinado assunto, encaminhando assim, os moldes que a Aliança tomaria. Sem o comando de Tancredo Neves, ocorreria uma disputa informal para ver quem, de fato, deveria decidir os rumos tomados pela Aliança Democrática. De um lado, o experiente Ulysses Guimarães que possuía o apoio do PMDB. E do outro lado, José Sarney, que embora filiado ao PMDB, tivera suas raízes políticas formadas no ARENA/PDS. Eventualmente, a Frente Liberal defenderia que Sarney deveria ter a prerrogativa de tomar as decisões finais que envolvesse a Aliança Democrática. É preciso destacar que a Aliança contou com engenhosos políticos da época, como destaca Sodré: “a Aliança Democrática é uma negociação tecida por políticos hábeis” (ISTOÉ, nº 410, p. 32 a 33, 1984). Sendo assim, Sarney evitaria ao máximo a disputa com Ulysses pelo poder dentro da Aliança, decidindo que as decisões deveriam ser tomadas em conjunto.

Mesmo diante dos prováveis resultados que apontava a vitória de Tancredo Neves, a Aliança Democrática se uniu para arrematar novos delegados estaduais garantindo a vitória futuramente. Assim, Tancredo Neves e governadores trabalhavam para angariar novos votos no Colégio. Entretanto, com a proximidade da eleição no Colégio, o medo de um novo golpe militar crescia. “A medida que a vitória vai-se cristalizando, as ordens do dia se sucedem agressivas, apontando ‘traidores’ e os espectros voltam a esgueirar pelas sombras” (DUPAS, 1987, p. 45). Esse receio, levou os senadores Marco Maciel e Affonso Camargo para dentro dos quartéis, o objetivo era compreender o que se passava no interior do Exército. Dessa forma, os políticos acabaram ouvindo os militares para compreender a aceitação deles diante o nome de Tancredo Neves. Através dessas conversas se buscava novos nomes para integrar os ministérios militares no novo governo (ISTOÉ, nº 411, p. 28 a 30, 1984).

Em Campo Grande, Tancredo Neves se preparava para o comício planejado pela Aliança Democrática, contudo o mau tempo viria a promover o cancelamento do mesmo. Ocorre que mesmo diante de forte chuva uma multidão aguardava o início do evento político, assim ele se daria com o atraso de 3 horas, fato que demonstra a forte aceitação que o candidato recebia da sociedade. Tanto é que o governador Suruagy comentaria que: “Tancredo Neves já não pertence a um partido, mas

simboliza a conciliação nacional, está acima da luta partidária, da luta de classes e das paixões locais” (VEJA, nº 845, p. 25, 1984).

A vitória parecia cada vez mais certa para os membros da Aliança Democrática. Os cenários das candidaturas se baseavam na seguinte: “a de Tancredo – com amplo apoio dos mundos político, artístico, empresarial e intelectual; outra – a de Maluf – isolada, sem inserção significativa em nenhum setor da sociedade e tendo como principal sustentáculo os mais autoritários da velha ordem militar” (VILLA, 2014, p. 226). Assim, o objetivo passava a ser evitar a renúncia de Paulo Maluf, ato que poderia colocar outro concorrente mais forte no páreo. O próprio Tancredo temia que a desistência de Maluf provocasse o surgimento de uma candidatura militar para enfrentá-lo. A preocupação naquele momento seguia sendo em assegurar uma pacífica transição do poder (VEJA, nº 845, p. 24 a 26, 1984). Mesmo que a vitória de Tancredo estivesse praticamente assegurada no Colégio, Paulo Maluf explica os motivos pelos quais não desistiu da candidatura:

“Por uma questão de princípio. Eu – o deputado federal mais votado da história política deste país, com 672.927 votos – assumi um compromisso junto com Sarney, que era o presidente do partido, e com todos os outros, naquela reunião, de que a eleição devia ser indireta e de que ganhasse, ganhou. Eu fui, vamos dizer, um pouco de boa-fé, para não dizer inocente, por ter acreditado na palavra de todos, porque todos depois foram ou para Tancredo, como Aureliano foi, Marco Maciel foi, Sarney foi seu vice. Andreazza, vamos ser muito claros, lavou as mãos. Mas eu tinha ficado preso somente com a minha palavra e bem com a minha consciência. Eu não traí. [...]. Eu recebi uma pressão para explodir uma caldeira de quarenta atmosferas. Pressão militar, pressão civil, pressão política, pressão de todo mundo. Eu não concordei. Eu joguei um jogo só, joguei limpo, joguei sem segundas intenções. Quis ser presidente”. (COUTO, 1998, p. 395).

É muito provável que se a renúncia de Paulo Maluf, tivesse se concretizado; o cenário se encaminharia para uma escolha oposta ao candidato da Aliança. Aureliano Chaves e Mário Andreazza poderiam ser as opções para o PDS, e acabariam por receber a maioria dos votos, inviabilizando a vitória do peemedebista. Mas isso não se efetivou, seja pela real vontade de Maluf em se tornar presidente, seja pelo dinheiro utilizado em sua campanha para conquistar os votos necessários, sua vitória foi assegurada durante a convenção do PDS.

A última cartada de Maluf foi executada pelo deputado Norton Macedo, pedessista da confiança de Maluf, entrou com uma consulta junto ao Tribunal

Superior Eleitoral para averiguar sobre a fidelidade partidária. De modo simples, o artigo 35, inciso V, da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969 - da Constituição de 1967; estabelecia que o parlamentar que contrariar as orientações da direção partidária por voto ou atitude, perderia o mandato eletivo. Entretanto, o TSE decidiu que a fidelidade partidária não era aplicável no Colégio Eleitoral, por conta de que os membros dos partidos se encontravam na condição de eleitores, não poderiam assim ter sua manifestação de liberdade cerceada por tal dispositivo. A derrota parecia inevitável para Maluf, visto que a manobra de anular os votos dos dissidentes do PDS sucumbira.

Assim, outra inquietação da Aliança se resolveu, o TSE derrubou o último sinal de casuísmo contra a candidatura de Tancredo, resolvendo por decisão unânime que os membros do poder legislativo que fossem escolhidos para votar nas eleições do dia 15 de janeiro, poderiam votar de acordo com suas consciências e não segundo o princípio da fidelidade partidária. Essa decisão influenciaria assim nos resultados da eleição para presidente (ROLLEMBERG, 1984, p. 22 a 25).

Mas nem tudo estava ao lado da Aliança Democrática. Se por um lado a eleição estava garantida com esse pacto, por outro a diversidade de posições dentro da Aliança poderia complicar o futuro do governo. Sobre isso, o economista Dércio Garcia Munhoz provocaria uma das primeiras crises da Aliança; insatisfeito com as ideias econômicas de políticos da Frente Liberal, declararia que estas propostas estariam contrárias àquelas que estavam no Manifesto da Aliança Democrática (*Compromisso com a Nação*). É claro que num pacto que englobou uma grande frente política, não era razoável querer que as posições contidas no documento predominassem totalmente no futuro governo (VEJA, nº 846, p. 36 a 39, 1984). Era necessário um moderador e este era Tancredo Neves. É preciso compreender que a Aliança Democrática teve sua criação oficializada através do *Compromisso com a Nação*, entretanto, com o passar do tempo a estrutura política da Aliança acabou por receber mais integrantes, o que determinaria futuramente a sua ruptura decorrente dessa heterogeneidade política. Logo, era impossível que políticos de alas tão divergentes concordassem com tudo que foi proposto anteriormente no pacto de criação da Aliança Democrática.

Que dizer das “forças políticas”? Tancredo tem declarado repetidamente que conduzirá um Governo homogêneo, apesar da natureza heterogênea de sua base política e congressual. Na composição do

Gabinete, gostaria ele de comportar-se como um estadista. Está sendo forçado a comportar-se como um equilibrista (CAMPOS, 1985, p. 6).

Segundo Campos (1985) o projeto de engenharia política de Tancredo se dividia em três agrupamentos principais: um grande partido de centro, formado pela ala moderada do PMDB e boa parte do antigo PDS; um partido de esquerda moderada que possuía um viés socialista; e outro partido de esquerda de natureza radical. Embora a Aliança tenha tido um apoio de diversas classes políticas, nenhum autor ou corrente afirma tal segmentação dentro da Aliança Democrática. Mas é claro, o objetivo unificador que a coalizão buscou englobar não aguentou as pressões divergentes sem um líder forte e moderador como fora Tancredo.

Com a proximidade da eleição, cresciam boatos sobre as supostas indicações aos ministérios de Tancredo. O candidato à Presidência teria prometido um ministério a Aureliano Chaves, que se tornaria presidente do recém-criado Partido da Frente Liberal (PFL). Aureliano foi um dos idealizadores da Aliança Democrática e trabalhava para conseguir a adesão de governadores do PDS em prol da Aliança. Entretanto, apenas o governador do Ceará, Luiz Gonzaga Motta aderiu, os outros governadores tentaram, inutilmente, fazer com que Aureliano voltasse a apoiar suas origens no PDS (VEJA, nº 849, p. 42 a 43, 1984). Diante dessa recusa, vale destacar que Aureliano e Tancredo sempre foram rivais políticos e basicamente se uniram contra Maluf. Assim ambos estavam tomando novos rumos em suas carreiras políticas.

Nesse mesmo espaço de tempo, seria criada a Comissão de Plano de Governo da Aliança Democrática, para propor um programa de política econômica que resgatasse o país de uma iminente perspectiva que beirava o caos (ISTOÉ, nº 418, p. 12, 1984). Este grupo seria formado por 7 economistas escolhidos por Tancredo Neves; entre eles estavam José Serra, que exercia a função de secretário de planejamento da comissão. O COPAG contou com as orientações de Celso Furtado, Luciano Coutinho, Hélio Beltrão, Sebastião Marcos Vidal, Sérgio Freitas e Sérgio Quintela; o objetivo deste grupo era estabelecer um crescimento sustentável da economia e a recuperação de salários que deveria ser condicionado pelo ritmo de recuperação da economia (ISTOÉ, nº 418, p. 12, 1984). De formação bem heterogênea, um contraste que se relacionava ao futuro Governo de Tancredo, o COPAG teve dificuldades para compatibilizar ideais tão diferentes.

Com a virada do ano, Tancredo se mudaria para uma residência fixa em Brasília e começaria a planejar seu ministério, mas também esperava que tanto na Câmara quanto no Senado tivessem pessoas totalmente identificadas com ele e com o espírito da Aliança Democrática.

5.6 VITÓRIA DA ALIANÇA E ESCOLHA DO MINISTÉRIO

Na eleição de 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves seria eleito sem surpresas para o cargo de presidente da República. O Resultado da eleição foi o seguinte: 480 votos para Tancredo, 180 votos para Maluf, 17 abstenções e 9 ausências (ISTOÉ, nº 422, p. 16 a 19, 1985). Após a vitória de sua eleição, Tancredo Neves agradeceu ao povo e aos correligionários da Aliança Democrática, destacando os líderes e citando seus nomes de Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Sarney. Agradeceu a ala dissidente do PDS e do PT, e também aos integrantes do PDT e do PTB. Deu assim, o seu muito obrigado para aqueles que o ajudaram a se eleger. Por fim, o mineiro exteriorizou que veio em nome da conciliação nacional, para governar com um compromisso democrático. A questão principal era priorizar a organização institucional do Estado.

Foi isso mesmo. As Lutas de massas, coroadas com a campanha das “diretas já”, a presença parlamentar, necessária para forjar o isolamento da direita e para impedir os equívocos de alguns setores à esquerda e/ou liberais com sua retórica pseudo-radical; e o esgotamento objetivo do regime, aliado à capacidade das forças mais consequentes de unificar, na Aliança Democrática e em torno de Tancredo Neves, as forças que foram se desgarrando do bloco de poder; tudo isso reunido, e somente isso, possibilitou a nossa vitória (GOLDMAN, 1986, p. 61).

Assim, chegou ao fim em 1985 a sucessão por um Colégio Eleitoral. A vitória de Tancredo e da Aliança, representaram a volta das diretas tão aclamadas durante as Diretas Já. Tancredo Neves selou a promessa contida no Compromisso com a nação: “Esta foi a última eleição indireta do país”. O que antes era um modelo restringindo de votação, que perpetuava uma supremacia do poder Executivo sobre o poder Legislativo, se quebrou por conta de um emaranhado de acordos políticos, articulado ante a figura de Tancredo e da Aliança Democrática. Compromisso e promessas que o eleito nunca cumpriria, deixando para seu sucessor assumi-las.

Já no Colégio Eleitoral que se reuniu para eleger o presidente em janeiro de 1985, os políticos profissionais, congressistas, representantes de assembleias estaduais e governadores viram-se com um poder jamais experimentado anteriormente. Para além das forças políticas em presença, a própria lógica desse processo sucessório, a ser decidido em um colégio eleitoral restrito e solto das amarras que antes o prendiam à Presidência da República e às Forças Armadas, levou à elaboração de complexas redes de acordos entre os candidatos, as cúpulas partidárias, os governadores de estado e outros grandes eleitores (SALLUM JR, 1996, p. 121-122).

Com a vitória de Tancredo ocorreram festas por todo o país. Sobre a sua vitória, Tancredo afirmaria: “tenho na heterogeneidade das forças que me apoiam não um aspecto negativo da minha candidatura, mas antes um aspecto positivo” (VEJA, nº 855, p. 27, 1985). Sua frase fazia alusão às forças políticas que se filiaram a Aliança Democrática e assim o ajudaram a se eleger presidente, admitindo a heterogeneidade das forças políticas que o apoiaram.

Neste ínterim, evidencia-se que a vitória esmagadora ocorrida no Colégio Eleitoral, ficou muito ligada a um compromisso anti-revanchista do candidato da Aliança. “Assim, a sucessão presidencial foi o coroamento da transição negociada” (CHACON, 2001, p. 215). Um ideal que seria benéfico para os militares e empresários no país.

Apesar de ameaças de golpe militar e manobras continuístas terem permeado quase todo o final do período, as Forças Armadas e as classes dominantes não se sentiram ameaçadas pelo projeto presidencial de Tancredo Neves pelo contrário: lideranças militares e políticas importantes terminaram apoiando decididamente o candidato do PMDB e da Aliança Democrática. Como o general Ernesto Geisel, Aureliano Chaves, José Sarney e Antônio Carlos Magalhães. No meio empresarial, aconteceu o mesmo. De Antônio Ermírio de Moraes, maior empresário do país, a Roberto Marinho, líder das Organizações Globo, o principal e mais influente complexo brasileiro de meios de comunicação. (COUTO, 1998, p. 345).

Para o seu Governo, Tancredo Neves tinha em mente propor quatro objetivos básicos: o combate à inflação, a retomada do desenvolvimento do país, a formulação de um pacto social envolvendo o governo, empresários e trabalhadores, e por último ponto a convocação de uma Constituinte, premissa principal que ajudou a unir os membros da Aliança Democrática (ISTOÉ, nº 422, p. 20 a 21, 1985). Uma reforma na política cultural e educacional também estava prevista. Entretanto, embora a Constituinte fosse o grande sonho da Nova República, a Aliança Democrática, principal defensora e interessada na Constituinte, acabou por

postergar sua convocação para depois das eleições de 1986. As intrigas e diferenças políticas entre os aliancistas era muito clara.

No campo político, um dilema, no entanto, teria de ser resolvido: convocar uma constituinte exclusiva ou adiar esse pacto fundante adjudicando-o às eleições de 1986. A coalizão que sustentara os momentos finais do processo de transição, a Aliança Democrática (PMDB/ PFL) por sua amplitude, conflito de interesses, desconfianças, assimetria de poder e diversidade ideológica de seus integrantes, faria com que suas lideranças aceitassem a segunda opção como menos arriscada (CÔRREA, 2015, p. 107).

É possível apontar dois fatores importantes para que Tancredo Neves obtivesse sucesso na eleição. O primeiro refere-se ao apoio concedido por Ulysses Guimarães. O principal líder do PMDB apoiou a candidatura do ex-governador de Minas Gerais e, além disso, chefiou a campanha e se empenhou como um dos principais líderes da Aliança Democrática. O segundo se resume à candidatura de Paulo Maluf. Se o candidato do PDS tivesse sido outro, presume-se que Tancredo não conseguiria obter tantos dissidentes como ocorreu no partido do governo (VEJA, nº 854, p. 20 a 23, 1985). Tanto é que Ronaldo Costa Couto (1998, p. 361) explicita que “sem a candidatura do obstinado deputado Paulo Maluf, a eleição indireta de Tancredo Neves seria muito difícil. O perfil dos não-dissidentes do PDS, isto é, dos que apoiavam Maluf, não era compatível com um candidato de oposição como Tancredo”.

Mas sem dúvidas a principal decisão de Tancredo Neves foi agregar o ex-presidente do PDS, José Sarney, para ser vice de sua chapa. Mesmo enfrentando oposições dentro do PMDB, como a de Ulysses Guimarães que preferia a escolha de Marco Maciel para ser vice de Tancredo. “Em princípio, tudo indica que a Nova República começava com a confiança recíproca entre o presidente eleito e os militares. Essa confiança parece ter sido revigorada com a posse de José Sarney” (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 16). A escolha de Sarney trouxe um grande apoio e ofereceu garantias para aqueles que ainda se encontravam dentro da névoa da dúvida, entre compor a dissidência ou manter seu apoio ao antigo governo. Sobretudo, deu uma segurança aos militares.

Com a renúncia de Sarney estava deflagrado, para valer, o nascimento da Aliança Democrática – a coalizão que iria tornar imbatível a candidatura de Tancredo Neves, apoiada primeiro pelos dissidentes do PDS que queriam a prévia e se reuniram no grupo posteriormente chamado

Frente Liberal e, depois, pelos adeptos da derrotada candidatura do ministro Mário Andreazza (VEJA, nº 854, p. 32, 1985).

Com este fato, ocorria uma das maiores viradas políticas da época, o candidato do PMDB tendo indicado José Sarney para vice-presidente da República de sua chapa, agradaria a Frente Liberal, tendo recebido a notícia como um sinal de confiança. “O apoio dos dissidentes da Frente Liberal e a formação da Aliança Democrática criaram as condições para a vitória de janeiro de 1985” (VILLA, 2014, p. 253).

Sarney trataria de manter as coisas calmas na nova casa, declarando que todos estariam numa aliança onde ninguém perderia sua identidade. O maranhense evitou o atrito dentro do novo partido, visto que a ala radical do PMDB refugou a sua escolha como vice, preferindo que a escolha recaísse no nome do empresário Ermírio de Moraes, que era diretor do grupo Votorantim, uma das maiores empresas do país (ISTOÉ, nº 400, p. 26 a 28, 1984).

Assim, união do país se daria com a vitória da oposição e era através dessa perspectiva que o interesse comum deveria ser respeitado. Pois, conforme já foi mencionado, com a formação do pacto entre o PMDB e a Frente Liberal, não se pedia para que nenhum dos políticos abdicasse de suas posições.

A saída do maranhense do PDS ocorreu por conta da autoridade exacerbada do presidente Figueiredo. Por conta da existência de um acordo entre Sarney e Figueiredo para a realização de uma prévia partidária, onde se escolheria o candidato que disputaria a eleição pelo PDS. Esse não cumprimento do acordo desencadeou o racha do PDS, Sarney renunciou ao cargo de presidente do partido: “Cabe ao presidente de um partido o dever de garantir-lhe a união. Como eu não tenho mais condições de garantir essa unidade, só me cabe renunciar ao posto de presidente” (COUTO, 1998, p. 350). Reiterando o mencionado anteriormente, o acordo estipulava prévias partidárias entre os possíveis candidatos, entre as opções estavam Aureliano Chaves, Mário Andreazza, Marco Maciel e Paulo Maluf. Entretanto, Figueiredo voltaria atrás em sua palavra tendo sido apoiado pelos malufistas. Desse modo, apenas Andreazza e Maluf concorrerem na convenção do PDS. Sarney se sentindo desautorizado e tendo sido ameaçado de agressões físicas, iria armado de seu revólver comunicar sua decisão de renunciar à presidência do PDS. (VEJA, nº 854, p. 32 a 36, 1985). “Na manhã da reunião, Sarney preparou-se meticulosamente: colocou munição em seu revólver calibre 38 e

partiu para o setor comercial Sul de Brasília, onde aconteceria o encontro. O clima estava tenso quando as prévias foram rejeitadas” (ECHEVERRIA, 2011, p. 281). Após sua renúncia do PDS, Sarney aceitou compor a chapa do PMDB junto a Tancredo Neves. E pensar que os malufistas comemoraram a cisão ocorrida no partido com o a abdicação de Sarney, não percebendo que a falta de apoio do maranhense culminaria na derrota de Maluf. Este foi um trunfo percebido por Tancredo, ressaltando que o mineiro escolheu Sarney como vice, por conta da estratégia para assegurar uma maioria de votos no Colégio Eleitoral (LAMOUNIER, 1990).

Tancredo Neves se ocuparia em escolher o ministério; o jogo de definir os ministros acabaria por gerar muita agitação dentro da Aliança tancredista, sendo que as possíveis escolhas dos nomes desagradavam tanto o PMDB como a Frente Liberal. Tancredo declararia depois de retornar de sua viagem que já possuía os nomes dos ministros, mas o anúncio aconteceria apenas em março, demora essa que levava a Aliança Democrática à ansiedade (VEJA, nº 858, p. 27, 1985).

O novo presidente formou seu ministério combinando políticos de oposição sistemática à ditadura (como Fernando Lira, no ministério da Justiça) com outros recém-saídos do regime militar (como Antônio Carlos Magalhães no ministério das Comunicações, uma forma de satisfazer à Rede Globo), setores empresariais (como Olavo Setúbal no ministério das Relações Exteriores) e tecnocratas neo-liberais (como o sobrinho de Tancredo, Francisco Dornelles, no ministério da Fazenda) (SADER, 1990, p. 42).

O fato é que apenas um indivíduo tinha lugar garantido, era Francisco Dornelles, que já acompanhava seu tio Tancredo no governo de Minas Gerais; ele receberia o cargo de ministro da Fazenda (ISTOÉ, nº 424, p. 26, 1985). A área financeira acabou sendo um grande empecilho para Tancredo, o político não admitia abrir mão de Dornelles, já praticamente o PMDB inteiro queria que o comando da economia ficasse para alguém de São Paulo. O presidente Tancredo teve até que derrotar uma tentativa de manobra para a efetivação de Dornelles no cargo. “Antes mesmo da posse, os paulistas tentaram dar um golpe branco em Dornelles; aproveitando a viagem de Tancredo ao exterior começaram a articular a indicação de Olavo Setúbal para o cargo” (BASTOS, 2001, p. 244).

Tancredo sabia articular e liderar muito bem, jamais deixaria as questões relacionadas a estabilização política e desenvolvimento financeiro sem sua

supervisão. Dizia Tancredo Neves, segundo Couto (1998, p. 404) “se os ministérios da Fazenda e do Planejamento forem bem, o governo irá bem”. A longa experiência e os inúmeros debates em que participou elevaram seu interesse por temas de cunho econômico-financeiro. Tinha de fato conhecimento e experiência na área, pois foi secretário das Finanças de Minas Gerais, diretor e presidente do Banco do Brasil e do BNDE²⁷ e também governados de Minas. Por certo a economia precisava andar bem, pois o legado econômico deixado pelos militares era arrasador.

Assusta-se com as informações sobre a herança que seu governo vai receber. O quadro institucional é adverso e a dívida externa, de custo sufocante, ultrapassa US\$ 100 bilhões; a inflação já pulou para o patamar de 200% anuais e continua em disparada; as demandas sociais e econômicas represadas nos 21 anos de regime militar são incontáveis, algumas financeiramente explosivas; há escândalos econômicos grandes e graves; as contas estão desequilibradas; a estagflação que atormentou o governo Figueiredo continua à espreita (COUTO, 1998, p. 404-405).

É importante frisar que todo o apoio que Tancredo recebeu de políticos do PMDB e do PFL não foi necessariamente de graça, pois esses políticos esperavam obter cargos de importância no novo governo. Caso de Aureliano Chaves, Marco Maciel, Fernando Lyra, Antônio Carlos Magalhães entre outros políticos que foram fundamentais para que Tancredo Neves obtivesse a vitória no Colégio Eleitoral. Esses políticos lideravam alas de peso dentro de seus partidos e subsequentemente distribuíram cargos de segundo e terceiro escalões para os seus apoiadores do partido (ISTOÉ, nº 428, p. 20 a 21, 1985). Todo esse embaraçado quadro político da Aliança Democrática, acabou por desencadear nas escolhas da equipe ministerial.

Enquanto isso, a briga pela presidência da Câmara e do Senado acabava por aumentar as rachaduras que começavam a aparecer na Aliança Democrática. Os deputados Ulysses Guimarães e Alencar Furtado, ambos do PMDB, brigavam pela presidência da Câmara. Ulysses prevaleceria sobre o candidato da esquerda do partido, em uma disputa apertada com 245 votos a favor, contra 210 de Alencar. Já no Senado, o PMDB declarava que somente cederia o cargo se o candidato da Frente Liberal fosse o senador Marco Maciel, que não queria o cargo e objetivava o controle de um ministério (ISTOÉ, nº 424, p. 28, 1985). Sobre os ministérios, existiam 22 para serem ocupados, quatro eram referentes as forças armadas e três

²⁷ Passou a ser chamado de BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 1982.

seriam criados em 1985, caso da Desburocratização, Ciência e Tecnologia e o da Cultura (VEJA, nº 859, p. 16 a 22, 1985).

Com exceção do economista João Sayad que ocupou o Ministério do Planejamento, os escolhidos de Tancredo se resumiam a cinco políticos da Frente Liberal, onze políticos do PMDB e apenas um do PTB. Pela Frente Liberal assumiriam Aureliano Chaves (Minas e Energia), Olavo Setúbal (Relações Exteriores), Marco Maciel (Educação), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações) e Paulo Lustosa (Desburocratização). Pelo lado pemedebista os empossados seriam Fernando Lyra (Justiça), Roberto Gusmão (Indústria e Comércio), Almir Pazzianotto (Trabalho), Pedro Simon (Agricultura), Affonso Camargo (Transportes), Aluizio Alves (Administração), Carlos Sant'anna (Saúde), Waldir Pires (Previdência Social), Flávio Peixoto da Silveira (Meio Ambiente), Renato Archer (Ciência e Tecnologia) e José Aparecido (Cultura). E, de forma individual, José Hugo Castelo Branco (Gabinete Civil). Embora nos ministérios prevalecesse o PMDB, esses políticos possuíam uma grande aproximação com os da Frente Liberal, e eram tidos como moderados (VEJA, nº 859, p. 16 a 22, 1985).

Com a confirmação dos nomes para os ministérios entre os integrantes da Aliança Democrática, chegou-se a um consenso, pois Tancredo conseguira equilibrar os dois partidos que compunham a base de seu alicerce político, o PMDB e a Frente Liberal. Restava agora definir o controle da Câmara e do Senado. Entretanto o impasse dentro da Aliança Democrática no Senado fez com que Tancredo desse um ultimato para que o acordo fosse feito o mais rápido possível. O acordo planejado em deixar a Frente Liberal com o controle do Senado fracassou, pois, o PMDB entrou na luta pelo cargo apoiando Humberto Lucena (PMDB-PA) e a Frente Liberal queria Jorge Bornhausen (PDS-SC) que substituiu José Sarney na presidência do partido. Caso as duas alas não chegassem a um consenso poderiam perder o controle do Senado para Luís Vianna Filho (PDS-BA) que não integrava a Aliança Democrática. Assim era preciso encontrar uma solução para o caso (ISTOÉ, nº 427, p. 20, 1985).

Com as eleições na Câmara e no Senado, o impasse se resolveu, mas não como queria a Frente Liberal. O comando da Câmara ficou com o eleito Ulysses Guimarães e o do Senado com José Fragelli (PMDB-MS), eleito de forma apertada. Assim, as lideranças se consolidaram de forma frágil e sem um apoio total por parte da Aliança Democrática (ISTOÉ, nº 428, p. 19 a 20, 1985).

Tancredo Neves adiará mais uma vez os nomes escolhidos para os ministérios e seguirá articulando nomes que se comprometessem com o ideal da Aliança. Caso de Fernando Lyra (PMDB-PE), um dos principais apoiadores de Tancredo para a conquista da eleição presidencial. Segundo José Sarney: “ele (Tancredo) centraliza as indicações e, com isso, o controle político do governo” (ISTOÉ, nº 429, p. 18, 1985). Sob as escolhas de Tancredo, pode se constatar que a organização estipulada nas escolhas dos ministérios, indicou os compromissos que assumirá para ganhar a eleição no Colegiado. Segundo Sallum Jr. (1996, p. 122), Tancredo “[...] ‘fatiou’ cuidadosamente o governo com seus eleitores, tendências político-partidárias, representantes de facções políticas regionais, agrupamentos sediados na máquina estatal e com controle sobre a “opinião pública”.

Algumas greves começaram a se espalhar nesse momento, entre o Rio de Janeiro, São Paulo e de forma mais intensa na região do ABC. Supostamente uma atitude de cobrança que as lideranças sindicais promoveram para agilizar o pacto social que Tancredo Neves havia prometido (ISTOÉ, nº 429, p. 28 a 29, 1985).

A Aliança Democrática incorporou em seu seio um variado conjunto de ideologias políticas. Por conta disso, se torna perceptível o combinado que Tancredo formou em seu ministério, nomeando desde uma oposição sistemática à ditadura, como também os recém-saídos do regime militar. O acordo firmado que garantiu a vitória no Colégio Eleitoral era ambicionado para perdurar durante o seu governo. Entretanto, o plano de Tancredo não deu certo. Durante a missa de posse no Santuário Dom Bosco em Brasília, o eleito presidente sentiu fortes dores o que fez com que fosse internado no Hospital de Base de Brasília posteriormente.

6 ALIANÇA DEMOCRÁTICA – FASE JOSÉ SARNEY

6.1 TEMOR NA POSSE DE SARNEY E DESESTABILIZAÇÃO NA BASE DE GOVERNO

No dia 14 de março de 1985, véspera da posse presidencial, Tancredo Neves seria acometido de uma diverticulite, uma infecção do intestino, e as tentativas de evitar uma intervenção cirúrgica terminaram por agravar o seu estado. Os principais expoentes da Aliança se deslocaram para o hospital, de José Sarney a Ulysses Guimarães, de novos ministros a políticos de diversas classes, e vários jornalistas. Um medo rondava o país nesse momento, o temor de um golpe ganhou força com notícias sobre um atentado ao futuro presidente, mas logo foram negados pelos principais veículos de informação.

A previsão médica era de que o futuro presidente, ficaria internado por pelo menos uma semana. Diante disso, Tancredo temia que Figueiredo não empossasse o vice-presidente José Sarney, o que daria uma possível margem para um golpe. Acabou que Tancredo, Ulysses e Sarney se reuniram em uma sala no hospital. Segundo conta Sarney:

“Eu disse a ele que não queria assumir sozinho o governo. Que queria esperar o Tancredo ficar bom para assumir junto com ele. Seria uma grande decepção para o povo brasileiro o fato de ele não assumir na data marcada. Quero dizer que cometi uma falha: eu disse a ele que, sendo assim, deveria assumir o Moreira Alves, presidente do Supremo. Ulysses então corrigiu: ‘Não, Sarney. Nesse caso, quem tem que assumir sou eu.’ De fato, pela ordem, assumiria mesmo o presidente da Câmara, que era ele” (COUTO, 1998, p. 413).

Os parlamentares do PMDB explicitavam que quem deveria assumir era o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães. A defesa para isso se partia de que Tancredo não tinha assumido a presidência, não tendo sido empossado ocorria o impedimento para Sarney assumir. “Ora, Ulysses há muito desejava vir a ser presidente, mas não naquelas circunstâncias. Para alívio de quase todos, insistiu em que Sarney assumisse como ‘presidente em exercício” (SKIDMORE, 1988, p. 427). O presidente do PMDB nunca foi bem quisto entre os militares, se assumisse a presidência, a preocupação em relação a um possível golpe ganharia força

novamente. O risco não valia todo o trabalho despendido para obter a vitória no Colégio.

Embora a Aliança formada por Tancredo, discutisse ainda no hospital sobre da legalidade do vice Sarney assumir a presidência, a emenda constitucional nº 1 de 1969, explicitava na Constituição em seu artigo 77 que: “Substituirá o presidente, no caso de impedimento, e suceder-lhe-á, no de vaga, o vice-presidente” (BRASIL, 1969).

O temor que Tancredo sentia na recusa de transferência da faixa presidencial se mostrou infundado, de fato, Figueiredo com todo seu orgulho militar se recusou a entregar a faixa a Sarney. “ O já ex-presidente havia determinado ao Itamarati que em momento algum permitisse seu encontro com Sarney ou Aureliano, de quem guardava profunda mágoa” (ECHEVERRIA, 2011, p. 310). O caminho estava bem traçado, as supostas tentativas de golpe pareciam não ter mais base para se concretizar. Tanto é que Walter Pires, ministro do Exército do governo Figueiredo, após consulta ao Alto Comando do Exército garantiu proteção a um possível golpe (CANTANHEDE, 1988). Essa proteção cedida pelo ex-comandado de Figueiredo, se deveu à falta de apoio vista dentro dos quartéis. Segundo consta, o ministro da casa civil, Leitão de Abreu fez Walter Pires desistir de qualquer possibilidade de mobilização das Forças Armadas, com o seguinte alerta: “general, o Sr. não é mais ministro. Nos quartéis, quem já está dando ordens é o general Leônidas” (CARDOSO, 2005).

Tudo foi muito bem orquestrado para resolver o impasse da sucessão. Para dirimir todas as dúvidas, uma reunião foi realizada na granja do Ipê, Leitão de Abreu, Leônidas Pires, Ulysses Guimarães e Afonso Arinos²⁸ acabaram por definir que Sarney deveria ser empossado (CARDOSO, 2005).

A difícil situação de Sarney foi acentuada com a recusa do presidente Figueiredo em participar da cerimônia de transmissão do poder. Figueiredo estava profundamente irritado com Sarney, a quem considerava traidor por haver desertado do partido do governo para concorrer com o candidato da oposição. Sarney contribuíra para o malogro de sua missão, que era realizar a abertura, mas também eleger outro presidente do PDS. Ironicamente, Figueiredo teria permanecido em palácio para passar a faixa presidencial a Ulysses Guimarães, adversário muito mais radical do que Tancredo ou Sarney. Para ele, Ulysses era um líder oposicionista digno, pois jamais mudara de política. Mas passar a faixa para Sarney era demais.

²⁸ Foi jurista, político, historiador, professor e crítico ensaísta. Ocupou os cargos de deputado federal, senador e ministro das Relações Exteriores. Por suas obras integrou também a Academia Brasileira de Letras.

Abandonou o Planalto por uma porta lateral justamente quando o novo presidente entrava para tomar posse (SKIDMORE, 1988, p. 427).

Tancredo não conseguiu realizar o que tanto almejou receber, a faixa presidencial. O cargo foi então ocupado por José Sarney e a transição se deu de forma tranquila, com o vice sendo empossado no dia 15 de março, mesmo dia em que anunciou a posse dos ministros escolhidos por Tancredo Neves. Assim, José Sarney assumiu interinamente a Presidência da República, e se manteve no cargo, muito embora existissem especulações sobre quem realmente deveria assumir o mandato. A transição foi efetivada dessa forma, sob uma estrutura montada e conduzida por Tancredo Neves, contou com a forte participação de Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Marco Maciel e José Richa. Podendo ser concedido um adendo especial ao general Leônidas Pires, que segundo Sarney: "Leônidas foi o ponto-chave. A ele deve o país, em grande parte, a tranquilidade da transição" (CARDOSO, 2005). As conversas e acertos políticos com general, fora o convite para ser ministro do Exército do próximo governo se mostraram importantes para garantir uma transição despreocupada.

Mais uma vez o país encontra em Ulysses Guimarães a voz de equilíbrio e de renúncia que possibilitou a solução constitucional para o dilema. Em meio a toda ordem de boatos, a faixa presidencial é entregue ao vice, José Sarney. Em meio a rumores de que o presidente Figueiredo não passaria pessoalmente o cargo ao seu sucessor, a cerimônia é tensa e apressada. Sarney, o ex-presidente do PDS, toma posse, com Tancredo no hospital. O seu discurso é aquele que estava preparado por Tancredo Neves. Os ministros que ele empossa são os ministros de Tancredo Neves (DUPAS, 1987, p. 71-72).

Agora no governo, o ex-presidente Sarney sabia que não tinha o apoio necessário para assumir a presidência. Nunca houve uma unanimidade sobre se ele de fato deveria assumir. Como ele destaca:

Várias reuniões e articulações foram feitas para evitar minha posse. Assumi, porque o preço do meu afastamento poderia ter um custo imprevisível. O poder podia voltar para os militares. Havíamos feito um excelente trabalho de aproximação política com um importante setor militar. Na semana anterior à posse, todo o comando das tropas já estava nas mãos do Leônidas e de seus homens [...]. A minha presença naquele instante, era uma garantia legal de normalidade para os militares que nos apoiavam e para as correntes políticas de oposição que chegavam ao poder. Mas eu não me iludia. Conhecia bem o caldeirão que fervia sob meus pés (SARNEY, 2001, p. 25).

Durante a permanência de Tancredo Neves no hospital, José Sarney não alteraria quase nada do plano político, ganhando assim o apoio do PMDB. Avisado de que poderia exercer o maior cargo político do Brasil por um longo período, o maranhense declararia que suas decisões se baseariam em “dois livrinhos”, a Constituição Federal de 1967 e o *Compromisso com a Nação*, o manifesto da Aliança Democrática, que mandou encadernar em couro (VEJA, nº 864, p. 44 a 47, 1985).

Em virtude de um possível falecimento de Tancredo Neves, a Aliança Democrática pregava que pelo seu papel constitucional, concederia todo o apoio necessário a Sarney. Apelo que seria destacado por Fernando Lyra (Gabinete Civil) “a sustentação do governo está baseada na Aliança Democrática. O regime de transição deve durar até 1986, com a constituinte” (VEJA, nº 864, p. 45, 1985). Supondo que se manteria no poder temporariamente, interessava a Sarney não criar desavenças, assim propôs a criação do “Conselho da Aliança Democrática” que seria formado por Ulysses Guimarães (PMDB) e Jorge Bornhausen (PFL) ambos presidentes dos seus partidos, e também pelos líderes dos dois partidos no Congresso. O objetivo desse Conselho era dividir as forças e responsabilidades do governo até a volta de Tancredo Neves. Mas esse Conselho nunca foi criado de fato (VEJA, nº 864, p. 44 a 47, 1985).

O quadro clínico de Tancredo Neves se agravaria. Segundo o ministro Waldir Pires (Previdência Social) se o impensável realmente acontecesse, era preciso manter a estabilidade do governo e para isso seria necessário a “consolidação do poder civil e a execução do programa de Aliança Democrática” (VEJA, nº 866, p. 30 a 37, 1985). O medo que antes girava em torno de um possível golpe militar já estava descartado. O problema naquele momento era o risco de um retrocesso político e o possível fracasso do governo Sarney. É claro que não bastava que Sarney seguisse estritamente o programa do *Compromisso com a Nação* para que a situação melhorasse. O Compromisso é um rol de ótimas intenções para melhorar o cenário econômico, político e social do país, mas as divergências se relacionavam a como esse conjunto de intenções seriam aplicados na prática, como seriam feitas pelo governo. Assim seria aprovado pelos líderes da Aliança Democrática que as decisões seriam tomadas por Sarney com o aval do PMDB que seria representado por Ulysses Guimarães e pelo PFL que seria representado por Aureliano Chaves e Marco Maciel (WEIS, 1984, p. 25-29).

O acordo era de que Sarney ocuparia o cargo definitivamente como manda a Constituição Federal. Mas o mandato deveria ser reduzido para que o sucessor disputasse as eleições diretas em novembro de 1986. Nessas eleições os eleitores votaram em deputados estaduais, federais, senadores e para governadores. Contudo, Sarney não reduziu seu mandato, permanecendo, assim, na Presidência da República. Claramente esse foi um acordo firmado oralmente entre os políticos, pois Sarney deixou o cargo de presidente somente em 1990 (WEIS, 1984, p. 25-29).

Sob a liderança de Sarney, muitos políticos começaram a colocar em dúvida a sua capacidade como presidente. “José Sarney era uma figura decorativa, sem importância. Não figurava entre os principais líderes da Frente Liberal, como Aureliano Chaves ou Marco Maciel” (VILLA, 2014, p. 253).

Apenas poucos meses antes Sarney era o líder do partido pró-governo contra o qual a oposição sempre lutara. Agora ele liderava a coalizão política (PMDB-PFL), e as coalizões raramente conduzem a governos estáveis. Havia, além disso, enormes suspeitas entre os dois partidos. O presidente do PMDB Ulysses Guimarães considerava os membros do PFL como retardatários na campanha pela restauração da democracia e o império da lei. Sarney e o PFL eram, aos olhos do combativo PMDB, oportunistas cujo deslocamento através do espectro político era ditado por interesses pessoais, não por princípios. O PFL, que era quase tão heterogêneo quanto o PMDB, suspeitava da esquerda peemedebista que incluía bom número de deputados comunistas (SKIDMORE, 1988, p. 427- 428).

Ao final de março, para complicar mais a situação da Aliança Democrática. Ulysses se comportava como se fosse ele o presidente de fato, tendo convocado uma reunião com os ministros do PMDB, sem convidar os do PFL e o presidente Sarney. A intenção de Ulysses era definir o 2º e 3º escalões do governo. Ante essa reunião peemedebista, Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) protestaria pelo fato de o PFL não ter sido avisado; isso poderia dar a entender que o PMDB pretendia organizar um sub-governo (VEJA, nº 865, p. 32 a 37, 1985). Segundo consta, Ulysses disse: “o que eu fazia com o Tancredo, vou fazer com o Sarney” (ECHEVERRIA, 2011, p. 316). Provocou-se um estardalhar político na reunião, expôs-se a duplicidade de comando de governo, a Aliança já não tinha um líder.

Ulysses planejava governar negociando com Sarney e com Bornhausen (presidente do PFL), mas apenas o ministro Renato Archer (Ciência e Tecnologia) apoiou o líder do PMDB. Todos os outros ministros se calaram, dando a entender

que a Aliança Democrática ainda visava oferecer apoio a Sarney. Ministros esses que habitualmente eram a favor de Ulysses (ISTOÉ, nº 432, p. 16 a 20, 1985). A relação entre Ulysses e Sarney se tornara bem complexa, “das primeiras nomeações às providências de instalação da Nova República, tudo era ditado pelo presidente da Câmara e do PMDB, enquanto Sarney apenas assinava” (ECHEVERRIA, 314). Sarney herdou a presidência, mas Ulysses controlou a estrutura de poder no Congresso.

Ao saber da reunião, Sarney deixaria claro que: “Companheiros, eu vou seguir rigorosamente o programa da Aliança Democrática e do meu partido, o PMDB” (ISTOÉ, nº 432, p. 19, 1985). Sarney não tentaria medir forças com Ulysses. Garantir que pretendia manter as propostas da Aliança Democrática e do PMDB era uma afirmação prudentemente colocada para manter a paz dentro das alas do governo.

Sarney e Ulysses chegariam a um acordo. A palavra final seria sempre dada por Sarney, depois de ouvir os presidentes do PMDB e do PFL. Assim, para Bornhausen: “a decisão caberá sempre a Sarney, que não será o juiz da Aliança Democrática, mas o executor de suas diretrizes” (ISTOÉ, nº 432, p. 20, 1985).

É importante esclarecer que as nomeações dos escalões tão pretendidos por Ulysses e Sarney eram fundamentais por dois pontos: O PMDB e o PFL ganharam muito espaço na política brasileira, mas apesar de estarem unidos em torno da Aliança Democrática, não apoiavam um ao outro. Era preciso que ambos os partidos demonstrassem que estavam trabalhando de forma cooperada e que conseguiam resolver suas divergências sem a tutela de Tancredo Neves. Assim, a aceitação dos nomes que poderiam a vir compor os escalões precisavam ser acertados entre os políticos dos dois partidos para que o governo demonstrasse estar seguro frente a opinião pública. O segundo motivo é mais simples de se compreender, o arcabouço do governo é formado por um conjunto de funcionários, assim não basta ter um presidente e novos ministros para que o governo funcione, é necessário que o governo possua aqueles que cumprirão as ordens tomadas pelo alto escalão. Desse modo, era importante que fossem escolhidos os ocupantes do segundo e terceiro escalões para que a Aliança Democrática demonstrasse que a Nova República idealizada por Tancredo Neves poderia dar certo.

A esperança com a recuperação da saúde do presidente eleito, de fato, se tornara pequena e Sarney começava a redigir seu discurso sobre o falecimento de

Tancredo Neves, onde prometia honrar seus compromissos de campanha. Visto que esses compromissos precisavam especialmente de Tancredo, acabariam por ser cancelados futuramente. Com os anseios elevados, os blocos da Aliança Democrática passaram a disputar entre si para imporem a aprovação de seus projetos ao governo. De praxe, tanto a ala formada pelo PMDB como a do PFL queriam a troca de ministros que lhes assegurassem um controle maior do governo (ISTOÉ, nº 434, p. 32 a 36, 1985).

Nessa conjuntura, Sarney só teria forças para se manter no governo se tomasse medidas econômicas que dessem resultados. Curioso pensar que naquele momento os militares defendiam o mandato de 6 anos de Sarney. O próprio ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, diria que: “é preciso cumprir o cronograma da Aliança Democrática e respeitar a Constituição” (VEJA, nº 867, p. 32 1985). Não era interessante para os militares eleger um novo presidente que certamente seria mais radical que Sarney. Por conta disso tentavam evitar as eleições diretas antes de 1988 e assim manter alguns privilégios que permaneceram inalterados durante a transição pacífica (VEJA, nº 867, p. 32 a 33, 1985).

O Governo permanecia de certa forma engessado, adiara ao máximo as tomadas de decisões esperando o retorno de Tancredo. Apenas algumas medidas importantes foram resolvidas, caso do fim da censura política e da anistia dada a dirigentes sindicais destituídos em 1964. Atitudes que deram um aspecto de liberdade e democracia para a Nova República.

Com a instabilidade política, líderes da Aliança Democrática se reuniram na casa de Marco Maciel para discutir a ampliação do pacto que tornou possível a formação da Aliança. Ambos debatiam se era realmente necessário incluir o PDS e o PDT. A conclusão dessa reunião foi de não ampliar o pacto político. Os fundadores entenderam que podiam suportar as dificuldades do novo governo, mesmo sem a figura máxima de Tancredo Neves (ISTOÉ, nº 435, p. 50, 1985).

6.2 MORTE DE TANCREDO E GOVERNO SARNEY

Tenderiam realmente a suportar, pois no dia 21 de abril de 1985, o eleito presidente Tancredo Neves veio a falecer. O homem que foi um dos grandes idealizadores da Aliança Democrática e junto com ela conseguiu tirar o poder dos militares, que o detinham desde 1964. Mas não conseguiu resistir para receber a

faixa presidencial. Posteriormente, análises indicaram que não se tratava de uma diverticulite, mas sim de um tipo de tumor definido como leiomioma, apesar de benigno, as complicações causadas pelas sete cirurgias em menos de 30 dias, fora a idade avançada, acabaram por lhe ceifar a vida numa infecção generalizada.

O Congresso declara vago o cargo de presidente da República. Sarney é efetivado. Mantém o ministério e as diretrizes, ampara-se politicamente na Aliança Democrática, que é maioria no Senado e na Câmara. Não há crise, apenas dor. Os 38 dias de martírio de Tancredo e os 37 de governo Sarney haviam estabilizado politicamente o país. A grande tarefa política, agora, é consolidar a transição (COUTO, 1998, p. 432).

Todo arcabouço do governo que fora planejado por Tancredo Neves envolvia o entendimento entre as correntes políticas que compunham a Aliança Democrática. Sem seu intermediador, paulatinamente a Aliança Democrática viria a sucumbir, por conta de seus próprios integrantes. “Se Tancredo Neves já teria de governar compartilhando boa parte do poder da Presidência com a ‘classe política’, sua substituição por José Sarney só fez acentuar essa tendência” (SALLUM JR, 1996, p. 122).

O poder se encontrava esvaziado, não era e nunca foi uma política majoritária, ainda que originalmente tenha tido o direcionamento pela Aliança Democrática, o novo governo precisava se manter e continuar com a transição, era preciso implementar as mudanças fundamentais que tinha proposto no Compromisso com a Nação ou na Comissão do Plano de Ação do Governo. O Governo Sarney se pautaria dessa forma, “sem dúvida terá, em primeiro momento, exatamente o contorno desta ampla Aliança Democrática. E terá de sê-lo enquanto perdurarem as tarefas da transição, isto é, cumprimento do programa da Aliança (GOLDMAN, 1986, p. 61).

Embora os idealizadores da Aliança defendessem que a mesma superaria a morte de Tancredo, promovendo mudanças no governo Sarney, isso não aconteceu de fato. A premissa era de que aqueles que tiveram maior participação na consolidação da Aliança Democrática deveriam esquecer as divergências e apoiar o presidente Sarney pelo bem do país (VEJA, nº 869A, p. 12 a 19, 1985).

Considero que a presença de Sarney, sua consolidação na Presidência da República, tem o respaldo de todos os homens responsáveis, acima inclusive das próprias correntes políticas que representam e, nesse momento, o papel do Presidente e de todos os

componentes da Aliança Democrática é o de cumprir os compromissos assumidos perante a Nação brasileira (GOLDMAN, 1986, p. 66).

Defender a instalação de uma Constituinte em 1986 era um dos compromissos da Aliança e de Tancredo. Forças que sempre duelavam tinham sido unidas na Aliança Democrática. Como ficaria a situação sem a principal figura estabilizadora de forças? Restava aos integrantes desse pacto político resguardar o que tanto idealizaram.

O presidente Sarney precisava, naquele momento, de apoio, não apenas político, mas também popular. “Tocando o governo com um ministério que não é seu e preocupado em encontrar novas bases de sustentação política para preencher o vácuo imenso deixado pela morte de Tancredo, o novo presidente tenta evitar fissuras da Aliança” (DUPAS, 1987, p. 73), essa era uma das condicionantes para que conseguisse ganhar governabilidade e o apoio da base aliada, no caso do PMDB e do PFL. Condicionante esta que recaia nas suas medidas promulgadas como presidente, especialmente as de aspecto econômico que precisavam dar resultados (VEJA, nº 869, p. 52 a 57, 1985). Diante esses problemas, Sarney diz:

“Eu tinha tudo para não terminar o mandato. Aliás, eu não tinha condições de começar. Era um vice-presidente fraco, que não participava das escolhas do governo nem fora consultado, alguns setores das Forças Armadas, fiéis ao presidente Figueiredo, com generais promovidos no esquema da Revolução, olhavam-me com muitas reservas. Todo o esquema das forças políticas me era hostil. Eu vinha de uma facção que não estava constituída em partido, era um grupo difuso, pertencendo a um estado pequeno, sem grupos econômicos, de uma região vítima de preconceitos (retirantes, bóias-frias etc.), toda mídia contra mim e a opinião pública me vendo como um homem do antigo regime, que aderira a Tancredo por motivos de sobrevivência política. Qualquer passo em falso e eu estaria perdido” (SARNEY, 2001, p. 25).

Assim, com a morte de Tancredo restou ao vice-presidente José Sarney, político de muito menor estatura política e identificado sob muitos aspectos com o precedente regime militar, a tarefa de conduzir a bom porto a nascente “Nova República” (LAMOUNIER, 1990, p. 16). A transição da Ditadura para a democracia ficou a cargo de “[...] um político opaco, sem expressão, fiel serviçal dos governos militares e representante do que havia de pior no velho regime” (VILLA, 2014, p. 253). Inicialmente, a Aliança Democrática não deixaria Sarney sem apoio político, lhe fornecendo sustentação para que pudesse aprovar as medidas que foram propostas no documento *Compromisso com a Nação*. “Ulysses Guimarães,

Fernando Henrique Cardoso e os governadores do PMDB – especificamente Franco Montoro – terão de ser os pilares da Nova Aliança que terá, com vértice inevitável, José Sarney” (DUPAS, 1987, p. 74).

Sarney nunca teve a intenção de se tornar presidente, e do dia para a noite foi colocado na maior posição executiva do país. Tendo que lidar com a mais alta inflação que o Brasil sofria, com a crescente taxa de desemprego que aumentava paulatinamente e com as dívidas interna e externa construídas por governos anteriores. Mas o maranhense não era de todo incapaz de governar o país. Graças a todo esse caos econômico que o Brasil vivia, fruto do Regime Militar, foi criado uma atmosfera política de união, existia um consenso de que a transição para a democracia deveria continuar, tanto que nem a extrema direita e nem a extrema esquerda discordavam nesse ponto. Outro ponto que o favorecia era sua experiência, governador em 1966 pelo Maranhão, assumiu como senador em 1971, saiu apenas em 1985 para ser vice de Tancredo. Assim, quase vinte anos de experiência, do executivo ao legislativo, conhecia de forma profunda o funcionamento do Congresso, o que lhe deu uma certa vantagem, visto que a força que o poder Legislativo ganharia com o processo de redemocratização (SKIDMORE, 1988).

A inflação continuava alta e a insatisfação pública crescia. Movimentos sindicais promoviam greves que estouravam pelo Brasil adentro, casos dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Bahia, Ceará e Pernambuco, além do principal movimento que ocorria na região do ABC. Em torno de 400 mil trabalhadores entraram em greve reivindicando aumento salarial e vantagens trabalhistas (VEJA, nº 870, p. 36 a 43, 1985).

Se a Aliança não impulsionou, de fato, mudanças relevantes nos âmbitos econômico e social, ela as promoveu no âmbito político, muito embora não tão significativas como os seus integrantes anunciavam. Era o caso da maior dívida contraída nas praças públicas, as eleições diretas, que foram resgatadas pela Aliança Democrática. A escolha para os cargos de presidente da República, prefeito de capitais e de municípios que antes eram considerados de segurança nacional, voltariam a ser eleitos pela população. Mudança prometida por Tancredo, em comum acordo com a Aliança, que naquele momento seria promulgada por José Sarney, o mesmo que ajudou a vetar a emenda Dante de Oliveira, que propunha a realização de uma eleição direta para presidente da República no ano de 1985

(ISTOÉ, nº 438, p. 18 a 21, 1985). “As eleições para prefeito foram marcadas para 15 de novembro de 1985, com a posse dos eleitos fixada em 1 de janeiro de 1986. Seria o primeiro teste eleitoral da Nova República” (SKIDMORE, 1988, p. 434).

Tornou-se nítido que a Aliança passaria por turbulências, a pessoa forte que a mantinha unida se fora e quem o substituiu não gozava de credibilidade para tal ofício. Choques internos, divergências profundas e contradições irremediáveis açoitariam a Aliança Democrática. “No entanto, será preciso mantê-la. Isto será possível desde que os objetivos maiores da Aliança se sobreponham a interesses particulares ou grupais, e desde que aqueles sejam o norte das lutas sociais que fazem parte da própria vida do sistema capitalista” (GOLDMAN, 1986, p. 61). Porém, num cenário sem rei, grandes figuras políticas surgiram com a Nova República e todas queriam o protagonismo. E para se chegar ao topo uma base estável é vital. Logo, as eleições municipais espelhariam as ambições políticas dos variados partidos e de quebra causaria uma desordem crescente no seio da Aliança Democrática.

6.3 O RACHA NA ALIANÇA DEMOCRÁTICA COM AS ELEIÇÕES

As eleições agitariam não apenas as cidades e a população. Brigas dentro da Aliança Democrática aumentariam por conta das eleições diretas. As previsões de um maior número de eleitos do PMDB acirrariam as tensões com o PFL na maioria dos estados (ISTOÉ, nº 452, p. 24 a 25, 1985).

De início, as cúpulas do PMDB e da Frente Liberal transformaram o governo Sarney num condomínio em que mal se distinguia a personalidade do presidente. Os ministros atuavam com enorme autonomia, mais como delegados da Aliança Democrática do que como parte de uma equipe comandada pelo chefe de Estado. No plano parlamentar, a própria Aliança, antes de se envolver-se, dividida, na luta pelo controle político dos municípios (as eleições se travariam em outubro), promoveu a remoção do já mencionado “entulho autoritário” (SALLUM JR, 1996, p. 123).

Se antes os pronunciamentos eram cordiais e teoricamente complacentes entre os integrantes da Aliança, a nova fase dava lugar à troca de insultos e ameaças de agressão, que eram proferidas por parlamentares rebelados e líderes dos partidos que compunham o pacto. O próprio BNDES não possuía diretores para seu completo funcionamento, por conta dos desacordos entre políticos da Aliança

Democrática em indicar nomes para esses cargos. O que se constata é que o governo não possuía mais o controle das bancadas da Aliança Democrática (VEJA, nº 877, p. 20 a 22, 1985). A incompatibilidade do governo dissemelhante estava em voga, tanto que, o senador de oposição Roberto Campos relatou: “rivalidades regionais, conflitos de personalidade, mais até que fatores ideológicos, parecem tornar inatingível essa simplificação do corpo político” (CAMPOS, 1985, p. 7).

A desordem começou a tomar conta na Nova República, os partidos políticos se enfraqueceram e deram espaço para a criação de personalidades fortes. A defesa pela democracia havia cessado, entrou em cena o interesse pessoal dos detentores de cargos políticos. Através de pagamentos indevidos a parlamentares, votações antiéticas em que deputados votavam pelos companheiros ausentes e sobretudo o escarcéu com a prática do Nepotismo através de nomeações em massas. Em especial, destaco o episódio conhecido por trem da Alegria, organizado pelo senador Moacyr Dalla que nomeou seu próprio filho e dezenas de apoiadores da Aliança Democrática, caso de Roseana Sarney e outros.

Ironicamente, em 10 de janeiro de 1985, o senador Moacyr Dalla, presidente do Senado, nomeou, no apagar das luzes da sua gestão, 1.554 funcionários somente para a gráfica da Casa, divididos entre jornalistas, socialites, familiares de deputados, senadores e ministros. Funcionários sem trabalho, mas com contracheque (VILLA, 2014, p. 232).

Toda essa desmoralização da classe política ligada às lideranças da Nova República, levou ao crescimento eleitoral da oposição de esquerda representada por Lula e Brizola. Diante desses descréditos, a equipe de governo percebeu que seria complicado manter os espaços conquistados através da adesão na Aliança Democrática. As eleições tratariam de dividir e enfraquecer mais as alas governamentais.

A preocupação com as eleições municipais denotou a falta de engajamento no Congresso Nacional. Os poderes legislativos fundamentais para institucionalizar uma democracia que foram retirados pelo Governos Militares, nunca foram discutidos para serem reimplementados. As leis de caráter autoritário como a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional ainda vigoravam no país. Denotando os quão omissos foram os parlamentares naquele momento.

Diferente de um sistema político autoritário, o sistema aberto no momento permitiu que o público visse as transações e falcatruas promovidas por seus eleitos.

A conduta dos políticos além de comprometedoras, acabavam explicitando o interesse pessoal sobre o interesse público (SKIDMORE, 1988). Ações que antes eram facilmente encobertas por conta do regime ditatorial. Com a volta da democracia ressurgiu o poder de se manifestar acerca desses fatos. O repúdio a determinados elementos da classe política começou a ganhar espaço

As divergências entre políticos da Aliança alcançaram também os ministérios, uma vez que Sarney e alguns ministros não conseguiam chegar a um acordo. Muito se deve ao fato de que alguns nem conheciam Sarney pessoalmente, pois foram escolhidos por Tancredo. Diante disso Sarney começava a pensar em mudanças no ministério (VEJA, nº 879, p. 20 a 26, 1985).

Outras mudanças também aconteciam por conta da Aliança Democrática. Os políticos passaram a preencher cerca de quinze mil cargos na administração federal, respectivamente do 2º e 3º escalões. Logicamente esses cargos eram monopolizados pelo PMDB e pelo PFL e divididos de acordo com os interesses de seus parlamentares. Desse modo os dois partidos praticamente lotearam a administração pública (VEJA, nº 880, p. 20 a 27, 1985). Essa monopolização, acrescida da desordem política que o governo demonstrava, geraria uma tentativa de adiantar as eleições presidenciais, em especial por Leonel Brizola que promovia a ideia de um governo transitório e pedia a realização de eleições para a presidência em 1986, simultaneamente à convocação da Constituinte. O então governador do Rio de Janeiro não conseguiria o apoio para que a ação almejada se efetivasse. Por conta disso divulgaria uma nota onde responsabilizaria a Aliança Democrática “pelos descaminhos da chamada Nova República” (VEJA, nº 881, p. 22, 1985). É importante destacar que nesse momento Brizola possuía um prestígio muito grande junto à maioria da população. Nesse momento, se imaginava que no caso de eleições diretas, Brizola seria um dos candidatos mais votados ou até mesmo conseguiria se eleger presidente.

A Aliança Democrática perdia paulatinamente sua importância dentro do governo, uma vez que os políticos não chegavam a um comum acordo. As eleições marcadas para novembro de 1985 poderia ser o ultimato desse pacto político, que foi montado tendo como principal objetivo eleger o presidente da República. Tancredo Neves armou seu governo com componentes da química política que dificilmente se misturam, mas teve a cautela de juntá-los no liquidificador acionado pela maré montante antimalufista (VEJA, nº 883, p. 36 a 39, 1985).

A realização das eleições nas capitais em 1985, gerou disputas entre seus filiados, precipitando o fim da Aliança Democrática que foi montada para sustentar o governo. Com as eleições, os políticos da Aliança Democrática esqueceriam toda aquela suposta lealdade que transmitiram com o acordo entre o PMDB e o PFL (VEJA, nº 887, p. 22 a 23, 1985). Um dos principais idealizadores do pacto, Aureliano Chaves, declararia seu apoio a Jânio Quadros (PTB-SP) para a prefeitura de São Paulo, opondo-se assim a Fernando Henrique Cardoso, candidato que teoricamente deveria ser apoiado pela Aliança. Aureliano se defenderia dizendo que sua atitude não seria pessoal, e alegava que a decisão partidária do PFL de São Paulo era pelo apoio a Jânio Quadros (ISTOÉ, nº 452, p. 16 a 19, 1985). A capital paulista foi um dos municípios que mais dividiram as forças da Aliança Democrática. Conforme explica o político Alberto Goldman, apoiador de Fernando Henrique:

Contudo, o que pretendíamos não se deu. Fatos de extrema relevância levaram-nos à derrota: a divisão das forças democráticas em contraposição à unidade das correntes conservadoras, a política equivocada e excludente do próprio PMDB e, por outro lado, a aceitação por amplas parcelas da população da Grande São Paulo do discurso demagógico e salvacionista de Jânio Quadros (GOLDMAN, 1986, p. 142).

Era um grande projeto de independência conduzido por Marco Maciel, um dos idealizadores da Aliança acabava por coordenar sua fragmentação visando os interesses do seu partido, o PFL. O plano de comandar o maior colégio eleitoral do país se deu da seguinte forma: a Frente Liberal apoiaria Jânio Quadros nas eleições municipais, por sua vez, Jânio apoiaria Olavo Setúbal, recém filiado ao PFL para o cargo de governador do estado em 1986.

Outro caso da iminente quebra da Aliança se aplica ao apoio dado por Fernando Lyra à Jarbas Vasconcellos (PSB), candidato à prefeitura de Recife. Inconformado com a derrota na convenção do PMDB, Vasconcellos trocava sua legenda pela do PSB e assim enfrentaria Sérgio Murilo (PMDB). Formando a chamada Frente Popular, Vasconcelos recebeu apoio do PMDB, praticamente metade da bancada federal do partido e a maioria no âmbito estadual e municipal. Os partidos de esquerda, como o PT e o recém-criado PCdoB também apoiaram o candidato (DUPAS 1987). Logo, não existia fidelidade partidária e muito menos lealdade dentro da Aliança Democrática. A Aliança foi, assim, alvejada pela mesma prerrogativa que possibilitou sua subida ao poder, ou seja, a inexistência da

fidelidade partidária. Diante de tantos malogros, José Maria Magalhães, representante do PMDB-MG na Câmara dos deputados, pediu a liquidação formal da Aliança Democrática, mas esse pedido sequer entraria em discussão (ISTOÉ, nº 452, p. 16 a 19, 1985).

No plano econômico, o cenário brasileiro não era dos melhores. O Brasil sofria pressões do FMI para o pagamento dos empréstimos. E era fundamental voltar a ter crédito para que o país saísse da crise, visto que a própria agência internacional tinha interrompido as negociações com o antigo governo e aguardava o novo tomar posse para discutir as dívidas. (DUPAS, 1987). Era fundamental passar uma confiança dos novos rumos que o país pretendia tomar. Embora o temor que o pagamento da dívida externa comprometesse o processo democrático que o país passava, deixar de honrar as dívidas adquiridas pelo governo militar jamais passou pela cabeça de Tancredo Neves. Já plano político o acirramento das disputas eleitorais municipais, tenderam a colocar em alerta a sobrevivência da Aliança Democrática. O cientista político, Francisco Weffort ressaltaria que as eleições municipais continuariam a obra de destruição dos partidos, que foi iniciado com a eleição presidencial no Colégio Eleitoral, que debilitou o PDS e levou à formação do PFL. Chegava assim à vez do PMDB (ISTOÉ, nº 452, p. 16 a 19, 1985).

Uma das capitais em que Aliança Democrática se manteve unida para as eleições foi Porto Alegre, com a candidatura de Francisco Carrion Júnior (PMDB-RS); contudo os resultados apontavam que a preferência da população seria Alceu Collares (PDT-RS), que acabou sendo eleito de fato.

Vale destacar a tentativa de se implantar o que foi chamada de “Acordo de Minas”, liderado pelo deputado Israel Pinheiro Filho, contando ainda com outros deputados mineiros dos partidos PMDB e PFL. Basicamente este acordo propunha que o PFL desistisse da candidatura de Maurício Campos (PFL-MG) à prefeitura de Belo Horizonte, e com isso apoiasse Sérgio Ferrara (PMDB-MG). Em troca, a Aliança Democrática apoiaria ainda algum candidato do PMDB para governador do Estado nas eleições de 1986 e, conseqüentemente, todos apoiariam a candidatura de Aureliano Chaves, para a Presidência da República em 1988 (ISTOÉ, nº 455, p. 26 a 28, 1985). Entretanto, esse “Acordo de Minas” não foi aceito, tanto por parte do PFL mineiro que não ofereceria apoio ao PMDB sem garantias de que o acordo seria firmado, quanto pelos outros estados que integravam a Aliança Democrática e não aceitaram ceder apoio a Aureliano Chaves.

Diferente de Tancredo Neves, José Sarney não interferia no jogo político das eleições, apoiar algum candidato seria como apoiar um dos dois partidos que ainda mantinham a Aliança Democrática. Sabia ele que ainda precisaria do apoio dos grandes políticos da Aliança (ISTOÉ, nº 458, p. 18 a 19, 1985).

Enquanto a maioria se preocupava com as eleições municipais, Ulysses Guimarães estava engajado em se tornar o próximo presidente da República. Com esse intuito, foi à casa de Marco Maciel para discutir as bases da campanha presidencial de 1988. O que Ulysses buscava era que a Aliança Democrática se comprometesse no momento do segundo turno com algum candidato do PMDB ou do PFL, dando reconhecimento indireto de que Leonel Brizola estaria no segundo turno. Assim, Ulysses tentaria manter a Aliança Democrática utilizando estratégia semelhante a que já fora utilizada por Tancredo Neves; só que agora, em vez de Maluf o adversário da vez era Brizola (ISTOÉ, nº 458, p. 18 a 19, 1985).

O ministro da administração, Aluizio Alves, afirmaria que, segundo sua concepção: “divergências espalhadas pelo país decretaram a morte da Aliança Democrática, firmada entre o PMDB e o PFL para ser o sustentáculo político do governo” (KUCK, 1985, p. 5). Ainda segundo o ministro, os dois partidos se uniram para eleger Tancredo e Sarney e mesmo sendo aliados políticos, com as eleições municipais, acabaram por voltar a guerrear. Assim, na opinião de Aluizio Alves a Aliança não existia mais. “Ela passou bem pela eleição de Tancredo, balançou um pouco na distribuição de cargos federais e explodiu na eleição das prefeituras” (ISTOÉ, nº 464, p. 23, 1985). Na opinião do ministro, em face dos ataques mútuos entre seus membros, constatava-se que a Aliança Democrática estava finalizada.

A Aliança formou acima de tudo por questão eleitoral, e basicamente conseguiu com a vitória de Tancredo. Assim, alcançando seu principal objetivo, ela perdeu a razão de existir. Apenas isso. Trate o presidente de providenciar outra para governar em paz (NOBLAT, 1990, p. 33).

Nas eleições, além das já mencionadas de Porto Alegre, Recife, Manaus, João Pessoa e Aracaju, que encabeçaram candidatos apoiados pela Aliança Democrática, isso é PMDB/PFL unidos em um candidato, apenas nos três últimos municípios citados a Aliança Democrática conseguiu eleger seus representantes (ISTOÉ, nº 464, p. 22 a 25, 1985).

O resultado final das eleições indicou um ganho grande para PMDB, em contrapartida o PDS foi o maior perdedor, pois a imagem do partido esfacelara-se no país. A esquerda também ganhou grande cenário no país após as eleições, com crescente onda petista em alguns municípios e com a vitória de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

Primeiro, a maioria do eleitorado votara do centro para o centro-esquerda. O PDS e o PFL saíram-se muito mal. O PMDB, onde perdeu, foi, principalmente, não para candidatos direitistas exceto em São Paulo, mas para candidatos esquerdistas. Esta tendência ficou clara no sucesso do PT que conquistou a prefeitura de Fortaleza, capital do importante estado nordestino do Ceará, e chegou em segundo ou terceiro lugar em várias disputas municipais através do país. Considerando-se que o PT recusou-se a fazer coalizão com outros partidos, sua capacidade de penetração no eleitorado foi notável (SKIDMORE, 1988, p. 436).

Com o final das eleições, Sarney começaria a preparar a mudança dos ministérios. O que ficou mais simples para o governo, pois o ministro da Agricultura, Pedro Simon (PMDB-RS) anunciara que os ministros civis da Aliança Democrática, com exceção de Antônio Carlos Magalhães (PDS-BA) iriam renunciar coletivamente em 15 de fevereiro. Decisão que foi tomada em uma reunião convocada por Ulysses e Aureliano para decidirem os rumos que a Aliança Democrática tomaria depois dos resultados das eleições. As conversas teriam avançado, assim, até a reforma ministerial, onde se decidiu pela entrega dos cargos. Percebe-se que até esse momento, os principais nomes da Aliança ainda davam sustentação e apoio a Sarney (ISTOÉ, nº 467, p. 30 a 32, 1985).

Há que se destacar que, com a entrega dos ministérios, a pasta da Fazenda acabou sendo ocupada por Dilson Funaro. Com a mudança Sarney anunciou o Plano Cruzado em fevereiro de 1986, que tinha por objetivo uma estabilização financeira no país. Como principal ação, o conjunto de medidas econômicas congelou os preços de produtos alimentícios, produtos de limpeza, combustíveis, alguns tipos de serviços entre outros. Com a inflação sendo tratada como a principal inimiga da economia brasileira, Sarney acabou por inflar o ego dos brasileiros convocando a todos para serem seus fiscais frente a comerciantes que praticassem aumentos ilegais. “O povo entrava nos supermercados e, exibindo bottons com a inscrição ‘Sou fiscal do Sarney’, verificava os preços e denunciava os gerentes quando notava que o preço de algum produto havia sido remarcado ilegalmente”

(SKIDMORE, 1988, p. 454). O público aceitou bem o Plano Cruzado, Sarney viu sua popularidade disparar nesse período.

6.4 O MINISTÉRIO DE SARNEY E A APROXIMAÇÃO MILITAR NO GOVERNO

O braço amigo dos aliancistas não durou muito tempo, os ministros selecionados por Tancredo já não suportavam Sarney. O próprio Ulysses e Aureliano tinham aspirações a presidência, era no mínimo incomodo imaginar Sarney ocupando o cargo que poderia ter pertencido facilmente a um dos dois. Assim, foi se criando uma série de conflitos entre o presidente e os ministérios. Buscando a formação do seu ministério, Sarney priorizou políticos com a trajetória similar a sua: “originários da antiga UDN, que haviam apoiado o golpe de 1964 e participado de governos militares, dos quais se desligaram somente ao final, junto com Sarney” (SADER, 1990, p. 44). A Aliança perdia aqui sua unidade histórica de transformação política.

José Sarney teria sugerido que a Aliança deveria ser preservada, para que se impedisse o avanço das forças esquerdistas. Proporia assim, um governo mais técnico e com características conservadoras (VEJA, nº 899, p. 36 a 43, 1985). Em face dessa sugestão, Aureliano Chaves reclamou que a Aliança Democrática possuía “pernas desiguais”, criticando claramente o fraco desempenho do PFL nas eleições de 1985 (VEJA, nº 900, p. 57, 1985).

Muito provavelmente a última ação feita pela Aliança Democrática tenha sido aprovar o pacote de reformas fiscais e econômicas no Congresso, cujo nome o governo intitulou de Programa de Mudanças. Plano de reforma que foi feito pelo novo ministro da Fazenda Dílson Funaro. Assim, o último ato da Aliança Democrática foi prevalecer na votação com a maioria tanto dos deputados como dos senadores do PMDB e do PFL, exceção de Itamar Franco (PMDB) que se aliou ao PDS na votação (ISTOÉ, nº 468, p. 22 a 24, 1985). Político que, tal como Sarney, assumiria a Presidência do país depois do impeachment de Fernando Collor em 1992.

Depois de alguns meses, a debandada dos ministros aliancistas do governo Sarney acabou por indicar os contras da escolha do maranhense como vice de Tancredo. Sua posição foi fundamental para a conquista no Colégio, mas

demonstrou-se uma frustração como líder de governo. Com uma débil sustentação parlamentar, Sarney se valeu de ameaças e intercâmbios clientelistas, destinando verbas eleitorais para alguns apoiadores que formavam a Constituinte. Foram as Forças Armadas que lhe deram o suporte necessário para tal ação, e sobretudo, se Sarney teve seus interesses atendidos, os militares também tiveram. “Os vencimentos militares foram generosamente reajustados neste governo, e Sarney sempre procurou prestigiar publicamente a instituição e os ministros militares” (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 16). Ocorreu uma tutela militar mascarada como apoio político, foi delineada antecipadamente pelo aparelho militar que trouxe consigo exigências em prol das Forças Armadas. “Os militares, por meio de uma engenhosa combinação de ameaças e lobby, conseguiram eliminar, amenizar ou subverter a maioria das cláusulas constitucionais que teriam imposto limites à autonomia militar” (LINZ, STEPAN, 1999, p. 206). O espaço conquistado pelos ministros militares, influenciou diretamente nas pretensões da classe durante a Constituinte. Na interpretação do almirante Henrique Sabóia,²⁹ não houve uma tutela militar no governo Sarney. Mas concorda que os ministros militares eram “fiadores daquele processo de evolução democrática que estava acontecendo” (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 17).

[...] convém indicar que a autonomia, a capacidade de gerar políticas, o reconhecimento dos demais atores políticos, a notável capacidade de antecipação com relação ao desenvolvimento da conjuntura e a firme decisão de não liberar espaços ocupados durante o regime militar fazem das Forças Armadas o principal apoio do presidente Sarney, cujo sustentáculo parlamentar da Aliança Democrática esvaiu-se em poucos meses de governo. Ao apoiar o presidente, o aparelho militar indica-lhe também diversos limites para as políticas de governo. A este duplo aspecto de apoio político e de restrição tenho conceituado como tutela militar. Trata-se portanto de uma condição de natureza conjuntural, fundada ainda em compromissos que a Aliança Democrática estabeleceu com as lideranças militares (OLIVEIRA, 1994, p. 111).

As tratativas que Tancredo e a Aliança fizeram no período de campanha com os militares, acabaram sendo reivindicadas a Sarney. “Em toda uma gama de assuntos de importância, o governo civil, na melhor das hipóteses, compartilhava a soberania com os militares” (LINZ, STEPAN, 1999, p. 205). Dentre as reivindicações dos militares, a permanência dos seis ministérios militares: Exército, Marinha e Aeronáutica; Casa Militar, Serviço Nacional de Informações e Estado-

²⁹ Ministro da Marinha do Brasil no Governo Sarney (1985-1990).

Maior das Forças Armadas. Esses foram espaços que os militares se recusariam a abrir mão. Muito provavelmente por conta de que sem esses cargos nos ministérios, a capacidade de interferir no processo político e nas decisões governamentais seria gravemente atingida. Tanto é que a presença militar no governo Sarney foi “uma força política solidamente preparada (e preparada com antecedência, ao contrário da maioria dos atores políticos) segundo critérios de clareza de objetivos, escolha dos meios e eleição dos aliados” (OLIVEIRA, 1994, p. 110).

Dentre os preparados, o destaque principal se recaí no general Leônidas Pires, ministro do Exército que fora escolhido a dedo por Tancredo Neves para dar suporte da iminente vitória Colégio. De fato, o general se mostrou hábil para dialogar com os militares na construção e aceitação pelo nome de Tancredo. Era a principal defesa do candidato da Aliança, tanto que, diante das teorias conspiratórias de um possível golpe, “o candidato deveria estar pronto para sumir de Brasília ao menor sinal de desordem. Iria para Minas Gerais, ou talvez para o Paraná, cujo governo estava com José Richa e cuja tropa estava sob o comando do general Leônidas” (GASPARI, 2016, p. 294-295).

Engenhosamente, Tancredo desencadeou intensa articulação com aliados civis e militares para desestimular e desarmar as conspirações. Sua assessoria chegou a preparar um plano de fuga de Brasília, temendo possível ação golpista comandada pelo general Newton Cruz, titular do Comando Militar do Planalto. Se a tentativa ocorresse, o candidato seria imediatamente retirado e levado para o local de onde pudesse comandar a resistência. Talvez Belo Horizonte, com o apoio certo do governador Hélio Garcia, ou Curitiba, onde o general Waldyr Martins, comandante da 5ª Região Militar, subordinada ao III Exército, comandada pelo general Leônidas Pires Gonçalves, era aliado (COUTO, 1998, p. 374).

A proximidade do general Leônidas com José Richa se torna acessível diante da afirmação feita pelo governador, de que “apesar da fragilidade do processo de reconstrução democrática, o aparelho militar teria se mantido na plena legalidade em razão de suas próprias virtudes” (OLIVEIRA, 1994, p. 110). O ministro do Exército acabou por conquistar seu espaço no governo, fazendo pronunciamentos sobre variados assuntos sem qualquer restrição pelo presidente Sarney. Se tornando a principal referência do governo, o que lhe garantiu poder de voz para defender os temas militares na Constituinte.

O objetivo sempre foi encerrar o período ditatorial presente no Brasil. O movimento Diretas Já foi o precursor dessa vontade, que negada em congresso, viu

a possibilidade de alcançar os fins por meio da Aliança Democrática. Toda a luta que foi desempenhada por intermédio de uma união heterogênea para conquistar a vitória na eleição indireta do Colégio Eleitoral, acabou por sucumbir diante da falta de relações políticas existentes na própria Aliança. Afinal, a criatura não conseguiu sobreviver sem seu criador para conciliar suas divergências. As atitudes de seus integrantes acabaram por atingir o substituto responsável pelo país. Praticamente isolado, Sarney viu nos antigos militares a salvação de sua conservação política e com seu apoio, os militares conseguiram defender seus interesses na Constituinte.

Em agosto de 1985, foi iniciada a Comissão de Estudos Institucionais. Presidida pelo jurista Afonso Arinos, tinha previsão de durar em torno de dez meses (DUPAS, 1987). Ante isso, representantes dos grupos militares se reuniram para planejar os pontos que defenderiam. O que acabou sendo facilitado, graças a formação do Centrão, ala centro-direita que se originou da dissidência da Aliança Democrática. “Estavam assim assentadas as bases do que ficaria caracterizado como o eficiente lobby militar na Constituinte. Houve uma intensa atuação dos ministros militares e de seus assessores parlamentares junto às lideranças da Constituinte [...]” (CASTRO, D’ARAÚJO, 2001, p. 18). Com Sarney e o Centrão, as Forças Armadas conseguiram neutralizar as propostas que entendiam como perigosas para a classe militar e para o país. Basicamente, tudo aquilo que retirava os privilégios dos militares passou a ser declarado como iniciativas revanchistas.

O presidente José Sarney participou deste jogo de pressões com relação à Assembleia Nacional Constituinte, acrescentando-lhe suas próprias razões de natureza política às pressões de natureza militar, subordinando-se à lógica e aos interesses castrenses, mais perenes do que a provisória e cambaleante Aliança Democrática. Os interesses militares seriam ainda mais perenes do que os interesses políticos do país, não devendo, portanto, constranger-se ao estrito cumprimento da legalidade constitucional (OLIVEIRA, 1994, p. 120).

Na prática a Nova República que a Aliança pretendeu instaurar se mostrou “[...] um governo a mais, entre tantos não eleitos pelo povo, dirigido pela elite política tradicional, com um grande contingente oriundo da ditadura militar” (SADER, 1990, p. 47). Reformas que não foram iniciadas e planos econômicos fracassados marcaram o governo Sarney.

No mais, Sarney não cumpriu as promessas apresentadas no Compromisso com a nação, documento que dizia zelar ante a opinião pública. Não resolveu as

questões das dívidas internas e externas. A reforma agrária que tentou discutir no primeiro mês de mandato nunca mais foi mencionada. Outras questões de cunho secundário, mas importantes para o país acabaram negligenciadas. Desta forma, o governo os partidos da Aliança Democrática preferiram se omitir. A preocupação não era mais as mazelas do país, mas sim as eleições estaduais que ocorreriam em 1986. O programa original de governo de Tancredo Neves morreu junto com seu criador (SADER, 1990). Mesmo com tudo isto, “o fato é que políticos como José Sarney, Aureliano Chaves, Marco Maciel, e Antônio Carlos Magalhães, independentemente de vínculos anteriores, tiveram papel decisivo na conclusão da transição, inclusive na fase seguinte, a de sua consolidação [...]” (COUTO, 1998, p. 408).

6.5 AS SOBRAS DA ALIANÇA

Após alguns anos, Sarney declarou que:

“Minha intenção era restaurar a aliança PMDB/PFL, que tornou viável a eleição de Tancredo. Articular a candidatura Ulysses. Havia espaço. Aureliano é um excelente homem público e seria sensível a um trabalho dessa natureza. Eu era do PMDB, como sou até hoje. Portanto, o candidato poderia ser o Ulysses. Quando ele manifestou publicamente que não admitia nenhum tipo de comprometimento com o meu governo, só me restava sair de campo, como fiz, e assumir a posição que era do meu agrado - a de magistrado” (SARNEY, 2001, p. 32).

O maranhense acreditava que Ulysses conseguiria alcançar o segundo lugar no primeiro turno nas eleições de 1989³⁰. Tomaria o lugar de Lula para digladiar com Collor, e com o apoio do governo, Ulysses teria sido eleito. Em função de Ulysses não ter aceitado a aliança com Sarney, o ex-presidente votou em outro antigo companheiro de Aliança, Aureliano Chaves.

Logo, a Aliança Democrática esteve supostamente destinada a ser tão duradoura quanto o mandato presidencial de Sarney. A garantia do mandato até 1988 era uma questão vital para a conservação da Aliança e, é claro, de José Sarney. Embora a Aliança não tenha sobrevivido até 1990, ano em que Sarney

³⁰ A eleição presidencial de 1989 contou com 22 candidatos para o mais alto posto político do Brasil. Entre os principais se destacam, o eleito Fernando Collor de Melo (PRN), Luís Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), Paulo Maluf (PDS), Ulysses Guimarães (PMDB), Aureliano Chaves (PFL) e Enéas Carneiro (PRONA).

deixou a Presidência da República, o presidente conseguiu se manter graças ao arranjo político com os militares e com o que restou da antiga união.

A frente opositora que terminou sendo vitoriosa – com a Aliança Democrática, a Nova República e a vitória no Colégio Eleitoral da chapa de Tancredo Neves-José Sarney – baseou-se nessa concepção estreita dos problemas que afetavam o Brasil, diagnosticados pela teoria do autoritarismo. A democratização se concluiria com a remoção do “entulho autoritário”, confirmada posteriormente pela nova Constituição. O mascaramento das contradições antagônicas entre as forças que participavam daquela frente foi o resultado de um passe de mágica, que neutralizou esses conflitos por um tempo, mas que revelou posteriormente toda a debilidade da teoria do autoritarismo e do partido que se fundou nela, dirigindo a transição política – o PMDB (SADER, 1990, p. 50).

Segundo Oliveira, o último resquício do que sobrou da Aliança Democrática, tenha se fixado na ala política conhecida como Centrão. “As forças políticas em torno do Centrão (a área mais conservadora da Aliança Democrática da Nova República, com significativa participação na Constituinte) prestaram-se ao apoio político nos primeiros tempos do governo Collor” (OLIVEIRA, 1994, p. 228). Após a presidência Sarney se elegeu como senador pelo Amapá em 1990. E com a força do Centrão acabou se elegendo presidente do Senado em 1995.

CONCLUSÃO

Por meio das análises de fontes e obras pesquisadas, pude constatar que a união política intitulada Aliança Democrática, formada por distintos políticos, detinha em comum apenas a oposição em relação a permanência do governo militar. De qualquer forma, ela foi um fator chave para que fosse possível derrotar os militares no Colégio Eleitoral em 1985 e dar sustento político para o governo Sarney na Nova República.

Com a dificuldade de se promover uma mudança de governo durante o regime militar, pode-se destacar a existência de uma crise política. A Aliança Democrática foi o pacto político idealizado para apressar o fim da ditadura militar. A união de agrupamentos políticos distintos demonstrava toda a insatisfação com o arcabouço legislativo que fora criado sob tutela da outorgada Constituição de 1967, e principalmente pela ditadura civil militar que vigorava no país desde 1964.

Dentre os conhecidos políticos que encabeçavam a Aliança Democrática, o nome de Tancredo Neves foi o principal, tanto por haver sido um dos fundadores do pacto, quanto por haver sido escolhido pela Aliança para disputar a Presidência da República. O que se pode destacar desse político é que ele soube como se posicionar e demonstrar sua posição para os demais. Pelo seu conhecimento adquirido ao longo da vida política, sabia como tomar as decisões dentro do campo político. Assim, evitava uma postura que pudesse lhe comprometer futuramente. Foi de certa forma um jogador político que compreendia bem as regras do jogo, tanto é que a hipótese de um novo golpe militar não se efetou por conta de suas características conservadoras e conciliatórias. Uma das suas habilidades foi defender que a transição se desse de forma pacífica e sem revanchismo contra os militares.

Nessa conjuntura, é inegável que o processo destinado à transferência do regime militar para um governo civil, sucedeu sem ruptura da ordem institucional. Deixando muito claro o caráter conservador da transição política feita pela Aliança Democrática. A chamada Nova República foi marcada por uma fusão entre o velho e o novo. As instituições militares foram substituídas pelas parlamentares. Com isso, se criou uma nova Constituição que fortaleceu o papel do Congresso, as liberdades individuais foram ampliadas, o voto direto entre outros. Estabeleceu assim, uma

dicotomia entre a transição brasileira e as realizadas na América do Sul, marcadas por uma descontinuidade perceptível e punições amenizadoras para as vítimas.

A coalizão entre PMDB/PFL apoiou os desejos de mudanças. Frise-se que fazer parte desse arranjo político demonstrava todo o descontentamento com o regime militar. Assim, ilustres políticos como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Aureliano Chaves, Marco Maciel entre outros conceberam a criação da Aliança Democrática e elaboraram um documento denominado *Compromisso com a Nação* que objetivava a consolidação das instituições democráticas e o fim do regime civil militar.

O *Compromisso com a Nação* oficializava a união entre PMDB e a Frente Liberal e possuía no seu conteúdo um programa considerado como fundamental para a construção da chamada Nova República. Em linhas gerais esse programa estabelecia: eleições diretas e livres para todos os níveis do poder executivo, com sufrágio universal; defendia a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte em 1986; propunha um acordo justo com o FMI para o pagamento da dívida externa; estabelecia o combate à inflação; propunha medidas emergenciais contra a fome e o desemprego; além disso, propunha melhorias nas áreas da educação fundamental e superior, entre outros compromissos. Portanto, o programa continha um conjunto de medidas que visavam transformar o país numa real democracia, além de passar por mudança de cunho social, econômico, político e cultural. E muito embora, os ideais desse documento apresentassem aspectos conservadores, foi importante para ganhar respaldo da opinião pública. Se desagregando do antigo governo e demonstrando que pretendia consertar as questões políticas e econômicas que atingiam o país naquele momento.

A Aliança Democrática foi assim originada objetivando mudanças no governo, mudanças estas que não poderiam ser alcançadas por um único partido daquela época. A simples possibilidade de um continuísmo governamental liderado por Paulo Maluf influenciou e deu força para que o pacto expandisse suas energias.

A Aliança saiu vitoriosa no seu compromisso mais importante, o de colocar fim à ditadura militar e de dar sustentação política ao início do governo de José Sarney. Mas não conseguiu promover as mudanças que foram propostas no documento *Compromisso com a Nação*, exceção seja apontada dentro no campo político, por conta da realização de eleições diretas, da implantação de uma

Assembleia Nacional Constituinte e, sem dúvida, de medidas que prezavam por uma liberalização política, caso dos partidos comunistas que foram legalizados.

Se o grande nome da Aliança, Tancredo Neves, não sobreviveu para vê-la terminar, sua personalidade moderadora não garantiria que sob sua supervisão a Aliança Democrática manteria todo o empenho que demonstrou durante a campanha presidencial. Assim, não se trata de analisar se foi sob a tutela de Sarney que os sustentáculos da Aliança começaram a ruir, mas sim no que ela proporcionou ao cenário político do país.

Se antes parceiros, após alguns meses do governo Sarney a rivalidade PMDB-PFL veio à tona, acabando por complicar mais a difícil missão do maranhense. Provavelmente os peemedebistas não assimilaram direito a persona de Sarney na presidência, foram anos sendo oposição e duelando com políticos ligados aos militares para aceitarem de bom grado o recém-chegado ao partido. Coube ao presidente negociar um apaziguamento com os insatisfeitos e se aliar à ala militar para conseguir governar.

Sob uma carga dramática de incertezas, a maior preocupação dos integrantes da Aliança foi em consolidar a transição. Aspectos conservadores e autoritários ainda estavam vigentes na política do país. Para se implantar uma democracia nesse cenário, foi preciso remover a legislação autoritária remanescente, institucionalizar o novo Estado de direito pretendido e estabelecer uma constituinte livre e soberana.

Sublinha-se a importância de considerar, que embora tênue, as forças políticas e sociais que englobaram e apoiaram a Aliança Democrática na Nova República, viabilizaram a formação, posse e funcionamento de um ministério de políticos muitos heterogêneos; deu condições para acabar com aspectos autoritários do governo anterior; e, por fim, convocou a tão almejada Constituinte para 1986. Contudo, a Aliança criada para dar um fim ao antigo regime autoritário, se viu numa cilada criada por ela mesma. As forças antagônicas que integravam esse pacto isolaram-se por conta de suas ambições. Entretanto, com o objetivo alcançado, posteriormente essas mesmas forças voltaram a se enfrentar em busca de poder.

Não é meu dever como historiador demonstrar que, sob a condução de Tancredo, a Aliança Democrática poderia ter modificado também outras estruturas que eram necessárias para o Brasil. Meu dever recai na análise obtida com a leitura da bibliografia e das principais fontes destacadas para este trabalho, que foram as

revistas *Veja* e *IstoÉ*. Essa análise demonstra que a Aliança Democrática foi importante para que o Brasil superasse o regime militar, sendo um arranjo político que contou com ideologias e concepções diversas, acabando por promover políticos que iniciariam a Nova República no Brasil. Além disso, a Aliança deu sustentação política a Sarney em um período conturbado, no qual o presidente acabava de assumir, dando segurança para que o novo sistema democrático vigorasse no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALDÉ, Lorenzo e CAMPOS, Patrícia. Paulo Salim Maluf – Biográfico. **FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Verbete. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-salim-maluf>>. Acessado em: 14 ago. 2019.
- A TRANSIÇÃO política: necessidade e limites da negociação – relatório final. **Revista Lua Nova**, São Paulo, v. 4, n.2, p. 100-110, abril/julho. 1988.
- BASTOS, Oliveira. O Fim do Revanchismo. In: Oliveira Bastos (org.). **Sarney: o outro lado da História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.
- CAMPOS, Roberto. **A Transição Política no Brasil**. Brasília: Centro Gráfico Senado Federal. 1985.
- CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **Ernesto Geisel**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CASTRO, Celso e D'ARAÚJO, Maria Celina (Orgs.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de texto. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história: ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 375-399.
- CARDOSO, Teresa. Sarney: "Não tínhamos noção do que poderia acontecer". **Agência Senado**. Brasília, 11 mar. 2005. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2005/03/11/sarney-nao-tinhamos-nocao-do-que-poderia-acontecer>>. Acessado em: 25 fev. 2019.
- CHACON, Vamireh. A Democracia Vinga. In: Oliveira Bastos (org.). **Sarney: o outro lado da História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História Indiscreta da Ditadura e da Abertura - Brasil 1964-1985**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- _____. **Tancredo vivo, casos e acaso**. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- CÔRREA, Roberto Ribeiro. **Jogos, Cenas e Cenários da Transição Democrática Brasileira**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- DIMENSTEIN, Gilberto, et alii, **O complô que elegeu Tancredo**. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.
- DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. A consolidação democrática no Brasil: atores políticos, processos sociais e intermediação de interesses. In: DINIZ, Eli et al.

Modernização e consolidação democrática no Brasil: Dilemas da Nova República. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.

DUPAS, Gilberto. **Crise Econômica e Transição Democrática – 83/86 a delicada trajetória brasileira.** São Paulo: Klaxon, 1987.

ECHEVERRIA, Regina. **Sarney – A biografia.** São Paulo: Editora Leya, 2011.

GAIO, André Moysés. **Em Busca da Remissão: a mobilização militar pela democracia.** Londrina: Ed.UEL, 1997.

GASPARI, Elio. **A Ditadura acabada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

GASPARI, Elio. **A Ditadura derrotada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GAZZOTTI, Juliana. **A revista Veja e os governos militares (1968-1985).** 1999. Disponível em: <
<http://lanic.utexas.edu/project/ilassa/conference/1999/papers/gazzotti/gazzotti.htm#1983>>. Acessado em: 12 ago. 2014.

GOLDMAN, Alberto. **Construindo a Transição Democrática – 1984/1985.** Brasília: Centro Gráfico Senado Federal. 1986.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques & NORRA, Pierre (org.). **História: novas abordagens.** 3. ed. Rio de Janeiro. 1988. p. 180-196.

KINZO, Maria D^a alva Gil. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

LAMOUNIER, Bolívar. Antecedentes, riscos e possibilidades do governo Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.) **De Geisel a Collor: o balanço da transição.** São Paulo: Editora Sumaré Ltda/IDESP, 1990.

LINZ, Juan; STEPAN, Alfred. **A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do sul da Europa e da América do Sul.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MACIEL, David. **Democratização e Manutenção da Ordem na Transição da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985).** 408 f. Dissertação (Mestrado em História e Região) – Setor de História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 1999. Disponível em: <
https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/MACIEL__David._1999.pdf>. Acessado em: 25 jul. 2018.

_____. **De Sarney a Collor: reformas políticas, democratização e crise (1985-1990).** 387 f. Tese (Doutorado em História) – Setor de História, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2008. Disponível em: <
https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/MACIEL__David.pdf>. Acessado em: 25 jul. 2018.

MATOS, Carolina. **Jornalismo e Política Democrática no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2008.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MELO, José Marques de. A pesquisa de comunicação na transição política brasileira. In: MELO, José Marques de (org.). **Comunicação e transição democrática**. Porto Alegre, Mercado Aberto/ Intercom, 1985.

MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 16, p. 47-86, mar. 1989.

MENDONÇA, Daniel. A vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral e a posição política dos semanários *Veja* e *Isto É*. **ALCEU** - v.5 - n.10 - p. 164 a 185 - jan./jun. 2005. Disponível em: < http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n10_mendonca.pdf>. Acessado em: 05/01/2019.

MONTEIRO, Tiago. Triunfo da “Revolução”. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, n. 114, mar. 2015. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20161220141203/http://rhbn.com.br/secao/capa/triunfo-da-revolucao>. Acessado em: 11/01/2019.

MUNHOZ, Sidnei José. A ordem do Caos Versus o Ocaso da Ordem: Saques e quebra-quebras em São Paulo. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1990. .

NASCIMENTO, Luiz Miguel do. **Política e eleição na vida cotidiana**. Maringá: Eduem, 2013.

NOBLAT, Ricardo. **Céu dos favoritos: O Brasil de Sarney a Collor**. Rio de Janeiro: Rio fundo Ed., 1990.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. **De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia**. Campinas: Papyrus, 1994.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. A Vida Política. In: REIS, Daniel Aarão (Org.). **Modernização Ditadura e Democracia 1964 – 2010**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed., UFRJ, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. Do político. In: RÉMOND, René, (org.). **Por uma história política**. RJ.: Ed., UFRJ/ Fundação Getúlio Vargas. 1996.

ROSSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n.30, p.9-22. 1995.

SALLUM Jr., Brasílio. **Labirintos: dos generais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARNEY, José. Desafios do poder. In: Oliveira Bastos (org.). **Sarney: o outro lado da História**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano; v. 4). p. 243-282).

VILLA, Marco Antônio. **Ditadura à Brasileira 1964-1985 - A democracia golpeada à esquerda e à direita**. Rio de Janeiro: Leya, 2014.

ZICMAN, Renée. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista Projeto História**, São Paulo, n. 4, p. 89-102. Jun. 1985.

FONTES

BRANCO, Carlos Castello. Acenos do palanque. **ISTOÉ**, São Paulo, nº 398, p. 16-19, ago. 1984.

BRASIL. **Emenda Constitucional** nº1, 17 de outubro de 1969. Portal da Legislação, Brasília, DF, 17 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_antecor1988/emc01-69.htm>. Acessado em: 15 jul. 2018.

CANTANHEDE, Eliane. Pacto uniu adversários. **Jornal do Brasil**. São Paulo, p. 4, 24 abr. 1988. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/442645/PS1988%20-%200554.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 02 dez. 2018.

CORRÊA, Marcos Sá. Doutor em alianças. **VEJA**, São Paulo, nº 837, p. 24-29, set. 1984.

_____. Radar. **VEJA**, São Paulo, nº 839, p. 33, out. 1984.

GLOBONEWS. **Dossiê General Newton Cruz: as confissões do “linha-dura”**. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0a-MyQ_dtBI>. Acessado em: 14 dez. 2018.

ISTOÉ. Acima de turbulências. São Paulo, nº 428, p. 20-21, mar. 1985.

ISTOÉ. A coroa é de Maluf. São Paulo, nº 399, p. 18-21, ago. 1984.

ISTOÉ. A frente de Tancredo. São Paulo, nº 399, p. 25-27, ago. 1984.

ISTOÉ. A toque de caixa. São Paulo, nº 468, p. 22-24, dez. 1985.

ISTOÉ. Caça ao tesouro. São Paulo, nº 399, p. 22-24, ago. 1984.

ISTOÉ. Dragões da maldade. São Paulo, nº 452, p. 16-19, ago. 1985.

ISTOÉ. Em respeito à tradição. São Paulo, nº 424, p. 28, fev. 1985.

ISTOÉ. Enfim, ele aderiu. São Paulo, nº458, p. 18-19, out. 1985.

ISTOÉ. É o que parece. São Paulo, nº 455, p. 26-28, set. 1985.

ISTOÉ. Farta distribuição. São Paulo, nº 452, p. 24-25, ago. 1985.

ISTOÉ. Feliz aniversário. São Paulo, nº 403, p. 18-25, set. 1984.

ISTOÉ. Luta dura pela presidência. São Paulo, nº 427, p. 20, fev. 1985.

ISTOÉ. Mendigando votos. São Paulo, nº 401, p. 26-28, ago. 1984.

ISTOÉ. Mirando o Planalto. São Paulo, nº 411, p. 28-30, nov. 1984.

ISTOÉ. Na paz da frente. São Paulo, nº 410, p. 32-33, out. 1984.

ISTOÉ. O leão está protegido. São Paulo, nº 424, p. 26, fev. 1985.

ISTOÉ. Para início de conversa. São Paulo, nº 418, p. 12, dez. 1984.

ISTOÉ. Para não cair no vazio. São Paulo, nº 467, p. 30-32, dez. 1985.

ISTOÉ. Parceiros em conflito. São Paulo, nº 464, p. 22-25, nov. 1985.

ISTOÉ. Pé no acelerador. São Paulo, nº 400, p. 26-28, set. 1984.

ISTOÉ. Pedras no caminho. São Paulo, nº 409, p. 22-23, out. 1984.

ISTOÉ. Pequeno ensaio. São Paulo, nº 429, p. 28-29, mar. 1985.

ISTOÉ. Presidente Sarney. São Paulo, nº 432, p. 16-20, abr. 1985.

ISTOÉ. Primeiras luzes. São Paulo, nº 422, p. 20-22, jan. 1985.

ISTOÉ. Tancredo viaja calado. São Paulo, nº 422, p. 16-19, jan. 1985.

ISTOÉ. Toque de alerta. São Paulo, nº 402, p. 26-28, set. 1984.

ISTOÉ. A última esperança. São Paulo, nº 434, p. 32-36, abr. 1985.

ISTOÉ. Últimas oscilações. São Paulo, nº 429, p. 16-19, mar. 1985.

ISTOÉ. União para superação. São Paulo, nº 435, p. 50, abr. 1985.

ISTOÉ. Vitória completa. São Paulo, nº 421, p. 20-22, jan. 1985.

ISTOÉ. Vitórias apertadas. São Paulo, nº 428, p. 19-20, mar. 1985.

ISTOÉ. Volta das diretas. São Paulo, nº 438, p. 18-21, mai. 1985.

KUCK, Claudio. A morte da Aliança. **VEJA**, São Paulo, nº 897, p. 5-8, nov. 1985.

MACIEL, Marco. Compromisso com a Nação. **Revista de informação legislativa**, v. 47, n. 187, p. 9-19, jul./set. 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198652/000836750.pdf?sequence=1>>. Acessado em: 11 set. 2018.

REVISTA ISTOÉ, consultada entre agosto de 1984 a dezembro de 1985.

REVISTA VEJA, consultada entre agosto de 1984 a dezembro de 1985.

ROLLEMBERG. O império da lei. **ISTOÉ**. São Paulo, nº 412, p. 22-25, nov. 1984.

- VEJA. A arte da conciliação. São Paulo, nº 869A, p. 12-19, mai. 1985.
- VEJA. A febre paralisante. São Paulo, nº 870, p. 36-43, mai. 1985.
- VEJA. A Frente se organiza. São Paulo, nº 849, p. 42-43, dez. 1984.
- VEJA. A máquina avariada. São Paulo, nº 879, p. 20-26, jul. 1985.
- VEJA. A praça muda de cor. São Paulo, nº 841, p. 26-27, out. 1984.
- VEJA. A receita do novo presidente. São Paulo, nº 855, p. 27, jan. 1985.
- VEJA. A vez das capitais. São Paulo, nº 887, p. 22-23, set. 1985.
- VEJA. A volta das multidões. São Paulo, nº 837, p. 20-22, set. 1984.
- VEJA. Cem dias de medo. São Paulo, nº 854, p. 40-45, jan. 1985.
- VEJA. Companheiros de viagem. São Paulo, nº 881, p. 20-23, jul. 1985.
- VEJA. Deu Leão na cabeça. São Paulo, nº 859, p. 16-22, fev. 1985.
- VEJA. Esforço final. São Paulo, nº 840, p. 28-29, out. 1984.
- VEJA. Hora de nomear. São Paulo, nº 858, p. 27, fev. 1985.
- VEJA. Maluf voa na oposição. São Paulo, nº 839, p. 20-23, out. 1984.
- VEJA. A Nova República, o projeto de um velho moderado. São Paulo, nº 846, p. 36-39, nov. 1984.
- VEJA. O endosso da fraude. São Paulo, nº 877, p. 20-22, jun. 1985.
- VEJA. O legado em disputa. São Paulo, nº 867, p. 28-33, abr. 1985.
- VEJA. O PDS se esfacela. São Paulo, nº 854, p. 32-36, jan. 1985.
- VEJA. O perigo vermelho. São Paulo, nº 854, p. 50-51, jan. 1985.
- VEJA. O poder vai a Tancredo. São Paulo, nº 845, p. 24-26, nov. 1984.
- VEJA. O poema do poder. São Paulo, nº 869, p. 52-57, mai. 1985.
- VEJA. Queixas a bordo. São Paulo, nº 900, p. 57, dez. 1985.
- VEJA. Um Brasil com Sarney. São Paulo, nº 866, p. 30-37, abr. 1985.
- VEJA. Um civil no Planalto. São Paulo, nº 854, p. 22-23, jan. 1985.
- VEJA. Um discreto interino. São Paulo, nº 864, p. 44-47, mar. 1985.

VEJA. Uma batalha perdida. São Paulo, nº 842, p. 24-26, out. 1984.

VEJA. Uma conversa esclarecedora. São Paulo, nº 836, p. 22-23, set. 1984.

VEJA. Sarney toma biônico. São Paulo, nº 899, p. 36-43, nov. 1985.

VEJA. Sem leme nem rumo. São Paulo, nº 865, p. 32-37, abr. 1985.

VEJA. Tambores à direita. São Paulo, nº 883, p. 36-39, ago. 1985.

VEJA. Tancredo no Planalto. São Paulo, nº 833, p. 28-31, ago. 1984.

VEJA. Tenebrosas transações. São Paulo, nº 880, p. 20-27, jul. 1985.

WEFFORT, Francisco. A Aliança e o pacto. **ISTOÉ**, São Paulo, nº 443, p. 33, jun. 1985.

WEFFORT, Francisco. Haja paciência. **ISTOÉ**, São Paulo, nº 398, p. 25, ago. 1984.

WEIS. Ocupação das mesas. **ISTOÉ**. São Paulo, nº 431, p. 25-29, mar. 1984.